



45

OUTUBRO 2016 - DEZEMBRO 2016

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

revista.sep.org.br

45

**REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA POLÍTICA**

revista.sep.org.br

CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS

ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM

ANITA KON PUC-SP

ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)

ARTURO HUERTA UNAM

CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB

ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO

USP

FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA

FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA

FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII

FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE

GUIDO MANTEGA FGV-SP

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP

LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB

MÁRIO DUAYER UFF

NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU

PAULO NAKATANI UFES

PAUL SINGER USP

PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS

REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)

ROSA MARIA MARQUES PUC-SP

THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA

MARCELO DIAS CARCANHOLO (UFF) PRESIDENTE

VANESSA PETRELLI CORREA (UFU) VICE-PRESIDENTE

RAMÓN GARCIA FERNANDEZ UFABC

MÁRCIO LUPATINI UFVJM

PEDRO ROSSI UNICAMP

FREDERICO KATZ UFPE

JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS UFF

TIAGO CAMARINHA LOPES UFG

MAURÍCIO SABADINI UFES

MAURÍCIO VAZ LOBO BITTENCOURT ANPEC

RUBENS ROGÉRIO SAWAYA ANGE

COMITÊ EDITORIAL

VICTOR LEONARDO ARAUJO UFF

HUGO CORREA UFF

TIAGO CAMARINHA LOPES UFG

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala Ij254
Uberlândia, MG
CEP 38400-902
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

ASSINATURA

Preço da assinatura anual (três números),
para o Brasil e exterior via superfície:
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Laís Flores e Francine Sakata – NK&F Arquitetos Associados 2014
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

NÚMERO 45
OUT 2016 – DEZ 2016

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

- 6 **Apresentação**
- ARTIGOS
- 9 **Complexo multinacional e “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973)**
Fábio Campos
- 37 **Desenvolvimento como ausência de liberdade: Marx contra Sen**
Bianca Imbiriba Bonente e João Leonardo Medeiros
- 65 **Ainda sobre as questões do desenvolvimento...**
Fernando Correa Prado
- 93 **Economia política do trabalho no capitalismo dependente: apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho**
Pedro Henrique Evangelista Duarte
- 119 **Como Marx e Keynes demarcam o campo da macroeconomia**
Eleutério Prado
- 143 **Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia**
Fábio Luís Barbosa dos Santos

RESENHA

Rafael Marquese e Ricardo Salles (Organizadores)

Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 322 p.

por: Luiz Fernando Saraiva

170

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 se encerra com a intensificação das políticas de austeridade. Depois de aprovada a emenda constitucional que congela os gastos públicos primários federais sem limitar a despesa com juros (a principal causa do déficit fiscal), as forças conservadoras tentam agora fazer avançar a agenda neoliberal com as reformas previdenciária e trabalhista, cujos projetos já foram encaminhados à Câmara dos Deputados, e que prevêem nova rodada de supressão de direitos. Nos estados, as políticas de austeridade tiveram no Rio Grande do Sul o seu golpe mais fatal até agora: a extinção de seis fundações, entre as quais a Fundação de Economia e Estatística (FEE), que há mais de quatro décadas atuava na sistematização de estudos estatísticos e na produção de pesquisas socioeconômicas. A previsão é de demissão de mais de mil servidores daquele estado. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política não poderia iniciar sua edição de número 45 sem manifestar seu repúdio a essas medidas e expressar sua solidariedade a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que por ela serão afetados.

Esta edição é iniciada pelo artigo “Complexo Multinacional e ‘Lei de Remessas de Lucro’ (1956-1973)”, de Fabio Campos. Nele, o autor resgata o debate da Lei de Remessa de Lucros, que teve seu ápice no governo João Goulart, trazendo, como novos elementos, as articulações existentes entre o complexo multinacional e as burguesias brasileiras na nova fase imperialista inaugurada a partir dos anos 1950.

Em seguida, Bianca Imbiriba Bonente e João Leonardo Medeiros, no artigo “Desenvolvimento como ausência de liberdade: Marx contra Sen”,

apresentam uma instigante crítica à noção de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, utilizando como base a teoria do valor de Marx.

A teoria do desenvolvimento é também objeto do terceiro artigo. Em “Ainda sobre as questões do desenvolvimento...”, Fernando Correa Prado faz um resgate histórico dessa temática no Brasil, perpassando as contribuições da Cepal e da teoria da dependência, apontando as limitações do debate atual, incluindo aí a corrente novo-desenvolvimentista.

No quarto artigo desta edição, “Economia política do trabalho no capitalismo dependente: apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho”, Pedro Henrique Evangelista Duarte resgata as categorias de marginalidade social e superexploração da força de trabalho para discutir a dinâmica das relações de trabalho nas economias periféricas e dependentes.

O quinto artigo é de autoria de Eleutério Prado. Em “Como Marx e Keynes demarcam o campo da macroeconomia”, o autor procura mostrar a existência de diferenças na maneira com a qual Marx e Keynes teorizam os fenômenos macroeconômicos. Ao demarcar essas diferenças, Prado apresenta um subcampo marxista como alternativa para teorizar a macroeconomia.

O debate sobre desenvolvimento econômico volta ao foco no sexto artigo ora apresentado, “Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia”, de Fabio Luís Barbosa dos Santos. Barbosa dos Santos discute criticamente o projeto dos governos petistas de integração regional sul-americana, ressaltando seus pontos de convergência com o projeto neoliberal.

A edição é finalizada com a resenha do livro “Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos”, organizado por Rafael Marquese e Ricardo Salles e resenhado por Luiz Fernando Saraiva.

Esta edição da Revista da SEP inaugura seu novo Comitê Editorial, que desde agosto de 2016 é composto por Victor Leonardo Araujo, Hugo Corrêa e Tiago Camarinha Lopes. O Comitê agradece aos mais de três anos de dedicação de seu antigo editor, João Leonardo Medeiros, que além de manter a continuidade e a pontualidade das publicações desta Revista, ainda promoveu uma reforma em sua diagramação, tornando-a visualmente mais prazerosa para os leitores.

Este número 45 também procura ajustar suas três edições anuais ao calendário civil. Por esta razão, excepcionalmente esta edição refere-se ao trimestre findo em dezembro, e não ao quadrimestre outubro/janeiro, como ocorria até então. A partir de 2017, a três edições da Revista

se referirão, respectivamente, aos quadrimestres janeiro/abril, maio/agosto e setembro/dezembro.

O Comitê Editorial reitera mais uma vez seus agradecimentos à CAPES, ao CNPq, ao BNDES, ao IPEA, à FAPESP e à UFABC pelo apoio ao XXI Encontro Nacional de Economia Política, realizado entre 31 de maio e 03 de junho de 2016 em São Bernardo do Campo, na Universidade Federal do ABC.

Comitê Editorial

FABIO CAMPOS

COMPLEXO MULTINACIONAL E “LEI DE REMESSAS DE LUCRO” (1956-1973)

Recebido em Fevereiro de 2016

Aprovado em Agosto de 2016

COMPLEXO MULTINACIONAL E “LEI DE REMESSAS DE LUCRO” (1956-1973)

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar a relação entre o complexo multinacional e a “Lei de Remessas de Lucro” a partir da associação entre empresa multinacional e as burguesias brasileiras no período 1956-1973. Para compreensão desse marco histórico, faremos uma síntese da categoria de complexo multinacional com base na particularidade do capitalismo brasileiro dependente e subdesenvolvido. Por outro lado, mostraremos, por meio de pesquisa primária, os dispositivos institucionais que compunham a “Lei de Remessas de Lucro”.

Palavras-chave: imperialismo; empresa multinacional; capital internacional; complexo multinacional.

Classificação JEL: F23; F54; N46

Abstract

The aim of this paper is to show the relationship between the multinational complex and the “Profit Remittance Law” from the association between multinational company and the Brazilian bourgeoisie during 1956-1973. To understand this important historical moment, we will make a summary of the category of multinational complex based on the Brazilian peculiarity of its dependent and underdeveloped capitalism. Moreover, we will show through primary research the institutional arrangements that comprised the “Profit Remittance Law”.

FABIO CAMPOS

Professor do Instituto de Economia da Unicamp

Keywords: imperialism; multinational company; international capital; multinational complex.

I. Introdução

Mesmo transcorrido meio século de existência, o tema do Golpe de 1964 veio à tona no Brasil com muita força atualmente¹. A importância desse período, assim como as atenções que ele suscita, revela como determinados condicionantes históricos que nasceram ou se reforçaram naquela data persistem em nossa formação.

Dentre as várias questões daquele momento, a associação da burguesia brasileira com empresas estrangeiras, e o Estado como defensor de seus interesses constituem assuntos inquietantes até hoje. No início do Governo João Goulart (1961-1964), entretanto, tal associação teve seus interesses colocados em xeque, ao ser aprovada uma legislação que pretendia impor rígido controle ao movimento do capital internacional na economia brasileira². Daí a necessidade de abordar quais foram as implicações, entre 1956 e 1973, dessa articulação burguesa que chamamos de complexo multinacional, e qual sua relação com as modificações na “Lei de Remessas de Lucro” promulgada em 1962.

Em relação à associação entre empresa estrangeira e as burguesias brasileiras, temos,

particularmente, na contribuição de Florestan Fernandes (2006) a maior referência. Com base nos condicionantes estruturais, que reproduzem de forma combinada o capitalismo dependente e o subdesenvolvimento no Brasil, a chamada “dupla articulação”, segundo o autor, da mesma forma que cria as condições para o controle imperialista no Brasil, drenando excedentes de dentro para fora e ampliando a segregação social por conta da superexploração da força de trabalho, constitui uma base material que perpetua a dominação política das burguesias internas ao instrumentalizarem o Estado³.

Embora muito debatida à época, foram poucos os trabalhos que abordaram a “Lei de Remessas de Lucro” dentro de sua complexidade socioeconômica, ou mesmo em relação ao conjunto da legislação referente ao capital internacional no Brasil. Fonseca (1963), por exemplo, teve a preocupação em examinar a trama jurídica dela a partir dos impactos financeiros dos fluxos de capital internacional na América Latina. Ao passo que Andrade Jr. (2002) concentrou-se na organização interna da lei entre seus diferentes artigos. Ao discutir os dilemas estruturais do capitalista brasileiro, bem como as armadilhas da difícil conjuntura na época de Goulart, Gennari (1999) avançou na investigação da lei reconstruindo o debate político no *Congresso*

Nacional. Loureiro (2013), por sua vez, enfocou a influência que alguns personagens do período tiveram na aprovação da lei, destacando a correlação de forças nesse momento entre governo brasileiro, EUA e o que ele chamou de “empresariado nacional e estrangeiro”.

Mesmo que esses trabalhos tenham esclarecido vários pontos, é necessário mostrar a relação entre o complexo multinacional e a Lei 4.131, recuperando certos condicionantes estruturais que definem a continuidade no caráter dependente do capitalismo brasileiro. Nosso objetivo, então, será mostrar nesse artigo como a articulação das burguesias internas com as empresas estrangeiras resultou no enfraquecimento da Lei de Remessas de Lucro, que ao ter modificados seus dispositivos mais incisivos por meio do Golpe de 1964, reforçou o nexó imperialista definido na época do Governo Kubitschek (1956-1961). Para tanto, no próximo item, mostraremos a consolidação imperialista após a Segunda Guerra Mundial e os antecedentes do complexo multinacional no Brasil. Em seguida, além de definir a relação imperialista que ocasionou a gênese do complexo multinacional, reconstruiremos o marco institucional que antecedeu e alterou substancialmente a Lei 4.131. Por último, faremos algumas considerações finais.

2. Imperialismo do pós-Segunda Guerra e antecedentes do complexo multinacional

O surgimento do complexo multinacional coincide com a fase de “imperialismo total” designado por Fernandes (2006) para o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Resultado da própria maturação do capital monopolista desde o final do século XIX, sua particularidade circunscreve-se à ascensão da hegemonia norte-americana e ao papel de suas corporações multinacionais na difusão do fordismo. Do ponto de vista da reprodução ampliada do capital, a integração dos mais longínquos espaços econômicos nacionais por empresas multinacionais constituía naquela quadra uma necessidade de preservação da valorização capitalista, em que a América Latina, uma das últimas fronteiras de internacionalização produtiva, apresentava-se como o destino mais evidente. Quanto à dimensão geopolítica, essa fase imperialista mostrava-se também como uma época de grande tensão frente à expansão do projeto universal empunhado pela hegemonia soviética, cujo socialismo apresentava-se como uma forte alternativa ao capitalismo. Diante dos enormes desafios colocados pela Guerra Fria, a conciliação de interesses capitalistas, mesmo divergentes e de origens distintas, tornava o pragmatismo burguês uma questão de segurança para todo o sistema.

Ao repor a concorrência intercapitalista num patamar mais intenso que a do final do século XIX, a lógica imperialista nessa fase impunha em igual medida uma cooperação multinacional. Obviamente que isso não significava menos hierarquização dos diferentes papéis que cada burguesia assumia em diversos estágios de desenvolvimento capitalista nacional. Ainda que possamos levar em conta certas heterogeneidades genéticas, a superestrutura que unificaria os mais diversos interesses das burguesias seria o fordismo, em que as empresas multinacionais funcionariam como um importante canal para integrar economia, sociedade e cultura, em distintos territórios nacionais, assegurando mundialmente a valorização capitalista.

Para Florestan Fernandes (1975), houve no pós-Segunda Guerra uma ampliação do controle do imperialismo se comparado à fase clássica. Com a internacionalização da luta de classes no século XX, a difusão do fordismo foi determinada por forças econômicas e extraeconômicas. De um lado, ao mesclar formas novas com pretéritas de extração de mais-valor, a expansão do capital monopolista reforçava qualitativamente, e, em volume físico maior, a extração de excedente econômico nesse período. Por outro lado, a projeção da classe trabalhadora, a partir da Revolução Russa e da constituição do Estado Soviético, exigiu que formas de consumo, estilos de vida e ideologias capitalistas se sobrepusessem às experiências socialistas de

planificação. O autor entende que a expansão do capital monopolista nessas condições, ao mesmo tempo em que exportava forças produtivas em escala planetária, apresentava uma enorme debilidade em difundir um padrão progressivamente civilizatório, uma vez que, ao explorar distintas taxas de lucro, exacerbava as heterogeneidades econômicas, sociais e políticas nos espaços periféricos, constituídas por diferentes singularidades e tempos históricos. A violência seria um outro recurso a ser utilizado em âmbito mundial para garantir, além da resolução de determinados conflitos políticos, o “ambiente de negócios” para o capital internacional.

Desse modo, o que Fernandes (2006) chamou de “imperialismo total” significava a difusão de valores fordistas dos países hegemônicos do capitalismo, em especial a economia estadunidense, subordinando as burguesias periféricas em um heterogêneo espaço multinacional. O adjetivo “total” refere-se a que tanto as condições para disputa desse espaço para o capital monopolista, quanto a sua capacidade expansiva econômico-militar, eram qualitativa e quantitativamente diferentes do que antes da Primeira Guerra Mundial⁴. Nesse novo plano global, seria por onde fundir-se-iam tanto os novos processos produtivos, as relações de trabalho e padrões de consumo, quanto a cultura capitalista dominante nos mais diferentes estratos sociais. A dominação imperialista

alargou-se de tal maneira que, ao penetrar por todas as dimensões da vida, transpôs qualquer fronteira que se opusesse ao “controle societário externo”, como afirmou o autor. Haveria uma espécie de penetração da estrutura organizacional das empresas multinacionais e de sua forma de administração, gestão e produção nos hábitos profissionais e culturais de grande parte das populações urbanas e industrializadas, e até mesmo na organização militar. Ideologicamente, a noção de “democracia” e “liberdade” mostrava-se como a mistificação desse estágio imperialista⁵.

Concretamente, a “internacionalização da superestrutura” dependia da própria internacionalização produtiva conduzida pela empresa multinacional e por suas condições técnicas, gerenciais e culturais, que poderiam irradiar-se até para algumas regiões periféricas. Ingressadas no mercado interno e com estruturas complexas capazes de desenvolver os setores industriais mais dinâmicos, como bens de consumo duráveis e bens de capital, essas empresas, ao chegar a um país latino-americano como o Brasil, trariam um novo estilo de organização, produção e propaganda. Assim, o imperialismo dessa fase apoderava-se de posições-chave no tecido econômico periférico mediante mecanismos financeiros, incorporação dos sócios locais, de empresas prestadoras de serviço, consultorias, mídia, setores militares e estatais, participação política nos centros decisórios,

integrando todos a um arco de interesses sob sua hierarquia (FERNANDES, 1975).

O período de internalização da empresa multinacional no mercado interno brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1950 significava mais um estágio de dependência externa e de articulação interna com as burguesias nativas. Mesmo sendo um novo marco histórico, como veremos adiante, esse momento reforçava o sentido secular de dominação do capital internacional. Aproveitando-se das arcaicas condições de exploração do trabalho para viabilizar seus negócios, as burguesias brasileiras integravam-se de forma dependente a esse padrão de dominação multinacional, reforçando a “dupla articulação” intrínseca à formação histórica brasileira (FERNANDES, 2006).

O conceito de dependência externa para Fernandes (1975; 1981; 2006) tem um sentido preciso, isto é, a apropriação pelas economias centrais dos excedentes gerados em espaços econômicos periféricos. Desde a época colonial (1500-1808), passando pela fase “neocolonial” (1808-1860), até a “ordem competitiva” (1860-1955), esse traço perpetuava-se historicamente, modificando apenas a forma⁶. Para os países centrais manterem a continuidade dessa expropriação, não bastava o aproveitamento apenas das vantagens naturais das periferias, mas, sobretudo, da superexploração da força de trabalho. A escravidão iniciou essa função, mas, posteriormente, com a

introdução do trabalho livre, as diversas formas de subemprego e de desocupados remuneravam todo o mercado de trabalho ao manter os níveis médios salariais extremamente baixos. Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho também bloqueava a possibilidade de uma organização política mais sólida capaz de democratizar as relações de trabalho nos termos do capitalismo dependente. O conceito de subdesenvolvimento para Fernandes significa, dessa maneira, a segregação social, ou o “desenvolvimento desigual interno”, cuja função primordial seria garantir a expropriação permanente de excedentes que alimentem as exigências de valorização do capital internacional via dependência externa (“heteronomia”). Por meio do controle ininterrupto do capital internacional sobre a vida brasileira, as formas arcaicas de exploração do trabalho fundam-se às modernas, garantindo um circuito de valorização que eternizava nossas mazelas sociais (FERNANDES, 2006).

A reprodução “arcaizante do moderno” ou a “modernização do arcaico” constitui um traço contínuo no capitalismo brasileiro, que não explica apenas seu comportamento genérico, mas, também, a constituição de sua burguesia. De um modo geral, as burguesias brasileiras nasceram do ventre mercantil sem, necessariamente, justaporem-se ou antagonizarem-se, pois foram amalgamadas em suas distintas frações originadas do comércio. Apesar de várias clivagens

políticas e interesses econômicos divergentes, todas se unificaram para manter seus negócios, que dependiam do dinamismo vindo de fora, em múltiplos esquemas de associação na esfera mercantil. Tais negócios avolumavam-se conforme crescia o excedente gerado internamente, sendo a maior parte apropriada pelas economias hegemônicas. A dependência externa seria condição sine qua non para manter a expansão econômica, enquanto o subdesenvolvimento, marcado pela segregação social, garantiria os meios.

Não obstante as burguesias brasileiras serem subordinadas às centrais, sua fraqueza externa não comprometia a força interna para reprimir a oposição vinda das classes baixas; aliás, era isso que lhes definia em sua coesão interna. Qualquer movimento mais organizado politicamente que lutasse contra a heterogeneidade social, colocando em xeque os retornos financeiros da burguesia brasileira, seria violentamente reprimido perante sua tradição oligárquica, plutocrática e ultraconservadora. Em síntese, era na sistemática oposição aos anseios republicanos das classes subalternas que as divergências da burguesia brasileira acomodavam-se numa unidade, segundo a qual exprime a consciência de seu papel em defender fortemente a ordem interna e submeter-se gentilmente ao jugo externo do imperialismo (FERNANDES, 2006). Essa característica “dependente e composta” da burguesia brasileira manteve-se por

diferentes épocas do desenvolvimento capitalista brasileiro. Na transição para o século XX, por exemplo, mesmo o país se industrializando, não cessou a interpenetração das antigas oligarquias às formas modernas, genericamente chamadas de “industriais”, “empresariado nacional” ou “empreendedores”. Nesse caso, não houve uma supressão de classe dominante por outra, mas a própria metamorfose de variadas funções dentro do antigo sentido mercantil das “classes proprietárias” (FERNANDES, 2006).

Para Fernandes (1975; 1981), esse tipo de capitalismo não tem raízes históricas capazes de manter um relativo equilíbrio na correlação de forças entre as diferentes classes sociais, e, dessa forma, ensejar um espaço político que contenha instrumentos reais de democratização da sociedade, em que prevaleceria uma margem de tolerância na defesa da vida pública e dos direitos comuns. As condições históricas que apresentam o início da indústria pesada brasileira colocam-se diametralmente opostas a tal caminho. Externamente, o “imperialismo total”, fruto da maturação do capital monopolista, não permitiria que a exportação de capital na forma de investimento direto estrangeiro (IDE) transferisse para as economias hospedeiras o controle, tanto financeiro quanto tecnológico, como foi possível, por exemplo, com os investimentos ingleses à Alemanha e aos EUA na passagem da Primeira para a Segunda Revolução Industrial, ainda sob proeminência geopolítica britânica⁷.

Internamente, o bloqueio da burguesia brasileira a determinadas tentativas em criar um desenvolvimento industrial com maior presença do Estado, utilizando-se do ímpeto discricionário para submeter a acumulação de capital aos desígnios da coletividade, mostraram na época de Vargas (1930-1945; 1951-1954) seus limites intrínsecos. Disciplinar os fluxos de capitais, impor uma transferência de tecnologia e garantir a distribuição de renda eram elementos inconciliáveis com a “modernização do arcaico”. Assim, as oportunidades de rentabilidade da burguesia brasileira vinculavam-se muito mais à associação dependente com o imperialismo, garantindo maior estabilidade aos seus negócios, do que a um desenvolvimento autárquico incerto⁸.

3. Novo nexu imperialista e gênese do complexo multinacional

A implantação da indústria pesada no Brasil a partir de 1956 se fez com o capital internacional e com inversão estatal para garantir infraestrutura a tais empreendimentos. Esse desenvolvimento capitalista brasileiro só pôde avançar subordinando-se ao imperialismo, cujo mercado interno, composto por uma faixa enriquecida da população, permitia a demanda de produtos de alto valor unitário ofertados pelas empresas multinacionais. O dinamismo que esses empreendimentos imprimiram à industrialização no país respondia tanto à obsessão das classes

dominantes para a modernização nos seus padrões de consumo, quanto às novas oportunidades de negócios que se abriam ao associar direta ou indiretamente às empresas multinacionais (FURTADO, 1972; 1981).

No bojo da internacionalização produtiva do imediato pós-Segunda Guerra, essa associação foi resultado do “imperialismo total”, como mostramos, em que o ingresso de empresas multinacionais no mercado interno brasileiro expressava exatamente novas estratégias globais, projetadas pela maturação do *Desafio Americano*. Essa virtuosa integração, que resultava em expressivos ganhos de renda e emprego na Europa Ocidental, lançava a concorrência intercapitalista num outro nível, em que a grande empresa europeia, e depois a japonesa, confrontaria em produtos, processos e gestão, o próprio padrão tecnológico das empresas norte-americanas. O acirramento dessa competição resultou no *Desafio Europeu* como resposta à exaustão econômica que inviabilizava a valorização capitalista, mantendo o mesmo ritmo de reinvestimentos de lucro. A necessidade de extroversão das grandes empresas europeias colocava-se como um imperativo, lançando-as tanto em disputas comerciais pelo acesso ao mercado interno norte-americano, quanto na exportação de suas plataformas produtivas para as periferias.

Por serem os países com maiores contingentes populacionais e com expressiva concentração de

renda, Brasil, Argentina e México encontravam-se, na América Latina, como os destinos mais cobiçados para tal conquista, visto que apresentavam os mercados internos mais vantajosos para remunerar os IDEs dessas empresas multinacionais⁹. Dos US\$ 4,5 bilhões de IDE ingressados na América Latina entre 1956 e 1960, Argentina, Brasil e México respondiam por 44% do total, ou quase US\$ 2 bilhões. Descontando o aporte estadunidense de mais de US\$ 1,5 bilhão para Venezuela, que se destinava quase que exclusivamente para o setor petrolífero, os três países juntos atingiam quase 70% dos ingressos, sendo que mais de 80% desse total se direcionava para a indústria de transformação (NAÇÕES UNIDAS, 1964).

Mesmo que esses IDEs fossem transferência de máquinas e equipamentos já amortizada nas economias centrais, e, por isso, com expressiva defasagem tecnológica, a América Latina mostrava-se altamente carente deles. Potencialmente, o Brasil era o mercado latino-americano mais viável no cálculo imperialista para instalação dessas estruturas produtivas. Por ter uma concentração de renda e demográfica em grandes cidades, certas estruturas urbana, financeira e comercial relativamente consolidadas, bem como a constituição de um mercado de trabalho urbano, com estratos de média e alta renda, o país respondia por maior parte das exigências do capitalismo monopolista na periferia. Entre 1955 e 1973, esses IDEs

responderam por cerca de US\$ 15,4 bilhões no Brasil, sendo os reinvestimentos de lucro de US\$ 10,4 bilhões, e as remessas totais de US\$ 11,7 bilhões, gerando um saldo da ordem de US\$ 14,1 bilhões (Tabela). Rumaram-se em sua maioria para o setor de transporte, com destaque para a indústria automobilística e dos ramos de autopeças, metal-mecânica, e também para as de eletrodomésticos, bens de produção (máquinas e equipamentos), plásticos, borracha, química, farmacêuticos e outros.

O impacto que tais investimentos causaram na economia brasileira pode ser percebido pela rápida incorporação de estruturas produtivas pesadas e por encadeamentos industriais inéditos, impondo uma diferenciação na oferta corrente e futura de bens de consumo. O ritmo de implantação das forças produtivas seguiu muito à frente do crescimento do mercado interno, sendo que as importações deslocaram suas pautas de produtos finais para bens de capital, bens intermediários e combustíveis. Basicamente, essa internacionalização produtiva dividiu-se em duas fases: a primeira, na época do Governo Kubitschek (1956-1961), em que os investimentos internacionais vieram criar capacidade produtiva nova (*greenfields investment*), instalando as indústrias pesadas; e uma segunda fase, entre 1968 a 1973, quando os IDEs acessaram uma base industrial já consolidada, orientando-se para desnacionalizações, deslocamentos patrimoniais entre empresas multinacionais e

intercâmbio de insumos no âmbito do comércio intra-firma (*take-over investment*).

Desse modo, as empresas estrangeiras constituíram o bloco de capital mais dinâmico, que intensificaria a industrialização por meio do *Plano de Metas*. O Estado orientaria as áreas de expansão via planejamento e investimento em suas empresas estatais, como energia, infraestrutura e insumos industriais; enquanto as empresas privadas nacionais, além de usufruírem do crescimento urbano-industrial em bens de consumo não-duráveis, atenderiam, como subcontratadas, parte da demanda industrial das empresas multinacionais¹⁰. Aparentemente, o desenvolvimentismo provia o poder estatal de controle sobre todo o processo, levando a crer que o capital internacional seria instrumentalizado a favor da endogenização industrial, cuja reprodução integraria todos os seus elos internamente.

Na essência, a realidade foi oposta. Ao terem preponderância estratégica, escala infinitamente superior ao capital privado nacional, além de uma força definida no seio do capital monopolista, as empresas multinacionais tinham, a partir de suas matrizes, tanto o controle financeiro, sociocultural, quanto tecnológico do processo, o que lhes reservava, por meio de suas filiais, o pleno domínio do mercado interno periférico. Detinham, portanto, o comando do centro dinâmico da economia brasileira. Quem

Tabela I - Investimento Direto Estrangeiro no Brasil - (US\$ Milhões)

Ano	IDE Líquido	Reinv. de Lucros	IDE Total (1)	Lucros e Dividendos	Royalties e Serviços	Remessas Totais (2)	Saldo (1-2)
1955	279	233	512	279	175	454	58
1956	575	323	898	155	207	362	536
1957	895	219	1.114	163	182	344	770
1958	669	109	778	188	201	389	389
1959	744	204	948	150	192	342	606
1960	593	234	826	234	240	473	353
1961	646	233	879	185	257	443	437
1962	414	378	793	108	174	282	510
1963	180	341	521	0	24	24	497
1964	168	348	516	0	36	36	480
1965	420	503	923	138	24	162	761
1966	435	499	934	217	29	247	688
1967	432	222	654	415	74	489	165
1968	358	272	630	477	397	874	-244
1969	753	736	1.489	448	515	963	526
1970	650	117	767	634	554	1.188	-421
1971	869	2.031	2.900	622	679	1.301	1.599
1972	1.677	1.000	2.678	816	766	1.583	1.095
1973	4.657	2.440	7.097	949	791	1.740	5.357

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Boletim do Banco Central, vários números. Esses dados foram deflacionados para preços constantes de 2008, utilizando o IPA/EUA (FMI/IFS).

fixava o ritmo e o compasso, tanto na implantação quanto no desenvolvimento dos processos produtivos, não era a parte estatal do GEIA, ou outros grupos executivos submetidos ao *Conselho de Desenvolvimento*, muito menos a empresa privada nacional, mas, sim, a empresa multinacional, impondo uma marcha a ser seguida por todos no “tripé desenvolvimentista”. Com objetivos claros de valorização externa de seus investimentos, as filiais estrangeiras utilizariam as divisas cambiais, conquistadas pelas exportações brasileiras de produtos primários, para remeterem lucros às suas matrizes.

Sem necessariamente transferir para o país novos padrões tecnológicos, o desenvolvimento capitalista dependente, da mesma forma que desenvolvia as forças produtivas, perpetuava o subdesenvolvimento mediante o aumento na concentração de renda. Esse processo, mesmo sendo caudatário da antiga “dupla articulação”, nos termos de Fernandes (2006), apresentava, contudo, singularidades. A conexão entre empresa estrangeira, empresa privada nacional e Estado, bem como a relação com amplos setores de serviços, muitos deles clientes dos grupos executivos que mencionamos, sobrepôs uma lógica privada nova aos horizontes econômicos e políticos do país. À medida que os projetos do *Plano de Metas* se concretizavam, iam formando, organicamente, uma rede de variados negócios dinamizados pela indústria pesada e induzidos externamente pelas economias centrais.

Embora resultado da dependência sociocultural de longo prazo, a associação de interesses externos e internos que originou o complexo multinacional introduziu novos condicionantes de dominação, tanto pela internalização das forças produtivas, passando pelas modificações nas relações sociais, quanto por uma superestrutura que difundia internamente o fordismo. Assim, ele tornava-se o eixo nacional do “imperialismo total”, ao enraizar um controle multinacional sediado no mercado interno brasileiro (FERNANDES, 1981).

Definimos, dessa forma, o complexo multinacional pelas seguintes características: i)- o complexo é, por um lado, resultado da dependência externa e do subdesenvolvimento de longo prazo, em que o caráter mercantil, antissocial e subordinado da burguesia brasileira, sedimenta tal relação; ii)- essa característica perene de nossa formação interpõe-se, por outro lado, a um estágio peculiar de dominação do capital internacional na industrialização pesada a partir de 1956; iii)- tal dominação tem no “imperialismo total” seu polo externo, que se manifesta internamente na junção de interesses estrangeiros ante as necessidades de desenvolvimento capitalista da burguesia brasileira; iv)- o complexo responde de fora para dentro, tanto pela necessidade de extração de mais valor, quanto da difusão de uma promessa civilizatória antagonica ao socialismo, bem como pela segurança política, que, no limite, pode se substanciar em

segurança militar; v)- a associação dependente em que se baseia o complexo, da mesma forma que viabiliza as rentabilidades dos principais negócios que se articulam à industrialização pesada, e, assim, sustentam a ampliação da base material do mercado interno, funde, de dentro para fora, interesses comuns que se solidificam no domínio político do Estado brasileiro, a serviço desse arco multinacional.

A gênese do complexo multinacional diz respeito, portanto, à própria transplantação do capital monopolista na economia brasileira, cujos vínculos imperialistas articulariam as necessidades de reprodução ampliada do capital, bem como revitalizariam sua racionalidade política e cultural no espaço periférico. Também redimensionariam, localmente, o poder político das burguesias subdesenvolvidas, que mesmo se sujeitando a maiores níveis de dependência, usufruiriam de uma base material mais sólida, provida de dinamismo suficiente para ampliar o retorno de seus negócios em escala nacional. Da perspectiva da Guerra Fria, esse tipo de associação também foi o mais adequado, visto que os espaços periféricos estavam na mira da expansão socialista. Mais que uma questão meramente econômica, a liberdade para internacionalização das empresas estrangeiras em território latino-americano significava a própria politização do mercado mundial. A dramaticidade da última Grande Guerra, aliada à opção real de se lutar por “um outro mundo” via socialismo,

exigiria determinados pragmatismos da hegemonia norte-americana, que passavam pela cooperação financeira e militar e pela transmissão global de valores culturais identificados com o consumo de massas. Independentes de sua origem nacional, os investimentos internacionais seriam um canal estratégico para o sucesso de tal objetivo (FERNANDES, 2006).

O imperialismo teria na burguesia brasileira um parceiro ideal, que cumpriria seu papel eficientemente ao politizar o espaço econômico para os fins de associação ao capital internacional. No afã de criar internamente os meios institucionais estabilizadores, as burguesias brasileiras defendiam um “ambiente de negócios” consistente para aglutinação de investimentos internacionais em “projetos desenvolvimentistas”; com isso, afiançavam o empreendimento multinacional e, assim, tornavam-se os verdadeiros escudeiros da “segurança e democracia”. Na verdade, protegiam, por um lado, o espaço periférico da “ameaça comunista”, para desfrutar financeiramente das vantagens da associação dependente. Por outro lado, o subdesenvolvimento seria um elemento central do complexo multinacional, permitindo elevada geração de excedente à custa de superexploração da força de trabalho. O alcance desse novo nexos imperialista solaparia futuramente as bases políticas daqueles que se opunham a ele, como de fato viria a ocorrer nos anos 1960.

A adversa conjuntura no início do Governo João Goulart (1961-1964) não se limitava apenas a uma crise econômica¹¹. Além da conclusão do bloco de investimentos do *Plano de Metas*, da crescente ociosidade de alguns setores industriais e da expansão inconclusa de outros, da restrição do mercado interno em função da elevada concentração de renda, ou da inadequação do sistema financeiro à indústria pesada, bem como o estrangulamento cambial, déficit público e da inflação, a crise encarnava dilemas totalizantes de nossa história. Com múltiplas dimensões, ela refletia profundas contradições na formação histórica brasileira, cuja crescente dependência externa e subdesenvolvimento eram desesperadamente inconciliáveis, levando necessariamente ao questionamento do complexo multinacional. Enquanto a economia estava em franca expansão, em que a áurea desenvolvimentista turvava as debilidades congênicas, não ficava explícito o poder político do complexo multinacional. Foi justamente quando a crise veio à tona e, com ela, o acirramento de muitas contradições denunciadas por inúmeras reivindicações sociais, que a tragédia desnudou-se. Por meio de movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos de várias representações, trabalhadores rurais, estudantes, parte da classe média, militares de baixa patente e alguns empresários, a polarização acirrou-se, constituindo uma força de resistência encarnada em um complexo nacional-popular.

Definimos esse complexo nacional-popular como uma força contrária que remonta ao limiar do século XX – emergindo das classes populares, urbanas e rurais, dos círculos militares, em especial oficiais de baixa patente, e, de alguns quadros burocráticos do Estado –, cuja unidade política se realizou em alguns momentos contra a dominação externa e a segregação social no país. O período Vargas, em alguns casos, contemporizava com esse complexo, sem, necessariamente, encampá-lo. Momentos como o do suicídio de Vargas e o ataque a esse complexo nacional-popular revelavam não só episódios trágicos de nossa história, ou as vicissitudes de um governante em relação à sua base de apoio, mas os exatos limites da tentativa de deslocar o desenvolvimento capitalista brasileiro de sua natureza dependente (SODRÉ, 1997).

A aprovação da Lei de Remessas de Lucro em 1962, que pretendia impor determinados controles às empresas estrangeiras, enquadrava-se nesse contexto. Os políticos eram pressionados de maneira semelhante à Campanha *O Petróleo é Nosso*, que permitiu o monopólio estatal da Petrobrás em 1953. E mesmo as *Reformas de Base*, que anunciavam as reformas agrárias e urbanas, reforma tributária, reformas eleitoral e universitária, dentre outras, não significavam mera agenda governamental, ou estratégia de determinados *lobbies* do “empresariado nacionalista”, mas o resultado de um longo amadurecimento político das classes populares. Foram

elas que galvanizaram as lutas do complexo nacional-popular, na tentativa de reformar o capitalismo por meio do nacionalismo, sempre estranho às camadas superiores da sociedade brasileira¹². Estavam-se criando, na verdade, as precondições para o que ficou conhecido como a “Revolução Brasileira”¹³.

Em sentido contrarrevolucionário, as estatizações de subsidiárias norte-americanas no Rio Grande do Sul, a política externa independente – que desafiava a negociação da dívida externa –, o próprio controle das remessas de lucro de empresas estrangeiras sediadas no país, e de um modo geral, as sucessivas derrotas na democracia representativa, eram ameaças estruturais que catalisavam a organização política e conspiratória do complexo multinacional. Além das burguesias industriais e financeiras internas e externas, faziam parte do complexo os oficiais militares, latifundiários, classe média, Igreja Católica e o próprio Governo dos EUA. Nessa conjuntura, os interesses do complexo multinacional seriam muito difíceis de ter aprovação popular, daí a necessidade de criar seus próprios núcleos políticos como o *Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD). Neles seriam gestadas tarefas emergenciais para restabelecer a “segurança democrática”, articuladas entre as burguesias internas, empresas multinacionais e os EUA, além de intelectuais e líderes da classe média¹⁴.

Quando estourou o Golpe de 1964 no Brasil, uma delegação de integrantes do IPES/IBAD deslocou-se imediatamente para os EUA, com o objetivo de relatar as novas posições e o comprometimento contrarrevolucionário. Imediatamente, esse grupo estabeleceu contatos com os diretores de empresas multinacionais pertencentes ao *Committee for Economic Development* (CED), onde alguns também eram executivos de matrizes que, além de terem operações no Brasil, contribuía regularmente para o IPES/IBAD (DREIFUSS, 1981). Adicionalmente, reataram relações com os credores da dívida externa e expuseram em linhas gerais o que seria a política econômica do Governo Castelo Branco (1964-1967).

A crise que antecedeu o golpe, redundando na vitória do complexo multinacional, diz respeito, segundo Fernandes (2006), ao próprio tensionamento da dominação burguesa, exigindo respostas rápidas e seguras para manter o nexo imperialista que vinha do período Kubitschek. Internamente, essa crise se expressava por conflitos intraclasse burguesa (“pressões dentro da ordem”), com algumas clivagens por disputas de privilégios na associação dependente. A condição de subdesenvolvimento e de dependência não permitia, todavia, o exercício pleno de tais divergências, visto que o radicalismo burguês não podia ser usado para mobilizar as massas sem alastrar os conflitos para além de sua própria força de contenção. Por outro lado, parte do

complexo nacional-popular (“pressões contra a ordem”), embora defendessem opções antiburguesas, não tinha força suficiente para ameaçar o status quo. Mesmo assim, sua existência já implicava demasiados riscos que não poderiam ser assimilados pelas burguesias.

Noutra direção, o patrimonialismo burguês associado ao autoritarismo de raízes coloniais, típico do Estado brasileiro, entrava em choque com alguns setores burocráticos que se autonomizavam, nacionalizando certos setores administrativos. Externamente, o aumento do controle sobre o capital internacional, ou mesmo o afrontamento aos seus interesses naquele momento, desafiava a continuidade na construção da base material interna que fortalecia politicamente as burguesias brasileiras. Necessitavam dessa base para incrementar o parque industrial, modernizando e dilatando os padrões de consumo, pois só assim poderiam manter a rentabilidade para toda a esfera privada, sem perder o *status* de “burguesia nacional”, que mantinha uma certa legitimidade via ideologia desenvolvimentista.

Nesse sentido, é preciso qualificar o tipo de intervenção estatal que nasceu nessa fase, visto que a confusão foi muito grande, por alguns acreditarem na “força” do “Estado autoritário” e na possibilidade de existir um “capitalismo dirigido” a partir de militares e tecnocratas. Para Fernandes (2006, p. 402):

ambas as noções são ambíguas. Contudo, elas traduzem uma realidade concreta. O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional. Porém, para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao desenvolvimentismo extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia¹⁵.

O que Fernandes (2006) chamou de “modelo-autocrático burguês” foi justamente a reformulação do Estado brasileiro por meio do complexo multinacional, que além de proteger institucionalmente as classes urbanas abastadas e as classes dominantes agrárias, garantia segurança ao imperialismo, retomando os influxos de IDEs (Tabela). Também significava uma “ditadura de classe preventiva”, para coibir qualquer possibilidade das classes subalternas questionarem tal modelo. De um lado, seria possível redinamizar a economia brasileira, inclusive introduzindo ajustes tecnocráticos por meio de reformas institucionais, como a do *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG). Foram elas que permitiram maior mobilidade ao capital internacional, incentivos ao *agrobusiness*, exportadores, financistas, além de estimularem toda classe média alta para cima ao consumo de bens de consumo-duráveis e habitação. No lado oposto, as mesmas reformas arrojaram os salários, aumentaram a expropriação de

trabalhadores rurais, destruíram os sindicatos, desmantelaram movimentos sociais e partidos progressistas, culminando na institucionalização da repressão por meio do *Ato Institucional nº5* (AI-5) de 1968, símbolo desse período conhecido como modernização conservadora.

À custa da concentração de renda e de maior subordinação ao imperialismo, criaram-se as condições ideais para a retomada do crescimento, assumindo um valor médio anual entre 1968 e 1973 de mais de 10% (FURTADO, 1972), cujos círculos conservadores denominariam como o “milagre econômico brasileiro”¹⁶. O financiamento de tal expansão passava por uma nova conexão de interesses externos e internos, que se estabeleciam pelo endividamento externo, em que as empresas multinacionais tomavam empréstimos no Euromercado e repassavam para suas filiais na América Latina, ao lado das burguesias internas e das empresas estatais¹⁷. As facilidades de endividamento externo, como podemos observar no crescimento da dívida, e as possibilidades de extração e de remessas de excedentes foram garantidas pela própria flexibilização na Lei de Remessas de Lucro.

4. “Lei de Remessas de Lucro”¹⁸

A tentativa de controle sobre o capital internacional no Brasil não se originou nos anos 1960. Com certo apoio do complexo nacional-popular, desde os anos 1930 havia iniciativas estatais que

viam necessidade de impor um maior disciplinamento aos fluxos de capitais estrangeiros, ou mesmo reservar os recursos naturais para exploração de residentes, bem como proteger determinados setores da concorrência externa¹⁹. Todas essas tentativas jamais se transformaram em oposição frontal ao capital internacional, e muitas delas não sobreviveram por mais de um ano (CAMPOS, 2015). De um modo geral, a legislação que predominou foi a que garantia maior mobilidade ao capital internacional, concedendo incentivos às empresas multinacionais para explorar o mercado brasileiro, e todas as facilidades de associação com a burguesia interna, tal como a Instrução nº3 da SUMOC de 1955²⁰.

O retorno de iniciativas disciplinares à internacionalização, num nível até mais radical que as anteriores, tem sua explicação no contexto da crise dos anos 1960 que descrevemos. Foi nele que se acirraram as contradições sociais, surgindo propostas de reformas estruturais pelo complexo nacional-popular. Problemas aparentemente econômicos, como remessas de lucro, desnacionalização, oferta de produtos para um perfil de demanda concentrada e deformada pelo subdesenvolvimento, dependência tecnológica, superfaturamento de importações e subfaturamento de exportações, etc., ganhavam nesse momento clara conotação política, de forma a desestabilizar o consenso conservador nas instâncias representativas, como o *Congresso*

Nacional. Não por acaso, o debate parlamentar que se travou em torno dessas questões resultou na edição do mais sistemático regime regulatório sobre o capital internacional, mediante a promulgação, em 3 de setembro de 1962, da Lei 4.131 (“Lei de Remessas de Lucro”).

Para entendê-la em sua amplitude, precisamos tratar da legislação que precedeu a Lei 4.131, sua lógica interna de controle sobre as remessas de lucro e a modificação futura com a ditadura, que, além de sua flexibilização, levou à conexão dos interesses das filiais estrangeiras ao financiamento externo, marcando a consolidação do complexo multinacional. Começando pela “Lei de Tarifas”, cujo diploma legal, além de incorporar por completo a Instrução 113, desenvolveu um amplo sistema protecionista que beneficiava as empresas estrangeiras ingressadas no Brasil depois de 1955. As empresas multinacionais foram favorecidas por essa legislação, uma vez que seus setores teriam reserva de mercado através de uma taxa especial que chegava a até 150% para produtos de importação similar. O expediente serviu como um poderoso suporte para o capital internacional ampliar-se internamente, abrindo um precedente legal ao processo de desnacionalização que teve origem na Instrução 113. O IDE internalizado a partir de 1955 teve como antecipação estratégica essa proteção comercial, em que o espaço relativamente seguro para sua ação lhe permitia constituir-se plenamente nos mercados internos periféricos sem risco de

concorrência, uma vez que estava delimitado por rígidas fronteiras nacionais. A sua posição comercial, defendida, sobretudo, nos setores manufatureiros, manteve um razoável ponto de apoio em presença das políticas governamentais que favoreciam o preço do “excedente dos produtos”.

Ao final do Governo Kubitschek, o forte desequilíbrio nas contas externas e a escalada inflacionária fizeram que as swaps se tornassem importantes instrumentos de captação externa, principalmente diante da queda acentuada de IDE a partir de 1959 (Tabela). Essa conjuntura mostrou-se desesperadora para o Presidente Jânio Quadros (1961), que teria que angariar apoio externo para renegociar a dívida (mesmo depois da ruptura de Kubitschek com o FMI) e ainda obter novas linhas de crédito para reverter o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Neste último intento, ele foi bem sucedido, visto que conseguiu levantar mais de US\$ 500 milhões em recursos líquidos. No plano interno, Jânio submeteu o regime cambial a mais uma reforma, com exceção para algumas exportações prioritárias como café, algodão, cacau e minerais estratégicos.

Essa reforma foi conduzida pela Instrução nº. 204 da SUMOC, de 13 de março de 1961, que previu, ao unificar o câmbio, a elevação do custo de petróleo, equipamentos, trigo e papel de imprensa, ao passo que, na paridade livre, foram

incluídos os produtos da categoria geral, deixando para os leilões aqueles produtos considerados supérfluos. Em linhas gerais, esse diploma legal procurou resolver o déficit em contas externas, desvalorizando os principais produtos de exportação, enquanto, pela taxa unificada, procurou economizar divisas no mercado livre, contraindo as importações de supérfluos e arrecadando fundos por meio de ágios incidentes sobre eles. Isso significava também um enorme esforço para limitar as crescentes remunerações externas do capital internacional no país, denotando, aliás, um velho problema de estrangulamento cambial para importações de produtos essenciais à industrialização. O amadurecimento do Plano de Metas impunha a necessidade de novas importações de bens de produção que, pelos condicionantes da crise econômica que mencionamos anteriormente, não tinham condições de se manter sobre as mesmas bases. A queda no ritmo de acumulação mostrava-se, por um lado, na superestimação das capacidades produtivas em setores de bens de consumo; por outro, em uma espécie de subaproveitamento dos setores de bens de produção.

A Instrução 204 era uma tentativa de responder, por linhas ortodoxas, a todas essas contradições que iam paralisando a economia. Distante de promover o questionamento da ação do complexo multinacional internamente, o Governo Jânio Quadros aprofundou a subordinação do Estado à internacionalização por meio da

unificação cambial e da reserva de mercado, conduzindo a economia a um impasse cuja dimensão se colocava pela contínua pressão sobre o balanço de pagamentos. A garantia de reserva de mercado ao capital internacional e as cambiais para remessas de lucros aguçou a crise, em que o debate sobre a situação da internacionalização brasileira tomou conta do país, levando à eclosão de um fervoroso clima político (NETTO, 2014).

Cada vez mais foi se percebendo que haveria necessidade de conceber critérios de essencialidade para as empresas multinacionais no país, bem como um controle sobre suas remessas, o qual possibilitasse ser compatível com as entradas líquidas de IDE, ou mesmo impor uma rigorosa seleção de áreas de aplicação do capital internacional potencialmente voltado à exportação. Essa tendência repunha critérios que haviam sido abandonados com a Instrução 113, mas que, perante a crise dos anos 1960, estudos, pareceres, pronunciamentos oficiais e projetos de lei apresentados ao *Congresso Nacional* consubstanciavam uma ideia unificada de submeter o complexo multinacional aos desígnios internos da agenda reformista empunhada pelo complexo nacional-popular.

Essa polarização penetrava nas discussões parlamentares, principalmente na *Câmara dos Deputados*, resultando no Projeto de Lei nº. 3.251 de 1961, que tinha no controle sobre as remessas

de lucro seu maior objetivo. Encampando o projeto considerado nacionalista, que tinha como pretexto a autonomia nacional em relação ao capital internacional, estava, por exemplo, Celso Brant. Já a crítica vinha de Daniel Faraço, membro ilustre da UDN e das forças de oposição a Jango, lideradas por Carlos Lacerda. Passada uma tensa e polêmica discussão sobre o capital internacional no Congresso Nacional, sendo o “Projeto Celso Brant” reformulado pela proposta moderadora do “Projeto Mem de Sá” no *Senado*, ao retornar à *Câmara dos Deputados*, no dia 3 de setembro de 1962, a Lei nº. 4.131 foi finalmente promulgada²¹.

A Lei 4.131 representava uma inflexão no marco institucional destinado a regular o capital internacional por várias razões. Primeiro, por ser a mais bem organizada legislação feita para essa questão até o momento. Segundo, ela se diferenciava da Instrução 113, que havia revogado todo o complexo de essencialidade e seletividade da legislação varguista, cujo desdobramento do sentido do termo “de especial interesse nacional” havia sido extinto em 1955. Em terceiro lugar, ela se distinguia também da Lei de Tarifas, que apresentou um excesso de proteção ao oligopólio estrangeiro internalizado; do próprio Decreto nº. 42.820 (1957), que regularizou a Instrução nº. 113 (1955); assim como da Instrução nº. 204 (1961) que, ao unificar o câmbio, colocava o Estado nacional como avalista do grave problema cambial. A Lei de Remessas de Lucro

vinha no sentido contrário a todas essas institucionalidades que tinham como intuito diminuir a discricionariedade da política econômica perante as ações do complexo multinacional.

Contudo, a Lei 4.131 também restaurava uma continuidade com o Decreto-Lei nº. 9.025 de 1946 (Governo Dutra) e o Decreto nº. 30.363 de 1952 (segundo Governo Vargas), principalmente no que tange à proibição da base de cálculo para remessas do reinvestimento de lucro. Se dez anos antes, as outras legislações já tinham provocado celeuma nas empresas estrangeiras aqui instaladas, agora, depois de toda a internacionalização da indústria pesada ocorrida a partir de 1955 com IDEs novos, cuja capacidade de recuperar 100% do capital inicial dava-se em poucos anos, dá para imaginar as proporções e implicações políticas, muito maiores que na época de Vargas, que a Lei de Remessas de Lucro representava. Talvez esse fosse um dos motivos que fizeram João Goulart regulamentar esse polêmico diploma legal só no dia 17 de janeiro de 1964, por meio do Decreto nº. 53.451, que por sua vez explica a indecisão em registrar as remessas de lucro para o ano de 1963 e 1964, simbolizadas pela ausência desses dados na nossa Tabela.

De início, a Lei 4.131 procurou redefinir a internacionalização brasileira, distinguindo o que era capital internacional; depois, buscou determinar quais as suas condições legais para

ser comparado com o capital privado nacional. Também definiu o que era reinvestimento de lucro; impôs uma alíquota de 8% do capital inicial para remessas de juros; estimou um valor geral para os impostos incidentes sobre as remessas de lucros, dividendos, *royalties*, assistência técnica e administrativa; além de exigir o registro do montante do capital internacional em moeda de origem. Por outro lado, a lei limitou as remessas de *royalties*, assistências técnicas e científicas a um valor não superior a 5%, bem como proibiu que a filial estrangeira pagasse por essas remunerações às matrizes, ou exercesse os conhecidos preços de transferência (subfaturamento das exportações e/ou superfaturamento das importações). A lei também procurou regular, de uma maneira geral, o mercado cambial, os capitais de brasileiros no exterior, os regimes bancário e fiscal.

Diante da sistematização desses dispositivos legais, mesmo estando implícito o rigor da lei e a melhor descrição de seus postulados, esse conteúdo não tinha, até então, potencial de incendiar o *Congresso Nacional*, como ocorreu com os artigos que diziam respeito especificamente às remessas de lucro, proibindo da base de cálculo os reinvestimentos. Mas, além das condições extraordinárias para editar a proibição das remessas a partir dos reinvestimentos, os três famosos artigos (31, 32 e 33) do “Projeto de Lei Celso Brant” também indicavam o mesmo postulado, sem prever a excepcionalidade. As

oposições a esses dispositivos, que emanavam do complexo multinacional de que tratamos anteriormente, não recuaram. A proibição dos reinvestimentos e o limite de 10% para remessas, cujo valor excedente seria considerado retorno de capital, configuravam-se como a razão da ira desse complexo²².

A Lei 4.131 procurou repor o controle ao capital internacional que a Instrução 113 havia suprimido, tornando-se um dos elementos mais relevantes da argumentação dos setores conservadores contra o governo. Por outro lado, ela também simbolizou o questionamento da internacionalização brasileira, constituindo-se como uma das razões pela qual o Golpe de 1964 não foi mero resultado da conspiração dos quartéis, mas, acima de tudo, dos interesses reais constituídos em parte pelo próprio complexo multinacional. Se assim não fosse, como explicar que uma das primeiras medidas tomadas pelo primeiro governo militar ao ser empossado, ainda no segundo semestre de 1964, tenha sido justamente a alteração dos artigos mais polêmicos da Lei de Remessas de Lucro, por meio da Lei 4.390?

Como vimos noutro item, com o Golpe de 1964, os interesses que integravam as empresas estrangeiras instaladas no Brasil restauraram as condições institucionais destinadas a facilitar o movimento do capital internacional. Isso não significava apenas o retorno aos expedientes da Instrução 113 (1955) e da Lei de Tarifas

(1957), que, apesar de importantes e funcionais à segunda metade dos anos 1950, já não eram suficientes às novas necessidades internas de acumulação. Uma vez suprimidas as reivindicações dos setores populares que exigiam uma maior independência em relação à dinâmica externa, o “Estado autocrático burguês” (FERNANDES, 2006) fez justamente o contrário, porque, além de flexibilizar a Lei de Remessas de Lucro, instaurou uma reforma institucional que conectava os interesses das empresas multinacionais e classes associadas aos empréstimos externos altamente disponíveis pelo sistema financeiro internacional (Euromercado). Esse estágio de desregulamentação financeira interna, aliado à sobreoferta de empréstimos externos, foi conduzido conscientemente pelo complexo multinacional. Na verdade, isso significava a consolidação do “imperialismo total” no Brasil, que vinha da época do Governo Kubitschek, porque, além de restaurar as condições do marco regulatório menos restritivas criadas em 1955, subordinou-as aos desígnios externos do capitalismo monopolista²³.

O Decreto nº. 55.762, de 17 de fevereiro de 1965, que regulamentou a Lei de Remessas de Lucro modificada (Lei 4.390), trouxe, de maneira inédita, a possibilidade de intermediação direta de liquidez internacional pelas empresas multinacionais instaladas no país, além de conceder o mesmo direito aos bancos nacionais. O dispositivo permitia o financiamento de capital de

giro e capital fixo para as empresas multinacionais. De maneira complementar, previa-se uma integração maior com os EUA por meio de um acordo bilateral, sobretudo para criar condições mais favoráveis ao capital internacional. A internacionalização privada era vista nesse acordo como a forma mais “salutar” ao “desenvolvimento econômico do continente”, em detrimento de dotações líquidas públicas. Diga-se, de passagem, que não era qualquer tipo de internacionalização privada, pois, além de os militares desobstruírem as condições legais e a política econômica à acumulação das empresas multinacionais nos termos desejados pelos EUA, também moldaram o sistema financeiro nacional às condições do mercado de Euromonedas. Isso não ficou restrito apenas ao D55.762, que ajustava a Lei 4.131 às necessidades de endividamento externo pelas filiais estrangeiras instaladas no país, mas, sobretudo, foi possibilitado por novos dispositivos que surgiam em resposta às transformações que o capitalismo monopolista como um todo exigia.

A Instrução nº. 289 de 14 de janeiro de 1965 teria esse sentido, ou seja, o de completar o marco institucional que proporcionaria à política econômica, definida pelo PAEG e depois pelo *Plano Estratégico de Desenvolvimento* (PED), estar em consonância com as expectativas financeiras das empresas multinacionais. A partir dessa Instrução, foi possível à *Carteira de Câmbio do Banco do Brasil* efetuar compras de

moedas estrangeiras, estabelecendo, em contrapartida, para o vendedor, o direito de cobertura cambial ao retorno de divisas. Diante da alta disponibilidade líquida das filiais estrangeiras no mercado de crédito internacional, por meio de suas matrizes, dá para imaginar o tratamento preferencial que governos como o de Castelo Branco (1964-1967) e de Costa e Silva (1967-1969) destinariam ao capital privado internacional. Em outros termos, as facilidades que a Instrução 289 concedia à filial estrangeira eram dadas pela possibilidade de intermediação simplificada e direta com os empréstimos externos.

Embora não colocasse de maneira explícita uma desvantagem para as empresas locais em favor das estrangeiras, tal como a Instrução 113, a 289 indiretamente destinava privilégios às últimas – privilégios que, na prática, resultavam em discriminação com relação às primeiras. A vantagem estava em prover as empresas multinacionais de uma abundante massa de financiamentos internacionais ao seu capital de giro, a serem trocados por cruzeiros, justamente quando o PAEG conduzia uma política antiinflacionária mediante contenção creditícia. A fim de resolver o impasse de favorecimento ao capital internacional, foi criada a Resolução nº. 63 do *Banco Central do Brasil* (BACEN), em 17 de agosto de 1967, permitindo a intermediação financeira direta entre as instituições privadas domésticas e as corporações de crédito internacional.

Em suma, tanto o capital internacional do setor produtivo quanto o da esfera financeira foram os grandes beneficiados dessa reforma que teve seu início na modificação da Lei de Remessas de Lucro. Essa reestruturação no capitalismo dependente brasileiro significou a imposição sistemática dos interesses do complexo multinacional. Por meio da exigência de mecanismos institucionais que integrassem a estrutura financeira nacional ao ritmo de expansão do crédito internacional, essa reforma estrutural concedeu enormes vantagens, com prazos alongados e custos baixos à captação de empréstimos externos, dos quais as filiais instaladas no país desfrutaram de maneira intensa nos anos 1970. Há de se ressaltar, também, que o favorecimento do financiamento externo às empresas multinacionais, embora tivesse uma “nobre” perspectiva produtiva, que ensejaria o aumento das taxas de investimento pelo acréscimo do capital de giro e do estoque de capital fixo, foi, sobretudo, como mostramos anteriormente, uma forma de burlar as restrições que se impunham às remessas de lucros.

5. Considerações finais

O que mostramos até aqui foi que o Brasil, historicamente regido pela dependência externa e o subdesenvolvimento, submeteu-se a uma nova fase imperialista articulada pelo complexo multinacional. Por de trás da euforia

desenvolvimentista do período Kubitschek, desencadeada pela implantação da indústria pesada, materializou-se uma nova “dupla articulação”, nos termos de Florestan Fernandes (2006). Quando veio a crise no início dos anos 1960, no entanto, as contradições na reprodução secular do “arcaico” e “moderno” tornaram-se antagônicas, insuperáveis. O complexo multinacional teria, nas manifestações populares e no engajamento político dos mais diversos setores da sociedade, uma resistência. Encampadas por um complexo nacional-popular, tais lutas exigiam reformas urgentes e estruturais para o capitalismo brasileiro. Ou negava-se radicalmente o nexu imperialista no país efetivado em 1954 contra as classes populares, ou o perpetuava, facilitando a assimilação interna desse novo ciclo de internacionalização do capital. A resolução dessa polarização teria que passar necessariamente por uma “Revolução Brasileira”, sendo que determinadas pré-condições iam surgindo no processo, tais como a aprovação da Lei de Remessas de Lucro.

A contrarrevolução sacramentada pelo Golpe de 1964, mas em processo de constituição desde 1954, montou as bases institucionais que garantiriam futuras conquistas do capital internacional, dirimindo os riscos de contestação revolucionária. Diante das novas exigências no padrão mundial de acumulação, a Lei de Remessas de Lucro foi alterada naqueles dispositivos contrários ao complexo multinacional, além de

serem introduzidos novos, que flexibilizavam ainda mais os canais para a livre mobilidade de capitais. Se em uma primeira etapa, fomos envolvidos numa internacionalização de capital cuja dimensão produtiva foi compatibilizada com a política econômica em curso, buscando a implantação da indústria pesada, em um segundo momento, a internacionalização financeira iniciada no centro começou a ser importada por meio das reformas do “Estado autocrático burguês”, que respondiam inteiramente às expectativas de valorização do complexo multinacional. Com o intenso endividamento externo, rompeu-se o controle nacional da estrutura monetária brasileira, facilitando o comando das atividades econômicas pelo complexo multinacional. O preço a ser pago por esse caminho trilhado viria rapidamente, tão logo a crise da dívida externa nos anos 1980 eclodisse e, junto com ela, o epílogo da era desenvolvimentista.

Bibliografia

ANDRADE Jr., Attila de Souza Leão. *O Capital estrangeiro no sistema jurídico brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Forense, 2002.

BACEN. *Boletim do Banco Central*, vários números.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000.

CAMPOS, Fábio Antonio de. *A Arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Campinas: 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

“Multinational firms and the regulatory framework in Brazil (1951-1967)”, *Apuntes*, v. 42, p. 137-172, 2015.

_____ & SAES, Alexandre Macchione. “Origem e ascensão do debate sobre o capital internacional na formação econômica brasileira (1889-1964)”. *Estudos de Sociologia*. São Paulo: n.20, p.169-194, 2006.

_____ & RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. “Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a Experiência Brasileira (1956-1982)”, *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo: v. 17, n. 2, p. 377-414, 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A Internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FAJNZYLBER, Fernando. *Industrialización e internacionalización en la América Latina*. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2v., 1980.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONSECA, Herculano Borges. *Regime jurídico do capital estrangeiro: comentários à Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, e Regulamentos em vigor*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

FURTADO, Celso Monteiro. *A Pré-Revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1972.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A Nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GENNARI, Adilson Marques. *Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessas de lucros no Governo Goulart*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

LOUREIRO, F. P. “Um golpe de sorte? A aprovação da lei de limitação de remessas de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964)” In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2013, Juiz de Fora. *Anais do X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas*, Juiz de Fora: UFJF/ABPHE, 2013, p. 346-365.

NACIONES UNIDAS. *El Financiamiento externo de América Latina*. NY: UN, 1964.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO Jr., Caio. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *A Revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SENADO FEDERAL DO BRASIL <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>, acesso em 13/02/2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

SUMOC. *Boletins da Superintendência da Moeda e do Crédito, 1955-1966*. Brasília: Sumoc, 1955-1966.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). 1964: Visões Críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Notas

1. Inúmeros trabalhos revisaram esse assunto. Dentre eles, destacamos Netto (2014), Pinheiro (2014) e Toledo (2014).

2. O capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro constitui uma das questões mais polêmicas e controversas da nossa historiografia, tema tratado, aliás, por Bielschowsky (2000) e Campos e Saes (2006). Nessa vasta literatura encontramos desde aqueles que defendiam o capital internacional como imprescindível para a modernização do país, passando pelos que acreditavam ser possível submetê-lo aos interesses nacionais, até os que reconheciam nele uma das principais causas da perpetuação da dependência externa e do subdesenvolvimento. Baseada nos trabalhos de Fernandes (1975; 1981; 2006), Furtado (1981; 1982), Prado Jr. (1957; 1966; 1970) e Sodré (1997), nossa abordagem afilia-se a essa última vertente.

3. Além de Florestan, autores como René Dreifuss (1981; 1986) mostraram como o crescente domínio desse complexo multinacional, mesmo desenvolvendo as forças produtivas brasileiras, modificou radicalmente as relações capitalistas no país, de tal ordem que muitas das contradições sociais do passado transformaram-se em lutas de contestação a esse poder.

4. No “imperialismo total”, o controle seria endogenizado nos diferentes mercados internos, organizando “a dominação externa a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc.” (FERNANDES, 1975, p.18).

5. Os meios de irradiação seriam os mais diversificados, abrangendo desde programas de comunicação em massa que estimulavam uma “modernização dirigida”, tal como o rádio, a televisão, a imprensa, a educação formal, os programas de assistência técnica, até a criação de instituições “multilaterais”, que impunham uma ideologia desenvolvimentista a partir do *Acordo de Bretton Woods*, o *Plano Marshall*, o *Banco Mundial* (BIRD), o *Fundo Monetário Internacional* (FMI), ou da *Organização do Atlântico Norte* (OTAN). Será, aliás, dessa hegemonia capitalista que surgirão certos slogans refletindo abstratamente a conciliação burguesa como sinônima de “solidariedade hemisférica”, “solidariedade às nações democráticas”, ou mesmo a “defesa da civilização cristã e ocidental” (FERNANDES, 2006, p. 267).

6. Primeiramente, mantinha-se a dependência externa pela expropriação direta via exclusivismo colonial, em que se vendiam produtos primários baratos para o comércio metropolitano, sendo que as importações de bens de consumo eram inflacionadas e controladas por poucos fornecedores no Reino lusitano. Posteriormente, a dependência aprimorou a especialização mercantil condicionada pelo imperialismo britânico, ofertando produtos como café e importando bens manufaturados. Finalmente, a subordinação externa metamorfoseou-se pela própria assimilação do capitalismo que, mesmo retendo parte do excedente gerado no mercado interno, dependia das exportações de produtos primários para satisfazer, com importações, o consumo das classes dominantes, além de bens de capital para a indústria leve que surgia. Desde o período neocolonial até a ordem competitiva, a economia brasileira necessitava do investimento direto estrangeiro (IDE) e do financiamento externo; seja para dotar sua estrutura agrário-exportadora de melhores condições de transporte, beneficiamento, infraestrutura portuária e financeira; seja para sustentar as várias políticas de valorização do café com emissões primárias lastreadas em empréstimos externos. O país era, desse modo, uma zona de permanente drenagem de excedentes para o exterior na forma de lucros, juros, etc. (FERNANDES, 1975; 1981).

7. A impossibilidade da exportação de capital dotar as economias periféricas, em especial a brasileira, de uma autonomia relativa por conta da industrialização nos anos 1950 pode ser constada em Prado Jr. (1957; 1966; 1970).

8. Distintamente do caso burguês prussiano, por exemplo, em que sua natureza capitalista, por vezes xenófoba, bloqueava qualquer associação externa de longo prazo que pudesse orientar sua dominação política, no caso brasileiro, para a caracterização da burguesia seria necessário entender, no arquétipo weberiano, que a figura do especulador se sobressaía ao tipo empreendedor, cuja atividade de curto prazo sempre foi a força econômica preponderante na aglutinação política dos interesses de classe, especialmente em momentos de crise (FERNANDES, 2006).

9. Sobre a internacionalização na América Latina neste período, ver Fajnzylber (1980).

10. O *Conselho de Desenvolvimento*, formado pela *Superintendência da Moeda e do Crédito* (SUMOC) e a *Carteira de Comércio Exterior* (CACEX), seria, teoricamente, o principal agente estatal da centralização do processo, enquanto os grupos executivos como o *Grupo Executivo da Indústria Automobilística* (GEIA), *Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval* (GEICON) e *Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada* (GEIMAPE), seriam os responsáveis por cumprir as metas setoriais dentro do cronograma do *Plano*.

11. Sobre os condicionantes econômicos da crise, ver Furtado (1972).

12. O contexto social e político que antecede o Golpe de 1964 pode ser conferido em Toledo (2014).

13. Para discussão sobre a “Revolução Brasileira”, ver Fernandes (2006), Furtado (1962), Prado Jr. (1966) e Sodré (1997).

14. Como mostrou Dreifuss (1981; 1986), essas organizações brasileiras, além de terem financiamento interno das burguesias locais, recebiam donativos de fora, seja financiamento de empresas ou de governos alinhados, seja pelo fornecimento de altos executivos oriundos de grandes corporações. Dentre alguns exemplos, temos a *Atlantic Community Development Group For Latin America* (ADELA), criada em 1962 a partir das recomendações estratégicas da *Standard Oil* e da *FLAT*. Tal instituição era formada por 240 empresas transnacionais, com escritório em Lima, no Peru. A ADELA tinha como objetivo influenciar governos latino-americanos a manter um clima favorável ao IDE, bem como firmar acordos e parcerias de perícia técnico-administrativa com as elites locais; a *Latin American Information Committee for Economic Development* (LAIC), o *Business Group for Latin America* (BGLA) e o *Committee for Economic Development* (CED), ao se fundirem em meados dos anos 1960 com o nome de *Council for Latin America* (CLA), sob a chefia de David Rockefeller, exerceram função parecida à da ADELA. Essa “elite orgânica” estava preparada não apenas para conspirar contra os regimes democráticos latino-americanos, provocando golpes de Estado em cadeia, mas também para socializar quadros técnicos de empresas multinacionais, com elevado nível para assessoramento de burocratas. O treinamento de oficiais militares em centros de

excelência como a *Escola Superior de Guerra* nos EUA tinha objetivos complementares a esses. Desse modo, estava em curso, além da preparação para tomada do poder pela força, um *staff* civil-militar que iria, por meio da tecnocracia, governar regimes ditatoriais latino-americanos por muitos anos.

15. Sobre esse último caráter, Fernandes (2006, p. 364) deixou claro que o “nacionalismo militar” não passava de uma ilusão, visto que “o desenvolvimento interno do capitalismo não conduzia a sociedade burguesa a tal direção. Ele não comportava uma burguesia ‘heróica’ e ‘conquistadora’; e tampouco podia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo ou de nacionalismo exaltado de tipo burguês. Para ‘governar seu mundo’, as classes burguesas deviam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos do capitalismo dependente”. Sendo antinacional e autocrática, a ditadura instrumentalizada pelo nexu imperialista definido em JK preservava tanto a reprodução socioeconômica e cultural do fordismo, quanto internalizava novas formas de financiamento externo que gerava o crescimento econômico por mais algum tempo. A militarização do Estado, por sua vez, blindava o domínio burguês ante dois riscos: de novas clivagens no estamento superior das burguesias e da possível tensão de “baixo para cima” das classes subalternas.

16. Para mais detalhes sobre as causas e os efeitos perversos desse ciclo expansivo, ver Furtado (1972).

17. Sobre esse tema ver, Campos & Rodrigues (2014) e Furtado (1982).

18. A edição da lei, bem como suas reformulações, e grande parte da legislação que lhe antecede, podem ser encontradas em SENADO FEDERAL DO BRASIL (2016). As Instruções da SUMOC e outras resoluções foram consultadas em seus boletins entre 1955 e 1966.

19. Nesse sentido, podemos destacar o *Código de Água e Código de Minas* de 1934, radicalizados na Constituição de 1937, além da *Regulamentação dos Serviços de Radiocomunicações em Território Nacional* entre 1931 e 1934; o *Código Brasileiro do Ar* de 1938, bem como os códigos da pesca, caça, florestas, propriedade industrial, entre outros. Nesse mesmo enquadramento histórico, em 1945, temos a “Lei Malaia” (Lei 7.666), que previa um controle nas relações internas de empresas suscetíveis a monopólio. No segundo Governo Vargas, temos o Decreto 30.363 (1952) que proibia as remessas de lucro contabilizadas dos reinvestimentos, bem como uma ampla legislação de seleção e direcionamento de capitais internacionais pela criação em 1954 da Comissão de *Investimentos e Financiamentos Estrangeiros Registráveis* (CIFER).

20. Editada durante o breve Governo Café Filho (1955-1956), que se seguiu ao suicídio de Vargas, a 113 permitia internacionalização de bens de capital na forma de IDE prescindindo de cobertura cambial. Ainda que esse procedimento fosse previsto por Vargas na Instrução nº70 da SUMOC de 1953, só usufruiria dele a empresa multinacional considerada de “especial interesse nacional”. Assim, ela teria que se submeter ao crivo estatal para assumir ou não o *status* de “essencial” aos programas setoriais de desenvolvimento na época de Getúlio. A Instrução 113, no seu artigo nº9, extinguiu deliberadamente tal controle, bem como todas as disposições de regulação sobre o capital internacional que o CIFER pretendia impor no segundo Governo Vargas.

21. Para uma discussão do contexto político em que estava inclusa a Lei 4.131, ver Gennari (1999) e Loureiro (2013).

22. Alguns exemplos de tal ira foram mostrados por Loureiro (2013).

23. A criação de canais institucionais voltados ao acesso da liquidez internacional teve início com a modificação da Lei de Remessas de Lucro, por meio da Lei nº. 4.390 de 29/08/1964, que recolocou na base de cálculo para remessas os reinvestimentos e o aumento da alíquota das remessas de lucro de 10 para 12%.

BIANCA IMBIRIBA BONENTE
JOÃO LEONARDO MEDEIROS

**DESENVOLVIMENTO COMO AUSÊNCIA DE LIBERDADE:
MARX CONTRA SEN**

Recebido em Setembro de 2016
Aprovado em Novembro de 2016

DESENVOLVIMENTO COMO AUSÊNCIA DE LIBERDADE: MARX CONTRA SEN

[...] na representação, os indivíduos são mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida lhes são contingentes; na realidade, eles são, naturalmente, menos livres, porque estão mais submetidos ao poder das coisas. (MARX & ENGELS, 2007, p. 65)

Resumo

O artigo consiste numa crítica à noção de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, sustentada, no plano teórico, por elementos centrais da teoria do valor de Marx. As duas posições são, por conseguinte, apresentadas sinteticamente e contrastadas. Ao recuperar os elementos principais da teoria do valor de Marx, reconstitui-se também a forma como o autor demonstra que, na época atual, o desenvolvimento social é o desenvolvimento do capital e, portanto, das relações sociais por ele pressupostas e postas. O nexos entre o desenvolvimento do capital, de um lado, e os fenômenos da exploração e do estranhamento, de outro, permitem sua caracterização como um processo em que as condições para a liberdade humana são conquistadas pela restrição progressiva da liberdade da maior parte dos indivíduos singulares. Daí a conclusão de que, na verdade, o desenvolvimento é, nas condições atuais, ausência de liberdade.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Liberdade, crítica da Economia Política

Classificação JEL: A13, B14, D63

**BIANCA IMBIRIBA
BONENTE**

**JOÃO LEONARDO
MEDEIROS**

Professores do Departamento
de Economia da Universidade
Federal Fluminense.

Abstract

Development as absence of freedom: Marx against Sen

The paper consists of a critique of Amartya Sen's notion of development as freedom, which is based, on a theoretical level, on key elements of the theory of value of Marx. Both positions are, therefore, synthetically presented and then compared. Resuming the main elements of Marx' theory of value makes it possible to reconstitute how the author demonstrates that, in the current epoch, social development is the development of capital and, so, of the social relations it presupposes and posits. The nexus between the development of capital, on the one hand, and the phenomena of exploitation and estrangement, on the other, characterizes it as a process in which the conditions for human freedom are conquered by the progressive limitation of the freedom of the majority of singular individuals. Thus the conclusion that development, in the present conditions, is actually absence of freedom.

Keywords: Development, Freedom, Critique of Political Economy

I. Introdução

Amartya Sen costuma celebrar o fato de que os trabalhadores, na sociedade capitalista, tenham a “liberdade básica de procurar trabalho assalariado” (SEN, 2000, p. 137). Marx, por sua vez, encarava a procura por trabalho como a expressão maior da falta de liberdade dos próprios trabalhadores assalariados. Já em 1844, no texto que escreve a quatro mãos com Engels, o autor afirma que “a liberdade do trabalho consiste na livre concorrência dos trabalhadores entre si. [...] O trabalho é livre em todos os países civilizados; não se trata de libertar o trabalho, mas de suprassumi-lo [*aufheben*]” (MARX & ENGELS, 2007, p. 201-202).

Apesar da diferença substantiva entre as duas concepções (não apenas teórica, mas também político-ideológica), é inegável que a *liberdade* ocupa um lugar de destaque nas formulações de Marx e Sen. Ambos os autores fizeram de sua obra um manifesto, teoricamente amparado nos campos científico e filosófico, a favor da liberdade humana. Os dois autores resistiram (Sen ainda resiste, é bom que se diga) à tentação de reduzir sua obra aos escaninhos da academia e prateleiras das bibliotecas. Em vida, Marx foi um dedicado militante comunista; morto é sinônimo de revolução. Sen tem relações estreitas com poderosos organismos internacionais – que

modificaram (para melhor ou não, é outra questão) a face do capitalismo contemporâneo –, sendo impossível dissociar sua figura da história mundial recente.

O fato de que Marx e Sen tenham dado à liberdade um tratamento teórico tão distinto e, na prática, tenham mobilizado ações tão diversas revela, no entanto, uma profunda divergência. Como pretendemos demonstrar ao longo deste artigo, trata-se, na verdade, de visões de mundo (ontologias) antitéticas, cuja oposição se expressa exemplarmente pelo tratamento conferido à categoria da liberdade. Enquanto, na perspectiva de Sen, a liberdade é concebida em termos abstratos e individuais, Marx percebe a liberdade humana como uma condição concreta, histórica. No primeiro caso, apesar da ênfase na liberdade conferir à formulação um acento crítico, a consequência é uma afirmação acrítica da possibilidade de realização dos anseios libertários nos marcos do modo de produção capitalista; no segundo, ao enfatizar o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, que amplia as possibilidades da emancipação humana, ao mesmo tempo em que impede sua plena realização, o resultado é uma defesa da necessidade de transformação social.

Para estabelecer o contraste entre as visões de Marx e Sen sobre a liberdade, e sua relação com o desenvolvimento social, o artigo encontra-se dividido em três seções, além desta introdução

e da conclusão. Na primeira, são apresentados os termos gerais das concepções responsáveis pela reputação de Sen como economista e articulador político, especialmente seu “enfoque das capacidades” e sua ideia de “desenvolvimento com liberdade”. Nas duas últimas, recorremos aos diversos momentos da obra de Marx nos quais o autor oferece uma concepção sobre o desenvolvimento (em geral e em forma especificamente capitalista) e sobre a relação entre o desenvolvimento e a liberdade, que podem ser utilizadas como um contraponto crítico à perspectiva de Sen.

2. Desenvolvimento como liberdade: o enfoque das capacidades de Amartya Sen²

Tanto em suas incursões no campo da teoria do bem-estar social, quanto nos debates sobre desenvolvimento, Sen procura oferecer, inegavelmente, um contraponto crítico às teorias econômicas dominantes (ainda que o alcance dessa crítica seja limitado, como pretendemos demonstrar). No primeiro caso, Sen propõe uma redefinição do fundamento ético das teorias econômicas do bem-estar individual e social, com o propósito de superar a ênfase quase exclusiva na reprodução material, característica das teorias mais difundidas (geralmente centradas no aumento da utilidade, da renda disponível, da capacidade de consumo etc.). No campo

do desenvolvimento, a crítica de Sen toma a forma da defesa da ideia de “desenvolvimento como liberdade”, que o autor apresenta como alternativa às visões mais restritas, que em geral tratam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento do produto.

A base da intervenção de Sen, elaborada e aprimorada em seus trabalhos das décadas de 1970 e 1980, é a perspectiva teórica rotulada pelo próprio autor como “enfoque das capacidades”. Pensado inicialmente como teoria ética e, portanto, como base de uma teoria do bem-estar inovadora, o “enfoque das capacidades” deslocaria a ênfase da avaliação ética (e do bem-estar individual e social) dos *meios* (mercadorias, renda e outros recursos) para as *finalidades* (aumento da liberdade ou, segundo os termos do autor, da “capacidade” para realizar os “funcionamentos” desejados) (SEN, 2001, p. 81-82). Com esse deslocamento, Sen distancia sua abordagem do trabalho de pensadores como Rawls e do “libertarismo” (de ultradireitistas, como Nozick e Dworkin). Por outro lado, o “enfoque das capacidades” rejeita, desde o início, a forma subjetivista como as finalidades humanas são tratadas na tradição utilitarista, conferindo-lhes um caráter objetivo, concretamente aferível, e não a forma insondável de uma “condição mental” (preferências, prazeres vs. dores etc.) (*ibidem*, p. 94).

Em linhas gerais, os *funcionamentos* são entendidos como “as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” e “podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio” (SEN, 2000, p. 95). As *capacidades*, por sua vez, são vistas como o conjunto de funcionamentos realmente disponíveis aos indivíduos: “as combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela [a “pessoa” em questão]. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)” (*ibidem*).

Desde essa perspectiva, considerando todo o conjunto de combinações de funcionamentos que estão disponíveis aos indivíduos (denominado *conjunto capacitário*), seria possível formar um juízo dos estilos de vida à sua disposição e da liberdade que alcançaram para escolher a vida que desejam levar (*ibidem*, p. 96). Nesse caso, segundo o autor, trata-se de ressaltar a “importância *intrínseca* da liberdade (por nos fazer livres para escolher algo que podemos ou não efetivamente escolher)” (*ibidem*, p. 330). Por outro lado, existe ainda a possibilidade de realizar um juízo sobre o bem-estar individual a partir dos funcionamentos efetivamente

realizados pelos sujeitos (dadas as oportunidades). Nesse caso, ressalta-se a “importância derivativa da liberdade (dependente apenas de seu uso efetivo)” (*ibidem*).

Antes de dar sequência ao argumento, é importante registrar que Sen não nega a relevância da renda como elemento que contribui para promoção ou privação das “capacidades” humanas³, mas a enxerga apenas como um meio (entre outros não menos importantes) para a expansão da liberdade. Como o autor repete por diversas vezes, a um mesmo nível de renda podem corresponder níveis distintos de bem-estar individual, e essas variações seriam derivadas da própria diversidade dos seres humanos: “diferenças de idade, sexo, talentos especiais, incapacidade, propensão a doenças etc. podem fazer com que duas pessoas tenham oportunidades de qualidade de vida muito divergentes mesmo quando ambas compartilham exatamente o mesmo pacote de mercadorias” (SEN, 2000, p. 89-90). O foco na renda ou em outros meios para alcançar a liberdade produziria uma concepção ética e do bem-estar insensível com relação à diversidade individual efetiva.

Ainda que tenhamos realizado aqui uma exposição bastante sintética da perspectiva seniana, já há elementos suficientes para caracterizar o deslocamento temático desde o campo da ética e do bem-estar no qual se inscreve originalmente o “enfoque das capacidades”, acima

delineado, para a discussão sobre desenvolvimento, nele baseado. Quando transposto para o debate sobre desenvolvimento, o enfoque das capacidades se traduz no entendimento de que o sentido universal do *desenvolvimento* é a expansão das capacidades, ou seja, a “expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” – como explicitado por Sen na introdução ao seu *Desenvolvimento como liberdade* (*ibidem*, p. 17).

Desse modo, em alguma medida, o autor busca oferecer resposta à crise das chamadas teorias clássicas do desenvolvimento e sua formulação não pode ser bem compreendida fora desse contexto. Em termos gerais, as teorias do desenvolvimento com as quais Sen dialoga tomam o aumento de riqueza (medida pelo crescimento do produto *per capita*) como critério único para a definição do desenvolvimento e veem na industrialização o caminho para a realização desse objetivo⁴. Quando, por volta dos anos 1970, tornou-se evidente a incapacidade dessa estratégia em produzir os efeitos desejados (sendo a ela atribuídos alguns efeitos colaterais, como a deterioração do meio ambiente, aumento da desigualdade de renda etc.), tem início um processo de revisão tanto das estratégias, quanto da própria noção de desenvolvimento⁵.

Os movimentos ecologista, pacifista e feminista, os grupos de ação contra a opressão racial e a reação contra o autoritarismo político, entre outros grupos de contestação que militam nos

campos teórico e prático desde o fim da década de 1960 (pelo menos), dão forma concreta à insatisfação com relação às concepções tradicionais de desenvolvimento (capitalista, mas também “comunista”, tal como encarnado no socialismo soviético). Esse é justamente o contexto de emergência da reformulação proposta por Sen, embora não seja evidente se suas ideias funcionam como elemento catalisador desse conjunto de insatisfações, ou como uma reação conservadora a ele.

Certo é que o autor argumenta, como outros críticos das teorias tradicionais, que o desenvolvimento deve envolver a realização de objetivos mais amplos que o crescimento (como, por exemplo, equidade, sustentabilidade, melhoria no acesso a bens como saúde, educação etc.). Como fica explícito num artigo publicado por Sen no início dos anos 1980, a “real limitação da economia do desenvolvimento tradicional” residiria no “reconhecimento insuficiente de que o crescimento econômico não é mais que um meio para outros objetivos” (SEN, 1983, p. 753). Ou seja, “o ponto não é dizer que o crescimento não importa. Ele pode ter grande relevância, mas, se tem, é por causa de alguns benefícios a ele associados, que se realizam no processo de crescimento econômico” (*ibidem*).

Desde o prisma do *desenvolvimento como liberdade*, o principal benefício associado ao crescimento econômico é, por conseguinte, a

expansão das liberdades, que deve ser o critério da formulação de estratégias de desenvolvimento e para a aferição do grau de desenvolvimento de uma determinada nação. Numa perspectiva mais ampla, além de consistirem no “*principal meio* do desenvolvimento”, todas as liberdades devem ser vistas ainda como “*fins primordiais* do desenvolvimento” – desempenhando, no primeiro caso, um “papel instrumental” e, no segundo caso, um “papel constitutivo” (SEN, 2000, p. 52).

A grafia da palavra liberdades, no plural, tem significado teórico. Há diversos sentidos em que a liberdade humana se expressa e a ampliação das liberdades, que é o objeto do desenvolvimento, deve, em tese, incidir sobre todos eles. É preciso reconhecer, contudo, as conexões entre as diversas formas de expressão da liberdade, principalmente porque a capacidade de promoção do desenvolvimento contida em cada uma dessas formas depende fundamentalmente de seu papel como meio para a ampliação de outros tipos de liberdades. Naturalmente, as liberdades dotadas de maior potencial instrumental podem, quando ampliadas, acelerar o processo de desenvolvimento e, portanto, devem ser privilegiadas em termos políticos.

Um problema deve ser considerado neste ponto. Ao reconhecer o caráter multiforme da liberdade, de um lado, e associá-lo à diversidade de indivíduos abstratamente concebidos como

agentes de escolhas (igualmente abstratas), de outro, Sen torna-se alvo da flecha que feriu fatalmente a tradição utilitarista: a necessidade de comparar indivíduos abstratos (sua sensibilidade e suas escolhas) para transpor o plano individual na direção do plano social – plano este que não pode ser ignorado por uma análise sobre o bem-estar ou sobre o desenvolvimento social. É certo que, como dito, a análise de Sen escapa do caráter subjetivista da proposta utilitarista ao conferir um conteúdo concreto às finalidades humanas (no caso, às liberdades), mas o hiato estabelecido entre o indivíduo e a sociedade (compreendida, tanto em Sen quanto no utilitarismo, em termos do somatório de indivíduos abstratos) repõe a necessidade da agregação.

A questão em Sen apresenta-se do seguinte modo: se as liberdades são individualmente valoradas e concebidas como a “capacidade de realizar funcionamentos”, e se, por outro lado, os indivíduos são abstratamente concebidos, então não há realmente limite ao que pode ser percebido e valorado como liberdade num determinado momento histórico. Em outras palavras, se não há condicionantes sociais que imprimam na consciência dos indivíduos de uma época uma noção de liberdade como dominante (por exemplo, a abolição numa sociedade escravocrata), então cada um conceberá o conteúdo múltiplo da liberdade conforme os determinantes abstratos e singulares de sua subjetividade. É possível imaginar, no limite,

uma lista de liberdades fundamentais idiossincrática e, como tal, incomparável e não-agregável por indivíduo. A pergunta pertinente neste caso é: na impossibilidade de agregar vetores de “funcionamentos” individualmente valorados, qual ou quais “funcionamentos” devem formar a base de uma noção de desenvolvimento que possa e deva ser perseguida como política e utilizada como critério de aferição do nível de desenvolvimento?

Sen enfrenta abertamente a questão da escolha dos funcionamentos socialmente relevantes (ou prioritários) (SEN, 2000, p. 97-106). Essa escolha, aliás, não é para o autor a expressão de uma deficiência do “enfoque das capacidades”, mas sua principal virtude: a pluralidade e o respeito à diversidade individual (*ibidem*, p. 97-99). Seja a expressão de uma virtude ou de uma deficiência, o fato é que a eleição das liberdades valoradas por indivíduos singulares, que devem ser tomadas como critérios *gerais* de aferição do bem-estar e do desenvolvimento, não pode ser resolvida no interior de uma concepção individualista como a construída por Sen. Daí a necessidade de uma solução *ad hoc*.

Sen alude, *na teoria*, à formação de um “consenso arrazoado” a partir de uma escolha democrática de pesos a serem atribuídos aos funcionamentos, de modo a hierarquizá-los⁶ (*ibidem*, p. 100-101). Ao que parece, essa escolha “democrática” deveria partir, pragmaticamente, da

hierarquia de pesos propostas por especialistas (*ibidem*, p. 101-102). Talvez por essa razão, Sen não se furte a oferecer e defender publicamente sua opinião. Em seu juízo, as liberdades que devem ser privilegiadas em qualquer exercício de escolha social (política do desenvolvimento, de promoção do bem-estar etc.) são as seguintes: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; (5) segurança protetora (*ibidem*, p. 25).

Mais importante que lidar com o conteúdo específico de cada uma dessas cinco “liberdades” é salientar que, no entendimento de Sen, a política para o desenvolvimento humano e para a promoção do bem-estar individual e social deve concentrar-se na sua promoção. Também não se deve perder de vista que, numa sociedade plena de hierarquias, contradições e oposições concretas entre indivíduos e grupos sociais, qualquer proposta minimamente elaborada de finalidades a serem perseguidas em estratégias de desenvolvimento quase certamente confrontará outras e, caso encontre ressonância em instâncias de poder econômico, político e, eventualmente, militar, sobrepor-se-á às concepções rivais⁷. Essa possibilidade não pode, de fato, ser minimizada na análise de qualquer proposta para o desenvolvimento humano, principalmente quando a proposta em questão combina posições facilmente digeríveis com outras bastante polêmicas. É exatamente este o caso da lista de Sen.

Dentre as propostas mais facilmente digeríveis, certamente se encontram as liberdades políticas (na verdade, a democracia, concebida em termos formais, como em qualquer teoria liberal), as oportunidades sociais (entendidas em termos do rompimento de privilégios no acesso a posições sociais de relevo) e a segurança protetora (ou seja, o amparo social a indivíduos incapazes de prover sua subsistência)⁸. Agora, não há dúvidas de que Sen teria de esforçar-se um bocado para formar um “consenso arrazoado” em torno da ideia de que as garantias de transparência (ou seja, garantias de transparência contratual nos tratos relativos à propriedade) e, principalmente, as facilidades econômicas (um eufemismo para o *laissez-faire*) são definidoras da liberdade humana e, dessa forma, *prioritárias* nas estratégias de promoção do bem-estar e do desenvolvimento.

Concentremo-nos na liberdade de mercado (as “facilidades econômicas”, na linguagem travestida de Sen). Nesse caso, diferentemente dos argumentos tradicionais em favor da liberdade de mercado (geralmente centrados no papel dos mercados como gerador de eficiência econômica, crescimento da renda e do produto), a defesa da “liberdade de troca e transação” tem por fundamento a postulação de que essa é uma “parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 21).

Para amparar minimamente essa postulação, Sen leva a naturalização da troca em Smith (1985, Capítulo II) às últimas consequências, ao reconhecer uma identidade (bastante questionável) entre atos realmente definidores do trato social em geral (a troca de palavras e afetos, por exemplo) – e, como tais, trans-históricos, universais – e o ato de trocar mercadorias – que só se afirma como dominante na era burguesa. Em suas palavras:

A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificção defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mais distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto). A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes. (SEN, 2000, p. 21)

Não é momento (ainda) de oferecer uma crítica à defesa da liberdade de mercado como definidora da condição humana, de nossa liberdade, do desenvolvimento social e do bem-estar individual e social. O momento agora é de tratar de afinidades. Sen, não resta dúvidas, é crítico da economia ortodoxa. Sua economia não é convencional, sua ética não é a utilitarista, sua teoria do desenvolvimento não tem corte tradicional. Mas também não há dúvidas de que seu manifesto em favor da liberdade de mercado aproxima sua posição daquela defendida pelos

economistas que radicam sua obra no campo neoclássico e identificam-se ideologicamente com a tradição liberal. Poderíamos, por essa razão, interpretar a teoria de Sen como um argumento alternativo em favor da preservação e desenvolvimento de um mundo no qual a economia não poderia, nem deveria, dispensar as determinações mercantis e, portanto, o caráter capitalista. Possivelmente, essa descrição não encontraria objeção se apresentada ao próprio Sen. A questão é que, em se tratando de afinidades, Sen percebe-se no meio do caminho entre Adam Smith e Karl Marx, tomando a obra de ambos antecedentes diretos de sua teoria.

O problema neste caso não está, é claro, na afinidade com Smith, mas sim na incrível atração de Sen pela obra de Marx. Não seria exagero dizer que Sen se crê, em algum nível, marxista e há muitas indicações em favor dessa opinião. A primeira delas é o volume de citações em todas as suas obras sobre temas como ética, bem-estar e desenvolvimento. Em segundo lugar, é certo que Sen, realmente, busca inspiração na obra de Marx para formular alguns dos principais conceitos de sua abordagem das capacidades. Como Sen faz questão de salientar, a própria noção de capacidades, ou da liberdade como a essência do desenvolvimento humano, é inspirada em Marx direta e indiretamente – indiretamente por influência do antecedente teórico comum, Aristóteles⁹. Isso sem contar o fato de que, ao se reportar a Marx, Sen não alude a diferenças

substanciais entre a sua perspectiva e a do suposto antecedente do século XIX. Ao contrário, em seu recurso a Marx são destacadas, via de regra, justamente as potenciais afinidades.

Marx não pode ressuscitar para nos dizer se também percebe alguma proximidade entre a sua obra e a de Sen. Na sua ausência, principalmente agora que o tempo da asfixia stalinista *est passé*, não se pode reconhecer como legítima a autoridade de qualquer instância que pretenda rotular uma perspectiva como “marxista” ou “não-marxista”. Isso não quer dizer, no entanto, que não seja possível comparar posições, de modo a ressaltar eventuais convergências e divergências. No caso de um ser humano como Marx, que legou às gerações futuras uma obra monumental, além de uma infinidade de cadernos recheados de textos complexos e atraentes, a ressurreição física é, de fato, dispensável para uma comparação dessa natureza. Como pretendemos demonstrar nas seções a seguir, há muitos indícios, tanto na obra de Marx quanto na de Sen, para comprovar que há uma distância muitíssimo considerável entre as duas posições, em todos os planos (filosófico, ético, científico, político etc.). Considerando sua impiedosa apreciação de teorias conservadoras, poderíamos inclusive supor que Marx julgaria Sen como uma espécie de Stuart Mill do século XX¹⁰.

3. Desenvolvimento, gênero humano e liberdade: elementos da teoria social de Marx

Dependendo de como se compreende a palavra *desenvolvimento*, seria mais do que anacrônico considerar Marx um teórico da disciplina que lida com a temática; seria simplesmente absurdo. Marx não tem qualquer compromisso com a noção de desenvolvimento como crescimento da renda ou do produto *per capita*, não pode ser considerado utilitarista sob qualquer critério, não propõe medidas ou estratégias de desenvolvimento em momento algum de sua obra. Por outro lado, seria um equívoco supor que, por essa mesma razão, não se possa extrair do vasto e diversificado conjunto de análises teóricas e históricas de Marx qualquer consideração sobre o desenvolvimento. Na verdade, de uma forma muito peculiar e complexa, Marx lida com o desenvolvimento em, pelo menos, dois níveis de abstração – um geral, outro particular.

Ainda que não tenha realizado uma exposição sistemática sobre o tema, são muitos os momentos da produção teórica de Marx nos quais o autor examina as condições *gerais, universais*, de desenvolvimento da sociedade, considerada em sua forma existencial específica (isto é, em contraste com o desenvolvimento da natureza, orgânica e inorgânica). Concordamos, neste particular, com o entendimento de Lukács (2012), para quem há, na obra de Marx, elementos

suficientes para sedimentar a construção de uma ontologia do ser social (i.e., uma teoria sobre a sociedade que capture seus elementos mais gerais, abstratos, trans-históricos), inclusive no que se refere à existência ou não de uma linha de *desenvolvimento* dessa forma de ser¹¹.

Por rejeitar as inúmeras concepções teleológicas do desenvolvimento (de cunho religioso ou não), Marx não aborda (seja em que nível de abstração for) o desenvolvimento de forma normativa – ou seja, como uma condição *melhor*, *desejável* e que *deve ser* perseguida pelas práticas humanas¹². Como propõe Lukács, no nível mais abstrato, o emprego da palavra “desenvolvimento”, por Marx, tem por referência o aumento no grau de complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo (LUKÁCS, 2012, p. 319-320). Nesse sentido, por um lado, o desenvolvimento é determinado pelas propriedades inerentes ao objeto em questão e, por outro, independente da maneira como essas propriedades são avaliadas e julgadas.

Considerando, para ilustrar, o processo de evolução biológica, pode-se dizer que determinadas formas de vida são mais desenvolvidas que outras caso sua complexidade orgânica seja maior, isto é, se seu metabolismo depende de um conjunto mais amplo e/ou variado de células, órgãos, estruturas orgânicas, enfim. O famoso evolucionista Richard Dawkins dedica uma boa

parte do capítulo final de sua *Grande história da evolução* ao tema do progresso biológico, que, segundo ele, se expressa em dois níveis. No primeiro nível, dos indivíduos das espécies, progresso significa exatamente “organismos individuais tornando-se melhores, no decorrer do tempo evolutivo, em fazer o que os indivíduos fazem, ou seja, sobreviver e reproduzir-se” (DAWKINS, 2009, p. 694). No segundo nível, a palavra progresso captura a evolução da própria evolução ou, como prefere o autor, a “evolução da evolvabilidade” (*ibidem*, p. 694-699). A evolvabilidade aumenta quando “novidades evolutivas” – a multicelularidade, por exemplo – expandem as possibilidades de evolução. Nos dois níveis, o progresso evolutivo é sempre associado ao aumento do número de categorias biológicas e de sua complexidade imanente.

A dificuldade para empregar essa noção de desenvolvimento na análise social não reside propriamente na defesa de que a sociedade seja uma forma de ser complexa, estruturada, dotada de inúmeras determinações específicas. O problema está em demonstrar que sua condição existencial envolve, por necessidade, aumento de complexidade ao longo do tempo. O recurso a uma instância criadora (deus ou o *Geist* hegeliano) conduz a uma solução, mas traria para a análise o acento teológico que, como dito, Marx decidida e acertadamente recusa. A solução marxiana é construída a partir do contraste entre a sociedade e os antecedentes naturais

da qual ela emerge. Para o autor, a sociedade torna-se mais complexa e, portanto, mais desenvolvida, mais “social”, quanto mais retrocede a barreira natural (MARX, 2013, p. 583).

O “recoo da barreira natural” captura duas dimensões da dinâmica social. Em primeiro lugar, as relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza são crescentemente mediadas por categorias sociais. Por exemplo, o fato de o desenvolvimento do mercado pressupor a transformação do dinheiro, da força de trabalho e da terra em “mercadorias fictícias” – a primeira, já uma categoria puramente social, e as duas últimas, determinações naturais apropriadas como categorias sociais – denotam o alto grau de desenvolvimento da produção capitalista (i.e., a única forma de produção propriamente mercantil)¹³.

Em segundo lugar, as categorias que constituem a existência social tornam-se progressivamente mais complexas quando exibem um conteúdo mais puramente social. A história da categoria dinheiro é, neste segundo caso, muito ilustrativa: o dinheiro emerge como categoria numa forma muito diretamente associada à materialidade da mercadoria-dinheiro que lhe dá suporte e se desenvolve justamente afastando-se dessa base material¹⁴. Quanto mais simbólico, “virtual”, imaterial, a forma dinheiro, mais propriamente social ela é e, portanto, mais desenvolvida a categoria como categoria *social*¹⁵.

Em suma, a sociedade desenvolve-se quando constituída por um conjunto mais amplo de categorias e relações “puramente sociais” e/ou quando as categorias e relações que já a constituem afastam-se de sua base natural. Essa tendência geral de afastamento da “barreira natural” constitui-se, na verdade, como um *complexo de tendências*, reunindo outras duas legalidades de caráter igualmente geral, abstrato e trans-histórico, mas que, por sua própria forma de ser, estabelecem a mediação entre a linha geral de desenvolvimento social e as diversas condições sociais concretas, particulares, históricas que a afirmam ou negam.

A primeira dessas tendências é o aumento das *forças produtivas*, ou seja, a expansão da capacidade de transformação do ambiente imediatamente dado em ambiente crescentemente humanizado. Essa tendência envolve modificações na natureza tal como encontrada pelo ser humano, na natureza já humanizada e na própria natureza humana¹⁶. Como toda tendência, sua capacidade causal não se manifesta necessariamente, de forma isolada e contínua, num fluxo fenomênico. Quando, todavia, o aumento das forças produtivas manifesta-se diretamente no domínio empírico, suas formas de expressão são a diminuição do tempo necessário à produção e reprodução das condições (materiais) de existência dos seres humanos e o aumento e a diversificação das necessidades atendidas pela produção humana.

A segunda tendência que caracteriza, em âmbito geral, o desenvolvimento social é a tendência à ampliação das conexões entre comunidades humanas espacialmente dispersas e eventualmente isoladas. A amarração qualitativa e quantitativa entre essas comunidades cria a base objetiva para um desenvolvimento comum, para uma história, de fato, universal. São justamente conexões como essas que, partindo da mais arraigada necessidade econômica (aumento da população, extensão da área de plantio, nomadismo etc.), tornam concretamente possível a transformação do gênero humano desde um mero *em-si* (biológico ou inorgânico) num *para-si* (momento em que as condições objetivas favorecem a tomada de consciência da identidade genérica) ou mesmo num *para-nós* (momento em que a realização do gênero é perseguida intencional e coletivamente pela humanidade). Em outras palavras, as ligações entre comunidades humanas abrem o espaço para que o gênero humano se expresse socialmente sobre as particularidades (étnicas, nacionais, culturais) e as singularidades (individualidades) humanas, superando o “mutismo” que caracteriza a condição genérica das demais espécies vivas¹⁷.

Em síntese, o complexo de tendências que caracteriza o desenvolvimento geral da sociedade distingue qualitativamente a humanidade como espécie e a sociedade como forma de ser a partir da seguinte propriedade: a superação da mera

reprodução material. Enquanto as outras espécies vivas têm um modo de ser limitado à mera reprodução material (e sexual), a humanidade, em seu desenvolvimento, cria um mundo cada vez mais adaptado à satisfação de um conjunto de carecimentos mais amplo, diversificado e distante da mera satisfação biológica. A práxis humana diversifica-se à medida que o aumento da produtividade do trabalho libera tempo de vida para a consecução de novas finalidades – estéticas, artísticas, ideológicas, políticas etc. Os indivíduos que conformam objetivamente o gênero humano reconhecem as possibilidades à disposição da espécie não exatamente na limitada práxis individual ou comunitária, mas na própria atividade genérica. A humanização do mundo, a diversificação da práxis e o reconhecimento da diversidade do gênero são a base constitutiva de um complexo exclusivo da existência humana: a liberdade.

Numa perspectiva marxiana, liberdade significa “uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” (LUKÁCS, 2013, p. 138). Naturalmente, a concretude das possibilidades pressupõe que a humanidade, em graus diversos de desenvolvimento, tenha sido capaz de superar a reprodução instintiva, determinada pelo passado e por condições puramente casuais, que caracteriza o modo de ser das demais espécies vivas. A reprodução humana é, em essência, reprodução ampliada, uma reprodução

que tem o passado e o presente como condições da criação de novas possibilidades e, portanto, de expansão da liberdade.

A origem da liberdade, como da própria espécie humana, encontra-se em sua atividade peculiar de reprodução material: o trabalho. Como argumenta Lukács (2013, p. 45ss.), baseando-se em Marx (2013, Capítulo V), o trabalho, como metabolismo ativo entre o ser humano e o ambiente, tem por pressuposto a intencionalidade e, portanto, a escolha entre alternativas como seu atributo constitutivo. No ato de trabalho, os seres humanos não apenas escolhem (e, por conseguinte, formam um juízo sobre) *o que* produzir, mas também *com que* (objetos e meios de trabalho) e *como* (processo de trabalho) produzir. À medida que as forças produtivas humanas (no sentido antes apontado) progredem, o campo das escolhas disponíveis aos seres humanos no domínio da produção material (trabalho) estende seus limites. Amplia-se, com isso, a liberdade humana.

Há, no entanto, uma relação dialética entre o desenvolvimento do trabalho e a conquista da liberdade. Rigorosamente falando, o trabalho, como momento indispensável da reprodução material do humano, é *o oposto da liberdade*. Por outro lado, o desenvolvimento da atividade produtiva, do complexo da economia, tem por base o aumento da produtividade e, portanto, a redução do tempo de trabalho. Em outras palavras,

o desenvolvimento do trabalho é *o desenvolvimento da liberdade*. Isso é verdade mesmo nas condições sociais em que o tempo liberado pelo aumento da produtividade é convertido em trabalho excedente. Nessas condições, próprias de qualquer sociedade de classes, a liberdade se expressa como tempo livre da classe dominante (e, portanto, como usurpação da liberdade da classe que trabalha).

A origem da liberdade no trabalho não a aprisiona neste domínio da atividade humana. Ao contrário, o complexo da liberdade desenvolve-se quando se expressa em múltiplos âmbitos, de forma igualmente múltipla. Como disse Lukács (2013, p. 137): “Liberdade no sentido jurídico é algo de substancialmente diferente do que no sentido político, moral, ético etc.”. O desenvolvimento da liberdade não poderia ser, por essa razão, nem linear, nem homogêneo. Ao contrário, como o desenvolvimento social, o desenvolvimento da liberdade “não pode se explicitar em linha reta, segundo uma ‘lógica’ racional qualquer, mas se move em parte por desvios (e até deixando para atrás alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não correspondência” (LUKÁCS, 2012, p. 390).

Em uma única palavra, a liberdade é histórica. Trata-se de uma determinação concreta

da existência humana e, como tal, plástica, variável, moldada, a partir de sua configuração geral, em condições particulares e singulares. Trata-se também de uma determinação objetiva do gênero e não de uma condição *individualmente* definida de modo abstrato, totalmente subjetivo. A liberdade, para enfatizar, refere-se a escolhas concretas entre alternativas concretas. Se, como observou Lukács (2013, p. 138), a “questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia”. Talvez seja justamente aqui que a afinidade entre Marx e Sen mostre-se tão próxima quanto a afinidade entre um leão e um antílope.

Sendo a liberdade concreta, histórica, objetiva, ela se constitui e se revela à consciência de formas distintas em cada formação social. Neste particular, a questão que nos importa aqui é a seguinte: de que modo a liberdade se constitui e se expressa na formação social mais desenvolvida (conforme o critério antes definido) até o presente momento da história? Como Sen lida com a liberdade em abstrato (como produção da insondável subjetividade de indivíduos associados), uma questão como essa não tem resposta certa ou errada. Ela sequer se coloca. Na perspectiva de Marx, contudo, há espaço para uma questão daquela natureza. Vejamos como o autor possivelmente a responderia.

4. Desenvolvimento como ausência de liberdade: exploração e estranhamento

Para diminuir em um degrau o nível de abstração e tratar da relação entre desenvolvimento e liberdade em formações sociais específicas, é necessário, em primeiro lugar, observar em que medida aquelas tendências gerais anteriormente apresentadas afirmam-se (ou não) em condições sociais particulares e, em segundo lugar, descobrir as tendências que marcam a dinâmica de um determinado período histórico¹⁸. Esses são temas que, indubitavelmente, ocupam o centro das preocupações da análise do modo de produção capitalista empreendida por Marx. Nesta análise, o autor procura explicitamente (1) demonstrar como, no capitalismo, as linhas gerais de desenvolvimento da sociedade manifestam-se de modo ampliado, extensiva e intensivamente; e (2) desvendar as linhas particulares de desenvolvimento, dando especial atenção àquelas determinações que tornam esse modo de produção diferente dos demais.

A complexidade do exame crítico do capitalismo realizado por Marx, no entanto, abre o caminho não apenas para o surgimento de interpretações diversas, mas também para ênfases diversas no interior de uma mesma leitura (e há, naturalmente, uma margem ampla de considerações que podem ser aceitas como minimamente amparadas no texto original). Certo é que, qualquer interpretação que pretenda

lidar com questões como a liberdade, o desenvolvimento social, a realização das capacidades humanas etc., do modo como se apresentam concretamente na sociedade sob o comando do capital, não pode deixar de lado a preocupação de Marx em salientar o caráter contraditório (dialético) do capitalismo. Nesse particular, Marx foi bastante claro ao demonstrar que, por um lado, na medida em que exaspera as tendências gerais de desenvolvimento do ser social, o modo de produção capitalista atua no sentido da expansão da liberdade humana; por outro, e contraditoriamente, as mesmas legalidades da produção capitalista atuam como barreiras que impedem a plena realização dessa possibilidade. Para esclarecer esse ponto, concentremo-nos na liberdade. Em primeiro lugar, é preciso recordar que, num plano geral, liberdade significa “escolhas concretas entre alternativas concretas”. É preciso levar em conta também que o conteúdo da liberdade assume formas distintas conforme as alternativas abertas aos indivíduos em cada formação social e as condições concretas em que as escolhas são feitas. Nas sociedades em que a produção pressupõe formas de subordinação direta, por exemplo, é impossível dissociar a liberdade do rompimento das relações sociais (escavidão, servidão) que privam uma massa de seres humanos da disposição sobre a própria existência. Em tais condições sociais, *abolição* (da escavidão, da servidão) é a palavra que captura, de modo mais imediato, a noção de

liberdade (de libertação), por mais que a liberdade, em sua natureza multiforme, expresse-se de inúmeras outras maneiras¹⁹.

No modo de produção capitalista, ao contrário, o assalariamento é a condição típica do trabalhador. A relação assalariada significa, como se sabe, que os indivíduos têm livre disposição sobre sua capacidade de trabalho, podendo vendê-la por período determinado e, ademais, ocupá-la em atividades variadas ao longo da vida. Não há dúvidas que, em comparação com a condição dos escravos e servos, a livre disposição sobre a própria existência é um progresso extraordinário. É, contudo, no mínimo, uma distração, e, no máximo, um cinismo, considerar esse progresso como a realização da liberdade enquanto tal (ao menos no campo da produção material) – como fizeram tantos e tantos ideólogos do capitalismo.

Ainda que enalteça o progresso contido na superação da subordinação pessoal, Marx não vê no assalariamento a liberdade humana. Ao contrário, vê, por detrás da liberdade no trato mercantil da força de trabalho, uma profunda ausência de liberdade. Assalariamento é, na realidade, *obrigação* de trabalhar, determinada por circunstâncias históricas que escapam ao controle dos assalariados. Por definição, portanto, o assalariamento é em si a negação da liberdade. Considerando, por outro lado, o fato de que os trabalhadores assalariados sejam formalmente

livres (liberdade jurídica) e que se apresentem no mercado como proprietários livres da sua capacidade de trabalho, a questão é até que ponto podem exercer essa dimensão de sua liberdade. Em outras palavras, em que medida a dinâmica da sociedade regida pelo capital contribui para (ou obsta a) sua realização?

A resposta de Marx a essas questões conduz ao centro de sua proposta de transformação social. O problema, para quem quer fazer uma síntese de seus argumentos, é, mais uma vez, a complexidade, pois Marx se esforça obstinadamente para fundamentar seu projeto político (revolucionário) com argumentos teóricos da maior sofisticação – o que faz dele um autor rejeitado hoje por boa parte da “nova esquerda”, sempre preocupada em expressar ideias emancipatórias apenas numa linguagem de história em quadri-nhos. No caso, há ao menos dois planos distintos de análise que não podem ser ignorados: o plano em que a ênfase recai sobre a categoria da exploração e aquele em que a ênfase recai sobre a categoria do estranhamento.

No primeiro plano, Marx enfatiza que a superação da escravidão e/ou servidão não elimina a divisão da sociedade em classes sociais. Ainda que os membros das diferentes classes sociais (capitalistas e trabalhadores) sejam formalmente livres e iguais na condição de proprietários de mercadorias (dinheiro e força de trabalho, respectivamente), a condição de classe não é indiferente no que diz respeito à liberdade

concreta e às escolhas disponíveis aos indivíduos que pertencem a cada uma dessas classes. Na medida em que não dispõem dos meios de produção e de subsistência, os trabalhadores só podem reproduzir-se socialmente (seja como indivíduos, seja como classe) através da venda da força de trabalho (MARX, 2013, p. 243-244). O exercício de sua liberdade como trabalhador depende, portanto, do aproveitamento de sua força de trabalho em benefício da classe capitalista.

Sem mais mediações, chegamos, por conseguinte, à exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, relação que expressa a enorme (e crescente) disparidade, material, política, cultural etc., entre a liberdade de uma classe (capitalista, livre ou isenta do trabalho) e de outra (trabalhadora, subsumida ao imperativo do trabalho). Seria, entretanto, um equívoco supor que a condição privilegiada da classe capitalista traduz-se *ipso facto* na liberdade de seus membros, por duas razões. Primeiro, porque a classe que depende da exploração do trabalho alheio não pode ser livre, justamente porque... depende do trabalho alheio! Segundo, porque a classe capitalista enfrenta a forma de subordinação universal que caracteriza a época capitalista: aquilo que Marx denominou estranhamento, alienação ou fetichismo da mercadoria²⁰.

Se há algo que funciona como elemento unificador da obra de Marx, de seus escritos da

juventude até os mais próximos de sua morte, entre sua análise teórica e sua análise conjuntural, entre seus rascunhos e suas obras acabadas, é o tema do estranhamento. A intuição da juventude (certamente influenciada por Hegel) de que, no capitalismo, a história é conduzida por uma dinâmica emanada do trabalho, uma dinâmica que se sobrepõe à vontade humana, é confirmada e fundamentada, na obra da maturidade, pela teoria do valor. Se, já em 1844, Marx reconhecia o caráter estranhado do trabalho, em 1867, ele expressa com convicção a ideia de que trabalho estranhado nada mais é do que valor em busca de mais-valor, valor em busca de expansão. Em uma palavra: capital.

Tomemos por referência a análise do fetichismo da mercadoria em *O capital*. Antes mesmo de revelar ao leitor a exploração do trabalho pelo capital como condição histórica de emergência do capitalismo, Marx reconhece o caráter estranhado que a produção humana adquire quando a relação mercantil torna-se generalizada – e ela só se torna generalizada no capitalismo. O autor procura demonstrar que o progresso da divisão do trabalho, que é um pressuposto da existência mercantil, dá origem à contradição entre o caráter privado da produção e o seu caráter social. Como produtores privados, os sujeitos são autônomos e independentes; como produtores sociais, isto é, sujeitos de uma produção privada carente de socialização, são amarrados por laços de mútua dependência. Como diz o autor, “a

mesma divisão do trabalho que os transforma em produtores privados independentes também torna independente deles o processo social de produção e suas relações nesse processo, e que a independência das pessoas umas das outras se consome num sistema de dependência material [*sachlich*] universal” (*ibidem*, p. 182).

É preciso atenção ao argumento de Marx, no entanto. O estranhamento não se refere *apenas* ao fato de que, numa produção social, os produtores privados estejam amarrados por laços de mútua dependência. Numa produção voltada ao mercado, isto é, numa formação social em que a relação entre os sujeitos na produção da riqueza social é mediada pela troca, a dinâmica produtiva escapa ao controle dos próprios produtores. Essa dinâmica econômica, emanada das próprias relações materiais entre os produtores no âmbito da produção e da distribuição da riqueza, toma a forma de um movimento natural das coisas produzidas sob a forma mercantil. As relações sociais no campo da produção material expressam-se por intermédio de flutuações de preços que parecem tão naturais como o movimento dos astros²². Essa forma naturalizada (ou fetichizada) de expressar-se o caráter social da produção capitalista nada mais é do que o modo de manifestação de sua subordinação ao objeto produzido. Os sujeitos da produção, em suma, tornam-se, na verdade, objetos de seus objetos, que funcionam como se fossem um “sujeito automático” (*ibidem*, p. 230).

A história, regida pelo “sujeito automático”, não é um trânsito aleatório pelo tempo²³. Ao contrário, a produção, na forma mercantil, é dotada de uma tendência geral: a produção de valor em escala crescente. Essa dinâmica, que é em si a essência do capital (valor em busca de expansão), também tem suas raízes fincadas na contradição entre o caráter privado e social da produção e, por isso, pode ser revelada como uma condição da produção mercantil, em forma capitalista ou não. Como produtores mercantis, os sujeitos são produtores privados de parte da riqueza social. Se produzem para a troca, sua produção não é meio direto de consumo pessoal, de modo que precisam ratificar sua produção no mercado para acessarem a parcela correspondente da riqueza social na forma adequada aos seus carecimentos. Valor é o atributo conferido à riqueza privadamente produzida que realiza seu potencial de satisfação de necessidades sociais no mercado.

O problema é que a realização social da produção privada não ocorre em condições controladas pelos sujeitos que participam dessa produção, de maneira que a frustração figura como uma ameaça permanente. A maneira de preservar-se contra essa ameaça é produzir um volume maior de riqueza do que o correspondente às necessidades imediatas, convertendo-a em dinheiro o mais rapidamente possível. Na única forma de produção em que a troca é generalizada, o capitalismo, essa tendência,

emanada do caráter mercantil da produção, é levada ao limite, constituindo uma dinâmica que se impõe aos sujeitos como condição de sua prática: todos têm de encarar a riqueza não como *meio* de satisfação, mas como *fim*, como valor em expansão. Em outras palavras, a sociedade organiza-se, a partir da produção, de uma maneira tal que a riqueza, sob a forma de valor, tende a crescer, *tem de crescer*. A subordinação geral dos seres humanos ao capital é, enfim, a subordinação à lógica estranhada de crescimento da riqueza como finalidade em si mesma.

É evidente que, numa sociedade dividida em classes, as condições dessa subordinação universal dos seres humanos à dinâmica de sua própria produção são muitíssimo diferenciadas e extraordinariamente menos penosas para a classe dominante. Para os trabalhadores, sua dependência com relação à dinâmica estranhada do capital manifesta-se, num primeiro plano, na própria necessidade de vender a força de trabalho num ambiente de concorrência entre trabalhadores por postos de trabalho. Manifesta-se também, evidentemente, no fato de os trabalhadores não terem qualquer controle sobre as condições em que seu trabalho é “aproveitado” e exercido. Manifesta-se, por fim, na necessidade de preservação de uma parte da força de trabalho “em espera” para aproveitamento pelo capital. Como demonstrou Marx (2013, p. 704-709), a classe trabalhadora, na sociedade capitalista, é dividida em dois contingentes: um

ativo, diretamente ocupado pelo capital, e outro de reserva, preservado em condições de aproveitamento para os momentos mais prósperos do ciclo de acumulação. Esse contingente de reserva é usualmente exposto à condição humanamente degradante que nos é revelada pela miséria e pelos fenômenos correlatos.

A dinâmica estranhada do capital atua também sobre a própria classe capitalista, revelando-se, num primeiro plano, na forma da concorrência entre capitais. Em inúmeras passagens de *O capital*, Marx procura deixar claro ao leitor a diferença qualitativa entre o capital e a classe de seres humanos que o personifica: a classe capitalista²⁴. Também são numerosos os momentos em que Marx mostra como a concorrência entre capitais impõe aos capitalistas um padrão de comportamento que *deve ser* exercido para a gerência apropriada do capital. Isso envolve não apenas a maneira de lidar com a classe trabalhadora, mas também de lidar com a natureza, com o Estado, com a qualidade do que é produzido, e com a própria vida pessoal. Se liberdade significa escolher entre padrões de comportamento diversos, a figura do mercado representa, para os próprios capitalistas, o exato oposto.

5. Conclusão

Uma antiga e já desgastada contraposição ao exame crítico de Marx baseia-se no argumento de que o capitalismo é a forma de sociedade na

qual a produção de riqueza é impulsionada pelas próprias ambições privadas, de maneira que, na ausência de obstáculos à ação econômica, a tendência é que se origine uma plethora material capaz de prover condições de vida mais confortáveis ao conjunto da população (mesmo que em condições muito desiguais). Essa é a posição clássica do liberalismo econômico que, vez por outra, é representada com uma demão de verniz.

É difícil afirmar se Sen poderia ser considerado um liberal no sentido clássico da palavra. De todo modo, são muitos os momentos de sua argumentação nos quais o autor nos faz crer que o problema não é o excesso de capitalismo, mas a falta dele. Isso ocorre, por exemplo, quando Sen associa diretamente o pressuposto mais fundamental da sociedade capitalista, a generalização da troca mercantil, ao desenvolvimento humano. Como vimos, a perspectiva defendida por Sen não se ampara exatamente nos tradicionais argumentos apresentados e reapresentados pelos economistas, há séculos, em defesa da eficiência do mercado. O ponto de apoio de Sen é a postulação de uma identidade existente entre a “liberdade de trocar” e as demais formas de expressão da liberdade humana.

Por construir seu argumento como “crítica da economia política”, Marx ocupou-se, em seu tempo, com a oposição a manifestos pró-mercado amparados por argumentos diversos,

inclusive o manifesto de Adam Smith, que é o progenitor do raciocínio que Sen leva às últimas consequências. O programa de sua crítica tem, por conseguinte, como elemento fundamental a demonstração de que o progresso da produção capitalista é sinônimo do avanço intensivo e extensivo do poder do capital. Poder esse que, para repetir, produz efeitos contraditórios sob diversos aspectos, inclusive (ou, talvez, principalmente) no que se refere à conquista da emancipação humana, da liberdade do gênero e dos indivíduos que o constituem.

Nem mesmo Smith ou Sen foram tão enfáticos quanto Marx ao ressaltar a contribuição do período capitalista para a emancipação humana. Contribuição essa que resulta, fundamentalmente, da capacidade da produção regida pelo capital de expandir a produtividade do trabalho, liberando tempo de trabalho que, em parte, se converte, já no período capitalista, em tempo livre e na possibilidade de diversificação das necessidades atendidas pela produção. São muito conhecidas as passagens nas quais Marx exalta, com entusiasmo, o que ele denominou, numa expressão muito representativa, “influência civilizadora do capital” (MARX, 2011, p. 334). Algumas dessas passagens são surpreendentes para os novos leitores da obra de Marx e constrangedoras para as interpretações mais ingênuas de sua crítica, que normalmente buscam no autor uma caracterização do capitalismo como o mal absoluto²⁵.

Mas, ao contrário de Smith e de Sen, Marx não transformou o reconhecimento do progresso obtido no capitalismo numa apologia dessa formação social. No sentido oposto, procurou sempre demonstrar que o progresso, durante o período capitalista, é, em geral, extraído do sacrifício, *progressivamente desnecessário*, da maioria absoluta da população. O desenvolvimento do capitalismo não é, em outras palavras, apenas o desenvolvimento da capacidade produtiva, o avanço da tecnologia, a diversificação das necessidades humanas, mas também o desenvolvimento da exploração do trabalho pelo capital e do estranhamento²⁶ (*ibidem*, p. 590).

O próprio aumento da produtividade do trabalho é, na realidade, um elemento decisivo do progresso da brutalidade do capital. Como Marx procurou demonstrar, o aumento da produtividade, no capitalismo, é meio de ampliação do mais-valor relativo e, portanto, de aumento da exploração (MARX, 2013, Capítulos X a XIII). Mas ao mesmo tempo em que torna mais intensiva a exploração dos trabalhadores ocupados pelo capital, o avanço das forças produtivas torna crescentemente redundante a participação de trabalhadores na produção. Numa abstração intoleravelmente insensível, esse efeito do desenvolvimento capitalista poderia ser celebrado como uma ótima notícia, pois apenas expressa o fato de que podemos obter a mesma ou mais riqueza material com menos trabalho. O problema é que o capitalismo reduz

a importância econômica do trabalho ao mesmo tempo em que aumenta sua importância social²⁷.

Como Marx acertadamente antecipou, a produção capitalista espalhou-se pelo globo, superando de modo avassalador as formas alternativas de produção. Marx também acertou em cheio quando projetou um futuro no qual as relações humanas são, em domínios cada vez mais amplos, comandadas pelo capital. Hoje, diferentemente do que ocorria há pouco mais de um século, as artes, a cultura, os esportes, o lazer, a vida familiar são todos ambientes mercantilizados, dominados pelo imperativo do lucro. Nesse movimento de progresso extensivo e intensivo do capitalismo, a relação assalariada disseminou-se como condição típica do trabalho nos novos e antigos territórios conquistados pelo capital. Em suma, o capitalismo cria novos proletários ao mesmo tempo em que os torna crescentemente irrelevantes para a produção (MARX, 2013, Capítulo XXIII).

Ao tempo de Marx, a figura contraditória do capitalismo globalizado – a automatização fantástica de quase todos os ramos da produção, a produção de “mananciais de riqueza”, a difusão do consumo de produtos sofisticados, por um lado, o lazer e a cultura totalmente mercantilizados, a proletarianização universal, a devastação ambiental ameaçadora, a desigualdade material inédita na história, por outro – era ainda ficção

filosófico-científica, mesmo quando teoricamente bem-amparada, pois antecipava um “futuro” entre diversas possibilidades. Hoje, a figura projetada por Marx realizou-se como o nosso mundo. O desenvolvimento capitalista em todas as direções não é mais uma conjectura, mas uma realidade. A questão é: quem hoje diria que fomos libertados pelo capital?

Bibliografia

AGARWALA, Amar Narain & SINGH, Sampat Pal. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Bauru: Edipro, 2007.

ASTARITA, Rolando. *Sen y Marx: enfoques sobre el desarrollo capitalista y la libertad*. Acessado (em março de 2013) In: <http://rolandoastarita.com/NC-SEN%20Y%20MARX.htm>, 2009.

CEPAL. “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DAWKINS, Richard. *A grande história da evolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUAYER, Mario. “Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no Capitalismo”, *Revista Margem Esquerda*, v. 17, p. 88-99, 2011.

DUAYER, Mario & MEDEIROS, João Leonardo. “Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital”, *Revista de Economia (Curitiba)*, v. 34, p. 151-161, 2008.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LUKÁCS, György. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & NETTO, José Paulo (Org.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*: György Lukács. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. *Para uma ontologia da ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O capital* – Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Grundrisse* – Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços para a crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O capital: Crítica da Economia Política* – Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política com algumas de suas aplicações à filosofia social*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NUSSBAUM, Martha. *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge (UK); New York: Cambridge University Press, 2001.

PNUD. *Human development report*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000.

SEN, Amartya. "Development: which way now?", *The Economic Journal*, v. 93, n. 372, dez., 1983.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WILLIAMSON, John. "What Washington means by policy reform." In: WILLIAMSON, J. *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, John & KUCZYŃSKI, Pedro Pablo. (Org.). *Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.

Notas

1. A palavra *aufheben* poderia ter sido traduzida como "superação" (dialética). A opção do tradutor pelo termo *suprassumir* é assim justificada: "o verbo *aufheben* possui três sentidos principais: 1) levantar, sustentar, erguer; 2) anular, abolir, destruir, revogar, cancelar, suspender, superar; 3) conservar, poupar, preservar [...]. Marx [...] emprega comumente a palavra nas acepções 2 e 3 combinadas, mas também a emprega, muitas vezes, simplesmente na segunda acepção, dando ênfase ao aspecto negativo da 'superação'. Traduzimos *aufheben*, *aufgehoben*, *Aufhebung* por 'superar, superado, superação' quando se trata da segunda acepção, e por 'suprassumir, suprassumido, suprassunção' quando é evidente se tratar de uma combinação da segunda com a terceira acepção". Nota do tradutor 10, em (MARX & ENGELS, 2007, p. 547-548).

2. O "enfoque das capacidades" é associado usualmente não apenas a Amartya Sen, mas também à filósofa estadunidense Martha Nussbaum (2001). Limitar-nos-emos aqui à formulação de Sen, por duas razões: primeiro, por ela ser a versão original do "enfoque das capacidades"; segundo, porque foi por intermédio de Sen que o "enfoque das capacidades" superou a esfera acadêmica, influenciando realmente as políticas de desenvolvimento em plano mundial.

3. Nas palavras do autor: "(1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental do analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas" (SEN, 2000, p. 34).

4. Ainda que com algumas diferenças pontuais, esse entendimento foi compartilhado tanto pelos principais representantes da "Economia do Desenvolvimento" (Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Walt Rostow etc.), quanto pela tradição crítica latino-americana que se construiu em torno da CEPAL, por exemplo. Um bom panorama da disciplina pode ser encontrado na coletânea clássica de Agarwala & Singh (2010).

5. O Como exemplo de redefinição do conceito de desenvolvimento, chama atenção, particularmente, a proliferação de trabalhos sobre *desenvolvimento sustentável*, questionando os limites ecológicos do crescimento econômico. No que diz respeito às redefinições estratégicas, não podemos deixar de mencionar a ofensiva neoliberal sistematizada na agenda do *Consenso de Washington*, seguida de perspectivas mais “concedidas”, como aquelas contidas na agenda do *Pós-Consenso da Nova CEPAL*. Cf.: WILLIAMSON (1990); WILLIAMSON & KUCZYNSKI (2004); e CEPAL (2000).

6. É evidente que o recurso a um consenso abstrato tem por base a noção de “consenso superposto” de John Rawls (2000, p. 180), filósofo que Sen reconhece como o antecedente imediato e inspirador de suas ideias.

7. A opinião de Sen é certamente uma opinião de peso, como atesta sua influência sobre organismos internacionais como a OIT, as Nações Unidas e o Banco Mundial, para além das inúmeras láureas recebidas ao longo de sua carreira acadêmica (inclusive o prêmio Nobel de Economia, em 1998). Um exemplo emblemático da influência de Sen é sua atuação no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Partindo do reconhecimento de que a aceitação da nova abordagem por ele proposta dependia ainda da existência de um indicador alternativo ao tradicional PIB *per capita*, Sen trabalhou na elaboração do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH). O IDH é apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1990 e conjuga dados sobre renda, esperança de vida e nível de escolaridade. Mais uma vez, entende-se que, “enquanto o crescimento da produção nacional (PIB) é absolutamente necessário para alcançar todos os objetivos humanos essenciais, o importante é estudar como esse crescimento se traduz – ou falha em se traduzir – em desenvolvimento humano em várias sociedades” (PNUD, 1990, p. iii). Por tudo isso, não seria exagero dizer que Sen foi a principal influência na campanha contra a pobreza promovida pelo Banco Mundial e pela ONU ao longo das décadas de 1980 e 90, que funcionou com uma espécie de compensação, política, ideológica e humanitária da campanha pela difusão da “liberdade de mercado” e das políticas neoliberais em geral.

8. Mesmo nesses casos, entretanto, seria possível questionar o caráter limitado da concepção de liberdade política e de oportunidades sociais, e o caráter instrumental da rede de segurança protetora proposta (aos moldes neoliberais, focal e extremamente seletivo).

9. Em inúmeros momentos de sua obra, Marx concebe a emancipação humana em termos da livre realização das capacidades do gênero. É o caso da sua definição da riqueza como conquista da liberdade em (MARX, 2011, p. 399), mas também de sua descrição do comunismo como o reino da liberdade, que se pode encontrar, em versões diversas, em várias de suas obras. Algumas passagens conhecidas sobre o tema podem ser encontradas em Marx (2012, p. 3; 2007, p. 37-38 e 2008, p. 1081-1084). Quanto a Aristóteles, deve-se recordar que, em sua filosofia, o ser humano é compreendido como naturalmente dotado de uma “função”: justamente a realização de suas capacidades, ou, para dizê-lo nos seus próprios termos, “o exercício ativo das faculdades da alma” (ARISTÓTELES, 2007, p. 49). Em conformidade com essa ideia, o bem humano supremo da ética aristotélica, a felicidade (*eudaimonia*), é concebido como a atividade orientada para a realização das capacidades humanas (*ibidem*, p. 50). Sen reconhece a influência de Aristóteles e Marx sobre sua abordagem em, respectivamente, (2001, p. 34) e (2001, p. 98).

10. Comentando uma passagem do prefácio da primeira edição dos *Princípios de economia política* de Mill (1996, p. 53), na qual o autor “apresenta a si mesmo como o Adam Smith do presente”, Marx exercita sua famosa verve irônica: “não se sabe o que é mais impressionante, se a ingenuidade do autor ou a do público, que o compra inocentemente como um Adam Smith, para quem ele está como o general Williams, baronete de Kars [um general britânico hipercondecorado, apesar de ter sido o atrapalhado líder de uma reação fracassada ao cerco russo à cidade de Kars], está para o duque de Wellington [o comandante de inúmeras vitórias das forças britânicas, inclusive contra Napoleão]”. Marx julga como “desprovidas tanto de abrangência quanto de riqueza de conteúdo” as “investigações originais do sr. J. S. Mill no terreno da economia política” (MARX, 2013, p. 198, nota 80).

11. A interpretação de Lukács é, portanto, a base do argumento desta seção. Cf.: LUKÁCS 2012; 2007; 2013.

12. Isso não quer dizer, evidentemente, que Marx rejeite o desenvolvimento social. Quer dizer apenas que ele examina, tanto em âmbito geral quanto particular, o desenvolvimento tanto como condição objetiva da sociedade (que a caracteriza ontológica e historicamente, como quer que o ajuizemos). Justamente por isso, Marx pode reconhecer que a linha geral de desenvolvimento por vezes se manifesta em condições e fenômenos opressivos: a exploração do trabalho pelo capital, a exploração colonial etc.

13. A expressão “mercadorias fictícias” é usualmente empregada por Polanyi (2000, p. 92-93). Lukács (2012, p. 274) associa diretamente o alto grau de desenvolvimento da sociedade capitalista ao fato de sua reprodução depender da força de trabalho como mercadoria e do dinheiro.

14. Cf.: Marx, 2011, p. 90.

15. O mesmo pode ser dito da sexualidade: o intercuro sexual mediado por objetos puramente simbólicos e descompromissado com a reprodução da espécie é altamente desenvolvido em termos sociais, embora carente de sentido em termos biológico-evolutivos.

16. Há uma polêmica, no campo marxista, sobre a pertinência da categoria “natureza humana”. Esse não é um tema com que possamos lidar aqui, de modo que não nos resta senão subscrever o entendimento de que a teoria social de Marx oferece uma compreensão da natureza humana, por diversas vezes explicitada pelo autor. Cf.: Marx, 2007, p. 534; 2013, p. 255-256. O problema no abuso da categoria “natureza humana” está normalmente relacionado a outra categoria: a essência (ou substância). Muitos autores rejeitam a categoria “natureza humana” por serem antiessencialistas e são antiessencialistas porque consideram essência como um substrato fixo do ser. A chave para conferir um sentido adequado à noção de natureza humana está, portanto, na rejeição dessa compreensão “estática” de essência. Como sugeriu Eagleton (2005, p. 166): “Não é preciso imaginar, como fazem muitos antiessencialistas, que as naturezas têm de ser eternamente fixas. O mais dramático exemplo que temos de uma natureza em perpétuo refazer-se é a natureza humana. Os campeões da transgressão estão certos pelo menos até este ponto: que está em nossa natureza irmos além de nós mesmos”.

17. Apesar de sua extensão, vale a pena citar aqui a passagem em que Lukács (2012, p. 399-400) aponta para o caráter contraditório do processo de emergência histórica do gênero humano (*para-si*): “[...] a genericidade universal biológico-natural do homem, que existe em si e que deve continuar como em-si, só pode se realizar como gênero humano na medida em que os complexos sociais existentes, em suas parcialidade e particularidade concretas, façam sempre com que o ‘mutismo’ da essência genérica seja superado pelos membros de tal sociedade, uma superação que os torne conscientes, no quadro desse complexo, da sua genericidade enquanto membros desse complexo. A contradição objetiva que reside no fundo dessa relação se expressa através do fato de que o tornar-se consciente do gênero termina por ocultar mais ou menos inteiramente, nessas parcialidade e particularidade, a essência genérica universal, ou, pelo menos, por impeli-la com força para segundo plano. Assim como a consciência específica humana só pode nascer em ligação com a atividade social dos

homens (trabalho e linguagem) e como consequência dela, também o pertencimento consciente ao gênero se desenvolve a partir da convivência e da cooperação concreta entre eles. Disso resulta, porém, que a princípio não se manifesta como gênero a própria humanidade, mas apenas a comunidade humana concreta na qual vivem, trabalham e entram em contato os homens em questão. Por esses motivos, o surgimento da consciência genérica humana apresenta ordens de grandeza e graus muito variados: desde as tribos, com vínculos ainda quase naturais, até as grandes nações”.

18. Desde uma perspectiva marxiana, é possível diminuir ainda mais o nível de abstração e observar como as tendências particulares correspondentes a um modo de produção específico manifestam-se de maneiras distintas, em condições históricas distintas.

19. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 206) contam a anedota do ianque que “vem para a Inglaterra, e grita indignado: *Do you call this a land of liberty, where a man can't larr up his nigger?* [A isto você chama de país livre, onde um homem não pode surrar seu próprio negro?]”

20. Recentemente, Moishe Postone (1993) caracterizou essa forma de dominação como uma *dominação abstrata*.

21. Astarita (2009, p. 20), que produziu uma instigante crítica da obra de Sen desde uma perspectiva marxista, também não deixou de ressaltar a diferença entre a visão que Marx e Sen nuttem do mercado: “Como vimos, Sen concebe o mercado como ideal de liberdade e realização dos cidadãos proprietários privados”. “A teoria de Marx, ao contrário, é crítica do mercado. A teoria do valor-trabalho de Marx, com sua derivação, a teoria do fetichismo da mercadoria, constitui precisamente a base desta crítica”.

22. Por incrível que pareça, há quem acredite realmente que o movimento dos preços é um movimento natural. É o caso de Walras, por exemplo: “O fato do valor de troca toma, pois, desde que estabelecido, o caráter de um fato natural, natural em sua origem, natural em sua manifestação e em sua maneira de ser. Se o trigo e o dinheiro têm valor é porque são raros, isto é, úteis e limitados em quantidade, duas circunstâncias naturais”. “Isso não quer dizer absolutamente que não tenhamos nenhuma ação sobre os preços. Sendo a gravidade um fato natural, obedecendo a leis naturais, não se conclui que nos limitemos sempre a vê-la atuar. Podemos, conforme nossa conveniência, ou resistir-lhe ou dar-lhe livre curso; mas não podemos mudar seu caráter e suas leis” (WALRAS, 1996, p. 49).

23. Os próximos três parágrafos fundamentam-se, basicamente, nos primeiros quatro capítulos de *O capital* (MARX, 2013), mas também em DUAYER (2011) e DUAYER & MEDEIROS (2008).

24. Pode-se citar, como exemplo, o conhecido trecho do Capítulo XXII do Livro I de *O capital*: “O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva” (MARX, 2013, p. 667).

25. Cf.: MARX, 2013, p. 667.

26. Por essa razão, Marx e Engels (2007, p. 422) concluem que “Na época presente, o domínio das relações materiais [...] sobre os indivíduos, o esmagamento da individualidade pela casualidade, atingiu sua forma mais aguda e universal e, com isso, designou aos indivíduos existentes uma missão bem determinada. Ele deu aos indivíduos a missão de, no lugar do domínio das relações dadas e da casualidade sobre os indivíduos, instaurar o domínio dos indivíduos sobre a casualidade e sobre as relações dadas”.

27. Trata-se aqui da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Para Marx, essa contradição é o mecanismo da bomba-relógio que o capital arma para si próprio: “Na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples quantum de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante do valor, desaparece o trabalho imediato e sua quantidade como o princípio determinante da produção – a criação de valores de uso –, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total – que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja seu produto histórico). O capital trabalha, assim, pela própria dissolução como a forma dominante de produção” (MARX, 2011, p. 583).

FERNANDO CORREA PRADO

AINDA SOBRE AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO...

Recebido em Setembro de 2014
Aprovado em Setembro de 2016

AINDA SOBRE AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO...

Resumo

Este ensaio retoma o velho tema do “desenvolvimento” e busca levantar algumas questões para a crítica desta categoria tão vaga quanto onipresente na história do pensamento econômico brasileiro desde meados do século XX. Para tanto, revisa, sumaria e pontualmente, o debate sobre desenvolvimento que se deu no pós Segunda Guerra, considerando-o como parte do projeto geopolítico relacionado com a ascensão dos EUA como potência hegemônica, em conflito e disputa com a URSS. A intenção é situar historicamente a categoria de desenvolvimento, tratando também de enquadrar a controvérsia da dependência em parte como desdobramento e em parte como superação das controvérsias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Dois temas serão destacados nesta revisão a grandes traços: a questão motora por trás das análises desenvolvimentistas em todos seus matizes – “como se desenvolver” – e o estreitamento de seu horizonte utópico, que limitou o avanço de uma questão muito mais pertinente: “o que se desenvolve”.

FERNANDO CORREA PRADO

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Palavras-chave: Desenvolvimento; Pensamento Econômico Brasileiro; Brasil contemporâneo.

Classificação JEL: B20

Abstract

This essay revisits the old theme of “development” and seeks raising some questions concerning the critique of this category, as vague as omnipresent in the history of Brazilian economic thought since the mid-twentieth century. To do so, it reviews, summarily and punctually, the controversy on “development”, which took place after the Second World War. It considers that controversy in the context of the geopolitical project related to the rise of United States as an hegemonic power, in conflict and dispute with the USSR. It aims to historically situate the category of development. It also frames the controversy on “dependence”, on one hand as continuity to the controversy of development and, on the other hand, as a way to overcome the controversies on development and underdevelopment. Two major themes will be highlighted in this review: the originating issue behind developmental analyzes in all its shades – “how to develop?” – and the narrowing of its utopian horizon, which has limited the advance of a much more pertinent question: “what is the subject of development?”

El realismo político – el maquiavelismo – vuelve solitario a quien lo practica. Su vida moral se desarrolla en una fase más profunda. Desde el punto de vista moral el realista auténtico es un mártir. Y es, por sobre todas las cosas, un intelectual. Su comportamiento en el seno de una sociedad ciega e irracional se ordenará en una dirección tal que le permita imponer una conducción férrea a la pasividad y a la maldad obstinadas no sólo de los verdugos sino también de las víctimas, y si alguien lo acusa de insensibilidad y de prácticas antihumanas él podrá refutarlo argumentando que, si por las necesidades de su lucha política debe instrumentar a inocentes, no está instando en el mundo la novedad del mal, sino convirtiendo a un sufrimiento sin sentido e irremediable en algo que, bajo el triunfo de ciertas circunstancias puede volverse positivo, puede abrir un camino hacia la justicia y hacia la felicidad, vislumbrar la posibilidad de una salida en el seno mismo del tormento.

Y es su propia condición de intelectual lo que lo empuja al realismo. Cuando se lo ha probado todo – el proselitismo, la educación, la comunicación de los libres, la democracia –, cuando la edad de oro de la rebelión ha pasado dejando a los hombres de una nación en la nostalgia, la impotencia y la servidumbre, únicamente unos pocos hombres llevan dentro de sí la llama viva de la revolución, negándose a ser víctimas absolutas. El maquiavelismo es tanto más necesario cuando menos maduras están las condiciones de la revolución y – yo lo diría con alguna vacilación – en su víspera misma y en el periodo de su construcción. Vale decir, en el ámbito del mundo burgués: siempre.

Juan José Saer, *Papeles de trabajo*, s.d.

Introdução

Que história estamos vivendo? Qual é o sentido dos fatos que presenciamos e nos envolvem?

O momento decisivo para a construção de uma resposta a estas perguntas – ou seja, para uma análise sobre o presente – está em escolher o conteúdo que se deve atribuir à narração da história imediatamente anterior aos tempos atuais. E não é exagero dizer que, após a segunda metade do século XX, a palavra “desenvolvimento” marcou definitivamente o conteúdo da narração da história mundial – e, claro está, também da história brasileira.

Considerando tal afirmação como um ponto de partida, este ensaio inicialmente procura situar o “desenvolvimento” na história, primeiro como noção correlata à de “progresso” – sendo esta, provavelmente, a noção mais representativa da modernidade capitalista – e logo como tema organizador da agenda de debate e de políticas públicas após a Segunda Guerra Mundial, o que impulsionou a formação daquilo que ficou conhecido como “economia do desenvolvimento”.

Feito isso, na segunda seção, o foco passa para a América Latina, mantendo no centro a questão do desenvolvimento e as formas em que esta questão foi pensada e superada historicamente. A intenção é apresentar – em grandes linhas e sem pormenores, dada a abundância de bibliografia sobre o tema – os marcos nos

quais se desdobraram as controvérsias do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e, em especial, a controvérsia da dependência na América Latina, destacando as características específicas desta última controvérsia no Brasil.

A terceira seção segue nesta linha – isto é, sem fazer uma apurada história das ideias, mas apresentando uma espécie de debate sobre esta história – e argumenta algo pouco marcado nas revisões sobre aquelas controvérsias: que a trajetória específica da controvérsia da dependência no Brasil acabou dando maiores margens para a hegemonia do desenvolvimentismo em todos seus matizes no debate político-intelectual brasileiro. Isso teria levado, também, à renovação recente, ainda que sob novos traços, do economicismo, por um lado, e do politicismo, por outro, característicos do chamado “novo-desenvolvimentismo”.

O ensaio termina com uma reflexão em torno da seguinte questão: o que se desenvolve? Com esta pergunta, busca-se enquadrar melhor o debate teórico necessário para uma análise da conjuntura brasileira recente.

I. A ilusão do desenvolvimento na história

A ideia de desenvolvimento tem sua origem muito antes da segunda metade do século XX. No fundo, e de diferentes formas, trata-se de uma ideia que remonta à própria origem

do sistema mundial capitalista e que deve ser entendida como parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista¹. Não por acaso, é possível traçar uma espécie de linha de continuidade entre a economia política clássica e o debate teórico-político que após a Segunda Guerra se tornou conhecido como “economia do desenvolvimento”. Há quem diga, inclusive, que “debates intelectuais completos acerca de como os países poderiam se desenvolver ocorriam já no século XVII. Afinal, o que estava em questão nas políticas proposta que hoje agrupamos sob a rubrica de ‘mercantilismo?’” (WALLERSTEIN, 2006 [1988], p. 124).

Isto posto, é inegável, porém, que “só depois de 1945 – em paralelo com o processo de descolonização asiática e africana – é que, de fato, a ‘geocultura do desenvolvimento’ se transformou num fenômeno universal” (FIORI, 1999, p. 22). Foi ao final da Segunda Guerra Mundial que se estabeleceu todo um enorme aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas que apresentava o “desenvolvimento” como um fim político praticamente incontestável. Desde então, em quase todas as esferas sociais em que se faz presente, o conceito de desenvolvimento tem sido usado como um tropo, um lugar comum sem definição – ou, o que é o mesmo, com inúmeras definições –, uma palavra arbitrária, que, no entanto, tem um enorme poder político

de mobilização. E se é possível definir uma data específica para esta transformação, esta data seria o dia 20 de janeiro de 1949, quando o então presidente eleito dos Estados Unidos, Harry Truman, proferiu seu discurso de posse.

Em seu discurso, após fazer um apelo anticomunista em defesa da “democracia”, Truman diz que sua política pela paz e a liberdade centrar-se-ia em quatro pontos, dos quais o quarto é o mais importante. Este ponto começa assim: “Quarto: devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessíveis, visando à melhoria e ao crescimento das *áreas subdesenvolvidas*”. E depois segue: “O *velho imperialismo* – exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que buscamos é um *programa de desenvolvimento* baseado nos conceitos de trato justo e democrático”². Uma mensagem que pode ser entendida como um corolário da Doutrina Truman, de 1947, que visava, obviamente do ponto de vista dos Estados Unidos, “defender o mundo livre” contra a “ameaça” comunista. Mais importante que isso: era a primeira vez que o termo “subdesenvolvido” (“áreas subdesenvolvidas”) entrava em cena na política mundial, e já o fazia como um dos protagonistas, ao lado de “liberdade”, “democracia” e, claro, “desenvolvimento”³.

Segundo Gustavo Esteva (2000, p. 60), “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”. A contraparte do desenvolvimento era o subdesenvolvimento: “Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas” (*ibidem*). O subdesenvolvimento começou a cumprir o papel semelhante ao que antes era representado pela “barbárie”, pelo “atraso”. E mais. Visto com a distância histórica que o presente oferece e a partir de um olhar mais profundo, a nova dualidade “desenvolvimento” x “subdesenvolvimento” representava um processo de redefinição, sob hegemonia estadunidense, de alguns elementos fundamentais próprios da modernidade capitalista: o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo (ECHEVERRÍA, 2011).

Neste sentido, no contexto do pós Segunda Guerra, teria se reconfigurado o humanismo ou o “universalismo europeu” (na verdade, eurocêntrico)⁴, entendidos como a pretensão de universalizar os próprios interesses e supeditar a realidade do “outro” à sua própria; assim entendido, o humanismo teria como essência a afirmação de uma determinada ordem de civilização (desenvolvimento) sobre aquilo que é moldado como caótico e bárbaro

(as áreas subdesenvolvidas). Em relação ao individualismo – traço comum da modernidade capitalista e suas “robinsonadas” (MARX, 2004 [1857]) –, no pós-Segunda Guerra as “garantias de liberdade individual” foram apresentadas como um elemento central em contraste com a “supressão” das mesmas “liberdades individuais”, uma supressão que seria própria dos governos “totalitários”, que imporiam os “desígnios de uma minoria sobre a maioria”⁵. Convém apontar que, após a derrota do nazismo, na visão estadunidense, tais governos “totalitários” seriam aqueles do campo socialista, aos que logo viriam se juntar os Estados não alinhados.

Ainda mais relevante para a discussão que aqui se propõe são os impactos da redefinição do progressismo, do industrialismo e, principalmente, do economicismo. O progressismo, em termos muito sintéticos, pode ser entendido como um modo de legitimação social em que todos os “dispositivos, práticos e discursivos, que possibilitam e conformam o processo de reprodução da sociedade [...], encontram-se imersos num movimento de mudança imparável que levaria a sociedade do atrasado ao adiantado, do ‘defeituoso ao insuperável’” (ECHEVERRÍA, 2011, p. 59). O progresso seria o aumento da riqueza e, quase como sinônimo, a expansão da liberdade: tal seria o caminho para o aperfeiçoamento da civilização. Um progresso que passa a ser visto, basicamente, como “progresso técnico”, e este

segue sujeitando, agora em escalas nunca antes vistas, a lógica de criação de riqueza social à lógica de acumulação de capital; um progresso que, orientado para a plena urbanização da vida, tende a concentrar ainda mais a produção social moderna em torno da industrialização. E uma industrialização que, no pós-Segunda Guerra e sob hegemonia estadunidense, ocorreu através da integração monopólica dos sistemas de produção em escala mundial (BAMBIRRA, 2012 [1972]). Tudo isso culmina na redefinição também do economicismo próprio da modernidade capitalista, na medida em que tendeu a aprofundar ainda mais a inerente cisão entre o “econômico” e o “político” que se dá no capitalismo ⁶.

Pois bem, todo esse processo de redefinição de traços próprios da modernidade capitalista não significava apenas um problema discursivo ou uma mera forma de apresentar uma nova narrativa histórica – embora, de fato, os termos “civilização” (como contraposição à barbárie) e, em parte, “progresso” (como contraposição ao atraso) tivessem perdido sua inocência após duas guerras mundiais e uma grande depressão econômica. Na verdade, a propagação do objetivo do desenvolvimento tinha por trás um propósito pano de fundo.

Neste sentido, vale lembrar que, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, despontaram no cenário mundial os Estados Unidos e a União

das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como potências militares e como alternativas sociais distintas. Tratava-se de um período histórico que fechava um ciclo de duas guerras mundiais, entremeadas pela maior crise que o sistema capitalista havia vivido até então, no qual se consolidava a Guerra Fria – particularmente após 1947, com a “cortina de ferro” –, e em que o impulso do crescimento econômico em escala mundial se apresentava novamente, após um longo período de declínio. Frente à emergência de novas nações no pós-Segunda Guerra, junto ao processo de descolonização, era preciso responder à percepção que estas nações manifestavam em relação às enormes desigualdades entre a “riqueza das nações”. E parte dessa resposta foi a *ideologia do desenvolvimento*⁷.

Neste contexto, os aparelhos privados e estatais de hegemonia dos países capitalistas centrais, sob a égide dos Estados Unidos, estimularam e orientaram a produção de teorias sobre o “desenvolvimento”, tendo como foco a superação do “subdesenvolvimento”. Nos países capitalistas centrais, sobretudo no mundo anglo-saxão, formou-se naquele então o que posteriormente seria denominado de “economia do desenvolvimento”, onde se inserem as obras de intelectuais como Arthur Lewis, Paul Rosenstein Rodan, Ragnar Nurske, Colin Clark, Herbert Frankel, Walt Whitman Rostow, entre outros, muitos deles também ligados a instituições de Estado⁸.

Foi neste bojo que a noção de subdesenvolvimento entrou em debate, e a partir desta noção elaborou-se toda uma série de interpretações e receitas para direcionar as chamadas áreas subdesenvolvidas rumo ao desenvolvimento econômico.

Desde então, surgiu uma imensidão bibliográfica da e sobre a “economia do desenvolvimento”, apontando suas teses, suas referências teóricas, suas propostas políticas, seus limites ideológicos. Em lugar de fazer mais uma revisão de todo debate em torno da “economia do desenvolvimento”⁹ – ou mesmo dos chamados “pioneiros” desse debate (MEIER & SEERS, 1985) – e antes de entrar no tema que aqui interessa – isto é, como esse movimento teórico mundial ingressou na América Latina e, em particular, no Brasil, desdobrando-se na controvérsia do subdesenvolvimento e, mais adiante, da dependência – importa ressaltar apenas algumas características genéricas dessa “economia do desenvolvimento”.

Inicialmente, cabe dizer que essas obras da “economia do desenvolvimento” trataram de precisar a noção de desenvolvimento, relacionando-a diretamente ao crescimento econômico, embora nem sempre se limitando a isso. Em suas versões mais vulgarizadas, o desenvolvimento seria entendido como um processo contínuo, onde o subdesenvolvimento representaria uma etapa prévia do desenvolvimento. Ao

mesmo tempo *processo e projeto*, o desenvolvimento seria um horizonte político não apenas necessário, mas também alcançável por todos os países, sempre e quando suas respectivas políticas econômicas fossem adequadas (o recitativo variava segundo o diagnóstico). E, em termos gerais, o subdesenvolvimento era visto como ausência de desenvolvimento industrial.

Tratavam também de analisar os obstáculos que as “estruturas arcaicas” ou “atrasadas” das áreas subdesenvolvidas impunham ao desenvolvimento, bem como os meios e “mecanismos” necessários para alcançar o mesmo desenvolvimento. Neste sentido, embora reforçassem a separação entre o “econômico” e o “político”, ressaltavam muitas vezes que o desenvolvimento requeria a “modernização” das condições econômicas, sociais e ideológicas de cada país. O que poderia trazer tensões políticas, daí a necessidade do Estado para mobilizar e planificar racionalmente os recursos de cada país.

Enfim, geralmente supunham que se desenvolver implicava seguir determinadas metas gerais, correspondentes a uma etapa progressiva, cujo modelo era abstraído a partir das características das “economias desenvolvidas”. Em termos metodológicos, o subdesenvolvimento era medido pela “falta” de desenvolvimento e este era representado por uma série de indicadores – produto interno bruto, renda *per capita*, índices de alfabetização, taxas de mortalidade infantil,

esperança de vida, etc. Em muitos casos, adotavam uma metodologia essencialmente descritiva, com pouquíssima capacidade explicativa, gerando no fundo uma tautologia: a economia que apresentasse determinados indicadores era subdesenvolvida e, no inverso, era subdesenvolvida porque apresentava tais indicadores.

Para além das características genéricas dessa “economia do desenvolvimento” que surge no bojo do projeto geopolítico estadunidense do pós Segunda Guerra, o importante aqui é que este “convite” para o desenvolvimento e para a superação do subdesenvolvimento impactou o mundo todo, e em especial a América Latina. De modo que, nestas bandas, a pauta do “desenvolvimento” gerou controvérsias específicas em torno da seguinte questão: “como se desenvolver?”.

II. Controvérsias do passado: ainda sobre a dependência latino-americana

Como foi apontado, após a Segunda Guerra Mundial e, em particular, após 1949, com a consolidação da Guerra Fria e com o processo de descolonização, nasceu uma potente ideologia que redefiniu alguns traços próprios da modernidade capitalista, ideologia esta que esteve norteadada pelas noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e que foi espalhada pelo mundo através de diferentes

aparelhos privados e estatais de hegemonia, sob a égide dos Estados Unidos. Entre os meios para a difusão dessa ideologia, estiveram algumas comissões econômicas regionais, subordinadas ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, primeiramente com assento na Europa, Ásia e Extremo Oriente (regiões mais afetadas pela Segunda Guerra) e, pouco depois, e não sem resistência, para América Latina, África e Ásia Ocidental (SUNKEL & PAZ, 2004 [1971]).

No caso da América Latina, após o estabelecimento, em 1947, de um grupo de trabalho encarregado de avaliar a possível criação de uma comissão do gênero para a região, em 1948 funda-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁰, vista posteriormente por alguns como “a mais original e ativa entre as várias organizações regionais estabelecidas pelas Nações Unidas no período do pós-guerra” (KAY, 1989, p. 231).

De fato, é possível dizer que “o surgimento de uma corrente estruturada e, sob muitos aspectos, original de pensamento na região [se deu apenas] a partir do *Relatório Econômico da América Latina de 1949*, publicado pela CEPAL em 1950” (MARINI, 1992, p. 70). Neste mesmo tom, também se pode afirmar que, embora a própria CEPAL tenha surgido no bojo da difusão da ideologia do desenvolvimento, suas análises partiram “de um ponto radicalmente

oposto ao da *'development economics'*: começou pela crítica à teoria ricardiana do comércio internacional e acabou produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento” (FIORI, 1999, p. 28). E assim como a “economia do desenvolvimento” tinha um pano de fundo propício para o seu surgimento, também a CEPAL teve uma base concreta para realizar essa “revolução teórica” – para além do brilhantismo intelectual de suas primeiras e mais importantes figuras teóricas, tais como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Víctor Urquidí, entre outros.

Diferentemente dos novos países que nasciam do processo de descolonização no pós-Segunda Guerra, a América Latina, em sua unidade diversa, já era independente há mais de um século, e contava com um desenvolvimento tipicamente capitalista também de aproximadamente um século, que havia engendrado estruturas capitalistas e Estados consolidados¹¹. Em alguns países mais que em outros – em especial na Argentina, no Brasil, no Chile, no México e no Uruguai –, desde o fim do século XIX e, sobretudo, no período entreguerras, a região viu surgir uma burguesia industrial que, por volta dos anos 1930, acedeu ao bloco de poder, numa situação de compromisso com a oligarquia primário-exportadora.

Vinculada a esta realidade latino-americana, a CEPAL acabou por refletir as contradições intraburguesas, gerando uma sólida base ideológica para aquela burguesia industrial em ascensão. Neste sentido, o pensamento cepalino, embora cumprisse a missão de difundir a ideologia do desenvolvimento, não o fez seguindo os mesmos passos da “economia do desenvolvimento”, o que se deveu à própria conjuntura latino-americana do pós-Segunda Guerra, bastante propícia para o enraizamento e hegemonia do “desenvolvimentismo”¹². Um “desenvolvimentismo” que marcou as análises da CEPAL e fincou seus pilares no estudo da realidade concreta da América Latina.

Portanto, foi a um só tempo derivado do “chamado ao desenvolvimento” dos países capitalistas centrais, sob hegemonia estadunidense, mas também com base no contexto específico latino-americano que a CEPAL levou a cabo uma transformação crucial de toda a discussão sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, criando propostas, conceitos e variáveis que até aquele momento não faziam parte do repertório de análise sobre a América Latina. Deterioração dos termos de troca, industrialização via substituição de importações, divisão centro-periferia, entre outras noções: todos esses são termos que surgiram das análises da CEPAL e não perderam vigência até hoje¹³. Além disso, a contribuição teórica da CEPAL na primeira

década de seu funcionamento foi determinante no sentido de instituir todo um programa de pesquisa específico sobre a América Latina, inovando também no enfoque metodológico, que logo ficou conhecido como método histórico-estruturalista¹⁴.

Neste sentido, o mais importante da proposta cepalina foi recolocar os termos da discussão, de modo que, embora se mantivesse o horizonte do desenvolvimento e este fosse entendido como “progresso técnico”, tomava-se como ponto de partida a economia mundial capitalista – que se articulava na divisão centro-periferia –, assegurando para o conjunto de suas teses uma validade de princípio, para além das meras descrições¹⁵. Formava-se assim o que poderíamos chamar de “controvérsia do subdesenvolvimento”, na medida em que, nos dizeres de Celso Furtado – escrevendo em 1958 –, o subdesenvolvimento deve ser visto como “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (2009 [1958], p. 161).

Isto posto, da mesma forma que é imensa a bibliografia sobre a “economia do desenvolvimento” e sobre os postulados da CEPAL, é também enorme a bibliografia sobre a controvérsia do subdesenvolvimento, e não se trata aqui de fazer mais uma revisão dessas controvérsias. Importa destacar apenas que, pese a re colocação

do problema, permanecia, porém, a questão básica sobre “como se desenvolver” e, com ela, mantinha-se a proposta político-ideológica de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos seria alcançado caso fossem corrigidos os desequilíbrios próprios do comércio internacional, o que implicava na necessidade de industrialização dos países periféricos e subdesenvolvidos (ou “formação de capital”, como propunha Furtado em finais dos anos 1950). Esta industrialização, por sua vez, dar-se-ia com base na intervenção do Estado, mediante uma política de industrialização via substituição de importações, visando, em última instância, internalizar os centros de decisão. O Estado, neste caso, era concebido como uma entidade acima da sociedade, com uma racionalidade própria. Em suma, uma perspectiva e uma proposta que reifica, dentro do contexto específico latino-americano, o progressismo, o industrialismo e o economicismo, próprios da modernidade capitalista.

De todo modo, essa perspectiva e essa proposta foram hegemônicas durante a década de 1950 em toda a América Latina, com especial força no Brasil. No início dos anos 1960, porém, já era evidente que o processo de industrialização não havia gerado os efeitos esperados pelo pensamento cepalino. Pelo contrário: o início da década de 1960, após uma década de “desenvolvimento” e industrialização acelerada, foi marcado pela crise econômica e pelo esgotamento

da chamada estratégia de “industrialização via substituição de importações”.

É também farta a bibliografia em torno às causas “estruturais” do esgotamento do processo de industrialização via substituição de importações, começando pelo texto clássico de Maria da Conceição Tavares sobre o “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, divulgado em 1963, no bojo da própria CEPAL. Não cabe aqui resumir os argumentos sobre este processo, que, nos termos do desenvolvimentismo, impunha a “necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema)” (TAVARES, 1975 [1963]).

O importante, no que diz respeito ao debate político-intelectual da época – ou seja, em relação às controvérsias que se apresentavam pela própria história –, é que as contradições derivadas do processo de industrialização na América Latina e as consequências sociais por ele geradas fizeram com que a própria CEPAL reorientasse seu desenvolvimentismo original, passando a enfatizar a necessidade de profundas reformas. Talvez demasiado tarde, pois, com a Revolução Cubana em 1959 e sua consolidação como processo socialista em 1961, a região entrava num período marcado por aquilo que György Lukács chamou, para outro

contexto histórico, de “atualidade da revolução” (2012 [1924]). Nesta conjuntura, a história latino-americana abria-se não apenas em relação aos caminhos para o “desenvolvimento”, mas também em relação ao questionamento do próprio desenvolvimento capitalista como horizonte. Uma história que logo seria marcada pela contrarrevolução¹⁶, na qual dois episódios são especialmente importantes para o que nos interessa: os golpes civil-militares no Brasil em 1964 e no Chile em 1973.

No período entre o golpe de 1964 e o golpe de 1973, como desdobramento e superação da controvérsia do “subdesenvolvimento”, cada vez mais as análises sobre a América Latina passaram a utilizar a categoria de dependência para caracterizar a especificidade do “subdesenvolvimento” da região ou mesmo do próprio desenvolvimento capitalista na região. Se, ao final da Segunda Guerra, a questão do desenvolvimento havia sido colocada no centro do debate mundial, com impactos significativos para a esfera política e intelectual da América Latina – o que se expressou na controvérsia do subdesenvolvimento –, a partir de meados de 1960, o mote da dependência começou a ganhar espaço, tornando-se uma categoria em disputa, carregada de diferentes matrizes teóricas e políticas. E isso se deu também com base numa conjuntura propícia pela qual passava a América Latina – uma conjuntura que, entre tantas expressões, vivia o impacto da Revolução Cubana; no Brasil, era

palco da ideologia nacional-desenvolvimentista, encampada pela burguesia industrial; assistia a ascensão das lutas de massas, interrompida no Brasil pelo golpe civil-militar de 1964, que forçou o exílio de vários intelectuais, muitos deles no Chile, país este que, por sua vez, logo viveria a chegada de Salvador Allende e da Unidade Popular ao poder (até o golpe em 1973), sendo ainda o país sede da CEPAL e também do *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO) da Universidade do Chile, dois núcleos importantes que concentraram uma série de intelectuais dedicados à análise do subdesenvolvimento e da dependência; tudo isso numa América Latina que também foi protagonista das lutas travadas mundialmente em 1968¹⁷.

Foi nesta conjuntura que, ao final dos anos 1960 e início dos 1970, a disputa político-ideológica pela caracterização da América Latina – a partir da qual se orientaria determinada proposta política – gerou também uma imensidão de escritos, agora tendo como centro a categoria da dependência – tal como havia ocorrido em seu momento com a “economia do desenvolvimento” e a controvérsia do “subdesenvolvimento”. É até possível dizer que, entre meados 1960 e meados de 1970, não houve quem analisasse a América Latina sem passar pelo tema da dependência. Ou, em outras palavras, “não há dúvida [...] de que foram as teorias da dependência que interpretaram mais fielmente o clima político

e intelectual latino-americano dos anos 1960” (FIORI, 1999, p. 30).

Esse clima político e intelectual latino-americano dos anos 1960 fez com que, a partir da categoria de dependência, diversos intelectuais destacassem alguns temas e pressupostos fundamentais (MARINI, 1993): i) a dependência era vista como uma relação estrutural que ligava o desenvolvimento e subdesenvolvimento; portanto, quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência (daí a fórmula de Andre Gunder Frank: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”)¹⁸; ii) o imperialismo não era um elemento externo, mas constitutivo da dependência, de modo que, para romper com a dependência, era preciso enfrentar o imperialismo, o que relacionava a luta anti-imperialista com a luta anticapitalista; e iii) na medida em que a dependência era uma relação estrutural, não existia apenas uma dependência externa, mas, sim, uma articulação de classes internas que mantém e se beneficia da dependência. Esse seria, por assim dizer, o mínimo múltiplo comum das inúmeras análises produzidas em torno da categoria de dependência. Entre esses pontos em comum, convém destacar também que a controvérsia da dependência, em sua gestação, esteve “vinculada a Lenin e à teoria do imperialismo”, sendo que “Marx foi [sendo] assimilado apenas progressivamente” (MARINI, 1993, p. 29).

Além disso, e este é um ponto que se busca destacar neste ensaio, contribuíram – uns mais, outros menos – para avançar no sentido de analisar já não mais “como se desenvolver” dentro do sistema mundial capitalista, mas como este mesmo sistema “se desenvolve” através de uma articulação desigual entre os países imperialistas e os países dependentes.

Pois bem, não obstante esses temas em comum, e até mesmo a recorrência à controvérsia do imperialismo, as características específicas da “situação” ou da “estrutura” de dependência foram entendidas de diferentes formas, assim como diferentes projetos se apresentavam para sua superação. Neste sentido, não há dúvida de que “não houve uma, mas várias teorias da dependência, e que cada uma apontava para projetos políticos e estratégias econômicas completamente distintas” (FIORI, 1999, p. 30).

A meu ver, e em contraste com inúmeras formas de apontar as variadas posições entre os diversos autores que permearam a controvérsia da dependência¹⁹, o critério básico que permite situá-los é a pergunta que subjaz cada interpretação. Alguns mantinham a pergunta própria do desenvolvimentismo: como se desenvolver dentro do sistema mundial capitalista? Para outros a questão era: como revolucionar este sistema rumo ao socialismo?

Ao tomar como critério a diferença entre as perguntas motoras dentro da controvérsia

da dependência, fica mais fácil perceber como esta controvérsia formou-se, em parte, com base no processo “interno” de crítica ao desenvolvimentismo e, em parte, como aprofundamento das críticas que suscitava a estratégia política dos partidos comunistas latino-americanos, que naquele então visavam a revolução nacional-democrática ou democrático-burguesa, privilegiando uma concepção por etapas e a colaboração de classes, na linha estabelecida pela então III Internacional. Neste sentido, também fica mais fácil notar que parte das análises sobre a dependência foi elaborada em organismos internos à própria CEPAL (em especial o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social – ILPES – onde foi escrito *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), enquanto que as análises mais ligadas à nova esquerda latino-americana, tendo se concentrado no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile, direcionavam seus escritos para as organizações revolucionárias da região. Por isso dissemos antes que a controvérsia da dependência pode ser entendida como *desdobramento e superação* da controvérsia do subdesenvolvimento: alguns reatualizaram a questão do desenvolvimentismo, enquanto outros trataram de superá-la, retomando criticamente a herança do comunismo.

De todo modo, o importante aqui é que foi aquela diferença entre as perguntas que, durante as décadas de 1970 e 1980, selou a sorte da trajetória dessa controvérsia na América Latina, o que se deu com especial força no Brasil. Com isso, houve um passo atrás em outra questão pendente: o que se desenvolve?

III. Questão pendente: o que se desenvolve?

É parcialmente correto dizer que “o fracasso do projeto reformista chileno e o progressivo esvaziamento, nos anos 1970, da guerrilha socialista latino-americana, deram um destaque político crescente à [...] vertente da escola da dependência [...] cristalizada à volta da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto” (FIORI, 1999, p. 33). Parcialmente correto, pois não destaca a relação entre, por um lado, o “fracasso” da via chilena ao socialismo e o “esvaziamento” da luta revolucionária e, por outro, a forma como se deu a controvérsia da dependência no Brasil.

Também parcialmente correto é afirmar que, “assim como o golpe militar de 1964, no Brasil, precipitou a crise do desenvolvimentismo e abriu caminho para a afirmação da teoria da dependência, a derrota da Unidade Popular no Chile, em 1973, impactou negativamente esta última” (MARINI, 1992, p. 91). Uma afirmação

também parcialmente correta, pois, no Brasil, o impacto negativo não se deu em toda “teoria da dependência”, mas apenas naquela vertente cuja pergunta motora era como transformar o sistema²⁰.

No plano político-ideológico brasileiro, em particular no que diz respeito à controvérsia da dependência, o “destaque político” da obra de Fernando Henrique Cardoso – mais do que a de Enzo Faletto – contribuiu para reatualizar a questão sobre “como se desenvolver”, na medida em que apagou do debate nacional aquelas contribuições ligadas ao marxismo e à luta revolucionária na América Latina²¹. Junto a isso – ou talvez por isso –, durante a década de 1970, a leitura particular de Fernando Henrique Cardoso sobre a “situação de dependência” e sobre a própria controvérsia da dependência foi sendo facilmente absorvida, com críticas pontuais, pelas análises derivadas do debate histórico-estruturalista da CEPAL. Apenas levando isso em conta é possível afirmar com precisão que “na segunda metade dos anos 1970, a tese sobre a viabilidade do desenvolvimento capitalista a partir de condições iniciais de dependência encontrou um outro desdobramento teórico e político, diferente do que lhe deu Cardoso através de seus estudos cada vez mais centrados na análise e crítica dos aspectos políticos autoritários do desenvolvimentismo brasileiro [...] Deu-se no campo estritamente econômico através de

uma releitura do pensamento estruturalista e de suas estratégias econômicas [...] e que desembocou na chamada ‘teoria do capitalismo tardio’ (FIORI, 1999, p. 34). Uma teoria cujo “novo objeto central de preocupação e pesquisa voltou a ser predominantemente ‘endógeno’: a questão da ‘internalização dos mecanismos de acumulação de capital’ ganha destaque frente às relações de dependência externa, que fora a tônica dos trabalhos críticos da década anterior” (*ibidem*, p. 35).

O contexto brasileiro era certamente propício para certo “endogenismo” analítico. A meados da década de 1970, abria-se uma nova ofensiva da ditadura militar, que se refletia na esfera política e ideológica. Após 1968, com a consolidação da supremacia da burguesia monopolista internacionalizada e frente à crise do início da década de 1970, a ditadura militar passou a buscar uma afirmação tanto interna, como no plano internacional²². Por trás desse movimento, estava a crise dos países capitalistas centrais, evidente a partir da crise do petróleo em 1973, expressa também na agudização da concorrência interimperialista entre os grandes centros – Estados Unidos, Europa Ocidental e, particularmente, Alemanha e Japão –, o que alterou as condições em que se estabelecia a política externa da América Latina (MARINI, 1993).

No Brasil, a ditadura militar, pautando um vigoroso projeto de afirmação interna e expansão externa, abandonou o alinhamento automático com os Estados Unidos (mediante a diplomacia do “pragmatismo responsável”), ao mesmo tempo em que tratou de conseguir acesso a tecnologias que ainda não dominava, como no caso do acordo com a Alemanha em relação à tecnologia nuclear, em 1975. Também exacerbou sua expansão na América do Sul, em particular na Bolívia e no Paraguai. Nesta mesma linha, a ditadura militar implementou, em 1974, o tão discutido II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, mantendo o sistema financeiro privado como principal fiador, priorizava o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital, além de reforçar a noção e o objetivo do “Brasil Potência”²³.

Passando ao plano político-intelectual, é preciso destacar também que, após a vitória da contrarrevolução e a onda repressiva na América Latina durante a década de 1970, consolida-se a política cultural dos Estados Unidos para a região, cujo eixo central seria “a degradação do ensino universitário, paralelamente à criação de uma ultra-universidade, centrada em cursos de pós-graduação, que tinham sua principal sustentação em acadêmicos norte-americanos

e, secundariamente, europeus; posteriormente, em nacionais treinados nos grandes centros” (MARINI, 1992, p. 98)²⁴.

Neste quadro, foram surgindo no Brasil renovadas correntes teóricas, que, como já foi dito, haviam incorporado a controvérsia da dependência apenas pela vertente defendida por Fernando Henrique Cardoso – uma via que mantinha a questão de “como se desenvolver”, porém oferecia outras alternativas para isso: através do “desenvolvimento associado”²⁵. As novas correntes teóricas que surgem da releitura do pensamento estruturalista absorvem criticamente essa vertente da controvérsia da dependência, tomando ainda aquela mesma questão de “como se desenvolver”, mas, agora, atualizando-a para o novo contexto, no qual se resgata a antiga proposta de um desenvolvimento capitalista mais “autônomo”. Neste sentido, chama atenção a forma como a “nova agenda crítica do desenvolvimento brasileiro” se pautou mais uma vez por aquilo que faltava para o Brasil se desenvolver, sublinhando principalmente “os problemas decorrentes da não centralização do capital; da inexistência de um sistema de financiamento endógeno e industrializante; da não calibragem estratégica da política industrial; da ausência de uma política comercial externa mais agressiva; da altíssima concentração da renda e da propriedade territorial agrária e urbana e dos ‘pés de barro’ em que se sustentava o

projeto de ‘potência emergente’” (FIORI, 1999, p. 35). Claramente uma agenda no negativo, que apontava para aquilo que ainda deveria ser feito para o Brasil se desenvolver e então, com pés bem plantados, tornar-se uma potência.

Após a derrota militar e política da esquerda revolucionária – e de sua eliminação do âmbito intelectual brasileiro –, o renovado desenvolvimentismo, mais encorpado (incorporando analiticamente as obras de Marx, Hilferding, Steindl, Keynes, Schumpeter, Kalecki, entre outros), apresentou questões até então incômodas para a ditadura militar, tal como, por exemplo, o caráter extremamente concentrador daquele “modelo de desenvolvimento”; produziu inúmeros trabalhos de grande importância para a compreensão do chamado “padrão de desenvolvimento” ou “padrão de acumulação” brasileiro; reinterpretou seu particular “capitalismo tardio” e seus ciclos econômicos endógenos em comparação com outros “capitalismos tardios”; analisou a fraqueza ou fortaleza do Estado desenvolvimentista; e difundiu análises específicas sobre a economia mundial e a crise da década de 1970. Mas tudo isso à custa de deixar de lado não apenas a questão nacional (SAMPAIO JR., 1999), mas também todo o debate sobre o imperialismo – embora se falasse de “capitalismo monopolista de Estado” –, tratando a economia e o Estado brasileiros em suas especificidades, porém sem relacioná-los

adequadamente com seu papel na América Latina e sem analisar “numa mesma cápsula” o “desenvolvimento” do Brasil como parte do desenvolvimento do sistema mundial capitalista – algo presente, por exemplo, na concepção da categoria de “subimperialismo”, formulada por Ruy Mauro Marini já nos anos 1960²⁶.

Em termos mais gerais, esse movimento teórico de renovação do desenvolvimentismo parece ter contribuído também para um retorno ao economicismo – próprio da questão sobre “como se desenvolver” –, um economicismo que na batalha das ideias andava lado a lado com o politicismo presente nas análises sobre o chamado “Estado burocrático-autoritário”²⁷. Mais importante que isso, esse movimento teórico atualizaria fortemente a agenda no negativo: uma agenda que foi pautada pelas “tarefas em atraso” para alcançar a grande “tarefa em atraso” do desenvolvimento capitalista – no caso, tais tarefas passariam, entre outras medidas, por rearticular o pacto de poder de modo a eliminar os constrangimentos políticos derivados de uma atrofia da burguesia nacional e expressos num Estado limitado por compromissos conservadores, ao ponto de que os chamados projetos prussianos particulares do Brasil deixassem de ser uma “caricatura” para não mais “fracassar” na condução do Estado rumo aos “nossos destinos, como potência capitalista”²⁸.

De todo modo, essas “tarefas em atraso” seriam disputadas e momentaneamente varridas da agenda político-intelectual do Brasil já na década de 1980, com a crise da dívida externa, abrindo espaço para a agenda neoliberal, que desde a década de 1970 permeava o mundo todo e apresentava outras tarefas, agora no quadro da então chamada “globalização”. O Brasil, em particular, foi sacudido por uma crise múltipla, marcada por quatro choques fatais: “elevação das taxas de juros internacionais; recessão na economia mundial; deterioração dos termos de troca e interrupção do financiamento externo depois da moratória mexicana” (FIORI, 2003, p. 184).

É difícil sintetizar o grau das transformações que se deram no plano ideológico em todo o mundo e, em particular, no Brasil desde o final da década de 1970 e, sobretudo, após a década de 1980. No que se refere ao debate político-intelectual, em particular no debate interno daquilo que se convencionou chamar de “ciência econômica”, se somamos essa derrota mundial à anterior derrota nacional – e regional – da esquerda revolucionária de horizonte socialista – o que obviamente também se refletiu no âmbito intelectual brasileiro –, fica mais fácil entender como “logo depois do Cruzado, e durante a década de 90, a crise socialista e a avalanche neoliberal arquivaram todo e qualquer tipo de debate desenvolvimentista” e como o chamado “desenvolvimentismo de esquerda’ estreitou

tanto o seu ‘horizonte utópico’, que acabou se transformando numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social” (FIORI, 2012).

De todo modo, não se pode esquecer que, no plano do pensamento econômico brasileiro, a linha desenvolvimentista manteve-se como polo de resistência crítica nos anos 1990, um período em que no “plano teórico [se deu lugar] à hegemonia da crítica neoliberal do ‘desenvolvimentismo’ e no plano prático à substituição do projeto de construção de uma ‘potência emergente’ pelo de transformação do país num ‘mercado emergente’” (FIORI, 1999, p. 36). Visto esse movimento desde a atualidade, e passando o foco nas questões que hoje em dia se apresentam, é interessante observar que a crise da dívida da década de 1980 e a ofensiva neoliberal dos anos 1990, a um só tempo, evidenciaram os limites de certo “endogenismo” e mesmo do economicismo da análise do desenvolvimentismo renovado, mas também deixaram os elementos para seu *desdobramento* e tentativa de superação, o que se daria, em diferentes sentidos, a partir da conjuntura que abriu o século XXI na América Latina, uma conjuntura que recolocou, sob novos marcos, o velho debate em torno do desenvolvimento.

Conclusão: novas perguntas?

Já em 1999, era possível afirmar que estava “voltando a ocupar lugar de destaque na agenda político-econômica mundial a velha questão do ‘desenvolvimento’ dos países atrasados ou, noutra clave, da distribuição desigual de riqueza entre as nações” (FIORI, 1999, p. 11). E este diagnóstico de 1999 ainda apontava corretamente: “O mais provável é que [as economias latino-americanas] retomem, em algum momento, o caminho do desenvolvimento. Mas primeiro será necessário superar a hegemonia liberal que bloqueou o pensamento político-econômico latino-americano e *recolocar as perguntas capazes de reanimá-lo e reimpulsioná-lo na direção de novas ideias e pesquisas, de novo conceitos e projetos*” (*ibidem*, p. 40; itálica nossa). De fato, a conjuntura da primeira década do século XXI contribuiu muito para superar a hegemonia liberal, de modo que, se no final do século passado aquela “velha questão” do desenvolvimento despontava no debate público mundial, no início do século XXI “o debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional” tornou-se praticamente hegemônico na América Latina, no embalo do que se chamou genericamente de “virada à esquerda” da região.

Por certo, na América Latina, com a chegada ao poder de governos cuja plataforma se identificava, de forma mais ou menos orgânica,

com as lutas populares e de resistência que surgiram contra os efeitos do neoliberalismo, havia um propício contexto para aquela “volta à questão da riqueza de algumas nações”²⁹. Neste contexto, especialmente no Brasil e na Argentina, surgiu a proposta político-teórica do “novo-desenvolvimentismo”, que pode ser vista, dentro da história do pensamento econômico, como um *desdobramento* da renovação desenvolvimentista das décadas de 1970 e 1980³⁰. Vistos neste panorama, os arroubos novo-desenvolvimentistas representam, em grande medida, a continuidade de uma postura já presente anteriormente nos meios políticos e intelectuais brasileiros e que ganhou força com a nova conjuntura mundial e regional – mantendo, claro está, a questão sobre “como se desenvolver”, embora de forma cada vez mais economicista. E, no fundo, o novo-desenvolvimentismo representa igualmente uma “decadência ideológica” (CASTELO, 2012) ou um rebaixado desdobramento do velho desenvolvimentismo, mantendo suas debilidades centrais, não apenas porque o “‘neo-desenvolvimentismo’ acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50” (FIORI, 2011)³¹, mas sobretudo porque, “com relação ao papel do estado, o ‘neo-desenvolvimentismo’ propõe que ele seja

recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações” (*ibidem*)³².

Pois bem, a controvérsia do novo-desenvolvimentismo, embora tenha sido efêmera, gerou grande quantidade de bibliografia, de debates, de análises, de propostas, etc., e não cabe aqui uma análise mais detalhada sobre ela. Para a história a grandes traços do pensamento econômico brasileiro que este ensaio procurou até aqui esboçar, interessa destacar que a crise do desenvolvimentismo na década de 1980 não apenas gerou o novo-desenvolvimentismo como desdobramento do desenvolvimentismo em outro contexto, mas também se expressou no plano intelectual como uma *tentativa de superação* deste programa, o que se deu em diferentes sentidos, e um deles foi em torno ao debate sobre a retomada da hegemonia estadunidense.

A pergunta sobre a crise da hegemonia estadunidense não era nova. Sua origem remonta à década de 1970, em consonância com a “crise do dólar”, o fim do regime monetário de Bretton Woods, a (re)emergência da Alemanha e do Japão – apesar da (e devido à) própria atuação dos Estados Unidos –, a derrota deste país no Vietnã, a “atualidade da revolução” dos anos 1960 e

do simbólico marco de 1968, entre outros vários processos históricos do período. Na década de 1980, a pergunta sobre a crise da hegemonia americana seguiu presente do debate intelectual, permeada por diferentes posições teóricas e políticas, mas essa mesma pergunta perdeu sentido e saiu de pauta nos anos 1990, com a queda da URSS e o início da época dos consabidos “Consenso de Washington”, “fim da história”, “neoliberalismo”, etc. – palavras que resumem precariamente um momento em que o mundo viveu “sob a égide de uma única superpotência, a mesma que se transformou no carro-chefe das mudanças econômicas que alteraram a face do capitalismo mundial, nas duas últimas décadas do século XX” (FIORI, 2001, p. 11).

Sem entrar na história intelectual do debate sobre a “crise da hegemonia americana”, importa que, a meados dos anos 1980, quando tal preocupação circulava pela esfera político-acadêmica mundial, pautando-se por certo consenso em torno à crise da hegemonia estadunidense – especialmente no universo anglo-saxão e apesar das variadas matrizes teóricas –, no Brasil, outra perspectiva adentrou o debate e rapidamente ganhou espaço acadêmico, afirmando que o mundo assistia à “retomada da hegemonia americana”. Assim se titulava o artigo que Maria da Conceição Tavares publicou em 1985 e reeditou em 1997 (com um pós-escrito sobre a “reafirmação da hegemonia americana”), abrindo então um novo programa de pesquisa

e uma nova abordagem em “economia política internacional” que, ademais de focar a geopolítica e geoeconomia “desde a periferia”, buscava sublinhar em suas análises a imbricada relação entre o poder das armas e o poder do dinheiro – reconhecendo a “importância que sempre tiveram os sistemas de poder interestatal e os padrões monetários internacionais para os desenvolvimentos econômicos nacionais” (FIORI, 1999, p. 41) e mantendo a consideração comum sobre a necessidade de compreender o poder global dos Estados Unidos e seus impactos sobre a periferia do sistema, em particular sobre a América Latina³³.

Não é o caso de decifrar os vários pontos de partida comuns e as diferenças específicas entre cada autor(a) que participa ou participou desse programa de pesquisa. Interessa ressaltar apenas que, nesse percurso, e em diferentes graus, foi recolocada uma pergunta capaz de reanimar o pensamento político-econômico latino-americano e reimpulsioná-lo “na direção de novas ideias e pesquisas, de novos conceitos e projetos”. Nem sempre de forma homogênea, consensual, explícita ou mesmo consciente, a nova pergunta que entrou em cena foi: “o que se desenvolve?”. Tendo por trás esta questão, uma nova perspectiva sobre a origem, expansão e funcionamento do sistema interestatal capitalista foi tomando corpo, condensada particularmente nos textos de José Luís Fiori³⁴. Mantendo o diálogo com algumas raízes compartilhadas

dentro daquele programa de pesquisa, mas também partindo de um leque diferenciado e particular de fontes teóricas – entre elas a controvérsia do imperialismo –, Fiori tem exposto uma visão articulada sobre a origem, o funcionamento e a estrutura do “sistema interestatal capitalista”.

A questão sobre “o que se desenvolve” possibilita evitar a circularidade (própria das construções ideológicas e da confusão entre processo e projeto) da antiga questão sobre “como se desenvolver”. Como vimos, esta última questão tende a cair numa constante redução do “horizonte utópico”, reificando a sociedade capitalista, o que, por sua vez, leva ao economicismo e/ou ao politicismo das análises, na medida em que o “desenvolvimento” passa a depender, em última instância, do acerto no manejo das políticas econômicas ou da capacidade política de articulação nacional entre classes sociais antagônicas em torno de um projeto específico, que em geral é apresentado como o próprio processo de “desenvolvimento” (capitalista, evidentemente).

Contudo, a pergunta sobre “o que se desenvolve” não necessariamente evita aquela circularidade, pois pode estar ligada a outras “tarefas em atraso”, já não subordinadas ao “desenvolvimento”, mas à própria atitude “realista” pautada pelos “imperativos” do sistema interestatal capitalista, que, no caso, colocaria a questão de como se manter e

ascender dentro deste sistema – dado que, como se costuma dizer desde um ponto de vista realista, lembrando Norbert Elias: “quem não sobe, cai” no sistema interestatal. Com outra forma e outra questão, dependendo de como está apresentada, tal postura tende a reduzir novamente o “horizonte utópico” – ou a “crítica implacável, impiedosa de tudo que existe”, tal como propunha Marx – como fundamento da atividade intelectual em conjunto com a práxis³⁵. Neste sentido, mesmo que se avance no entendimento sobre o desenvolvimento do sistema interestatal capitalista, a possibilidade do Brasil “projetar seu poder e sua liderança fora de suas fronteiras sem seguir o figurino tradicional das grandes potências” (FIORI, 2013) também remete àqueles mesmos questionamentos: em nome de quem, para quem e para quê?

Sem tais questionamentos, o “horizonte utópico” retorna ao realismo, o que, por sua vez, pode gerar problemas para uma análise da conjuntura atual, que necessariamente deve se manter aberta às possibilidades da história. Além disso, pode nublar igualmente a retomada das respostas e, mais importante, das perguntas feitas em seu momento por aqueles que, tratando de construir a revolução socialista e disputando a estratégia correta para a revolução na América Latina, também interpretaram o desenvolvimento do sistema mundial capitalista “desde a periferia”. Isso nos leva a articular

algumas controvérsias atuais com aquele pensamento – passado e presente – cuja prática renova a “atualidade da revolução” e, com isso, em lugar de reduzir, amplia ainda mais o “horizonte utópico”.

Neste quadro, algumas controvérsias da conjuntura recente – novo-desenvolvimentismo e expansão geopolítica do Brasil, por exemplo, que neste momento já parecem tão distantes – ganham outros contornos, podendo ser analisadas a partir de outras problemáticas. Estes outros contornos permitem recolocar no debate – também, por exemplo – o tema da crítica à estratégia democrático-nacional e sua possível relação com a crítica à estratégia democrático-popular e seu atual esgotamento, ou então o tema da configuração contemporânea daquilo que, em seu momento, foi denominado de subimperialismo brasileiro, vinculando esses temas (entre outros) à superexploração da força de trabalho na América Latina. Temas estes que se apresentam na atualidade em setores da esquerda no Brasil e que, para serem apreendidos totalmente, exigem, dentro da pequena trincheira da “batalha das ideias”, uma outra história do pensamento econômico brasileiro, que supere a ideologia do desenvolvimento – e seu correlato – a hegemonia desenvolvimentista –, retomando a questão sobre o que se desenvolve, articulando-a sempre com as questões do poder e das estratégias de transição socialista.

Bibliografia

ARICÓ, José. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México DF: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 2012.

ARRIGHI, Giovanni (ed.), *Semiperipheral development: the politics of southern Europe in the twentieth century*. Beverly Hills: Sage, 1985.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México DF: ERA, 1978.

_____. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.

BEIGEL, Fernanda. “Dependency Analysis: The creation of New social Theory in Latin America.” In: PATEL, Sujata (ed.), *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. London: Sage, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.

_____. (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: CEPAL/Record/Corecon, 2000b.

_____. “Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano.” In: *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do ISEB da CEPAL à teoria da dependência.” In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005.

Borón, Atílio. “Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina.” *Memoria*, nº 218, México, 2007.

CASTELO, Rodrigo. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.” *Serviço Social e Sociedade*, nº 112, outubro-dezembro de 2012.

_____. “O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar.” In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia*. São Paulo: Ed. Cortez, 2012b.

CORBRIDGE, Stuart (Ed.), *Development: critical concepts of social sciences*, V.1. London: Routledge, 2002.

CORREA PRADO, Fernando. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Revista Comunicação & Política*, vol. 29, nº2, maio-agosto de 2011.

_____. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, 2015.

CORREA PRADO, Fernando & CASTELO, Rodrigo. “O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo”, *Revista Pensata*, vol. 3, n. 1, 2013.

COWEN, Michael & SHENTON, Robert. “The invention of development.” In: CORDBRIDGE, Stuart (ed.). *Development: critical concepts of social sciences*, V.1. London: Routledge, 2002.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México DF: Ed. Siglo XXI, 1979.

DE PAULA, João Antonio. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Discurso crítico y modernidad*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2011.

ESTEVA, Gustavo. “Desarrollo” In: SACHS, Wolfgang (ed.). *Diccionario del desarrollo*. Un guía del conocimiento como poder. Lima: PRATEC, Lima, 1996.

FELDMANN, Daniel. “Construção retomada?”, 2013. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/158571298/artigo-construcaoretomada>>

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Ed. Insight, 1995.

_____. “Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações.” In: FIORI, José Luis (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Introdução: Depois da retomada da hegemonia.” In: FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. “A miséria do ‘novo-desenvolvimentismo’” In: *Valor Econômico*, 30 de novembro de 2011.

_____. “O desenvolvimentismo de esquerda” In: *Valor Econômico*, 29 de dezembro de 2012.

_____. “Brasil, geopolítica e desenvolvimento” In: *Valor Econômico*, 31 de julho de 2013.

FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição (org.). Poder e dinheiro. *Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, José Luis & MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONSECA, Pedro. “Do progresso ao desenvolvimentismo: Vargas na Primeira República” In: ANPEC, 2004.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EPSJV, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. “Ascensão e declínio da Economia do Desenvolvimento”, *Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, 1982.

KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London/New York: Routledge, 1989.

LOVE, Joseph. “The origins of Dependency Analysis”, *Journal of Latin American Studies*, Vol. 22, nº 1, 1990.

LUCE, Mathias. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 - 2007). *Dissertação de Mestrado*, UFRGS, 2007.

LUKÁCS, György. Lenin. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. “Estado y crisis en Brasil.” *Cuadernos Políticos*, nº 13, julho-setembro de 1977.

_____. *América Latina. Dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. “La crisis del pensamiento latinoamericano y el liberalismo.” In: CARMONA, Fernando (coord.), *América Latina: hacia una nueva integración*. México DF: IIEC/UNAM, 1993.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina, *Tese de Doutorado*, Departamento de Sociologia, USP, 2003.

MEIER, Gerald & SEERS Dudley. *Pioneers in development*. New York: World Bank, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO Luiz Gonzaga de Mello. “Reflexões sobre a crise atual.” In: COUTINHO, Renata & BELLUZZO Luiz Gonzaga de Mello (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1982.

OSORIO, Jaime. *El Estado en el centro de la mundialización*. La sociedad civil y el problema del poder. México DF: FCE, 2004.

_____. “A ruptura entre economia e política no mundo do capital”, *Em Pauta*, n. 31, vol. 11, 2013.

PREBISCH, Raúl. “Estudio económico de América Latina, 1949”, In: GURRIERI, Adolfo Gurrieri (org.). *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1982.

RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. Montevideo: Arca, 1998.

SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México DF: Siglo XXI Editores, 2004 (27ª edición).

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1975.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.

Wallerstein, Immanuel. *The politics of world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1988.

_____. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1991.

_____. *Después del liberalismo*. México DF: Siglo XXI Editores, 2003.

_____. *Impensar las ciencias sociales. Límites de los paradigmas decimonónicos*. México DF: Siglo XXI Editores, 2007.

Notas

1. Sobre isso há diversas referências na obra de Wallerstein (1991 [1979]; 1988 [1984]; 2007 [1991]; 2003 [1996]). Ver também Corbridge (ed.). 2000. Segundo Cowen e Shelton (2000, p. 29), “[...] o desenvolvimento é uma prática de Estado enraizada no século XIX [...] emergiu no século XIX como contraponto a ‘progresso’. Desenvolvimento emergiu para mitigar a percepção de caos causada pelo progresso”.

2. Itálicas nossas. Consulta na seguinte página: http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/soyr_archive/inagural20jan1949.htm

3. Para ser mais preciso, o “desenvolvimento” como meta e em contraste com a “exploração” já aparecia em discursos da elite inglesa por volta dos anos 1930. Também o termo “subdesenvolvimento” já começava a circular em alguns meios. Contudo, eram palavras e ideias restritas, não generalizadas para o âmbito mundial.

4. Em relação ao eurocentrismo, vale dizer que se trata de “uma expressão mais cultural que cartográfica; neste sentido, na discussão em torno aos últimos dois séculos [XIX e XX], referimo-nos principal e conjuntamente a Europa ocidental e a América do Norte” (WALLERSTEIN, 2002, p. 191).

5. As aspas são de trechos retirados da “Mensagem Especial ao Congresso sobre a Grécia e a Turquia”, proferida por Harry Truman no dia 12 de março de 1947, mensagem esta que deu origem à Doutrina Truman.

6. Existe ampla bibliografia sobre este tema. Para uma visão clara e resumida, ver Aricó (2012) e Osorio (2013).

7. Mais elementos teóricos sobre o que se entende aqui por “ideologia do desenvolvimento” estão no primeiro capítulo da tese *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo* (CORREA PRADO, 2015), de onde se originou o presente ensaio.

8. Uma seara acadêmico-ideológico-política que pouco depois seria coadjuvada por aquilo que se conheceu como “sociologia do desenvolvimento” ou “sociologia da modernização”, representada, por exemplo, pelos trabalhos de Bert Hoselitz, Talcott Parsons, entre muitos outros.

9. A obra mais difundida de balanço da “economia do desenvolvimento” é de Albert Hirschman (1982), sendo ele mesmo um importante teórico deste campo de estudo. Para uma síntese desse debate, inserindo nele a obra de Celso Furtado, ver Borja (2011).

10. Em 1984 mudou ligeiramente seu nome, incluindo o Caribe: Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

11. Para uma análise da unidade diferenciada em termos de desenvolvimento das relações capitalistas na região, ver Bamberger (2012 [1974]) e Cueva (1979).

12. Daí a possibilidade de argumentar, com certa razão, que, no caso do Brasil, o desenvolvimentismo tem origem nos anos 1930, com as políticas de defesa da produção nacional pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. Sobre este tema, ver Fonseca (2004).

13. Para Joseph Love (1990, p. 377), “a tese de Prebisch [sobre o sistema centro-periferal] é a ideia que exerceu maior influência sobre o estudo de qualquer economia ou sociedade que alguma vez surgiu na América Latina”. Segundo Tomás Amadeo Vasconi (s/f, p. 12), com a contribuição da CEPAL foi “a primeira vez que se tentou sistematicamente, cientificamente, a ‘latino-americanização’ dos estudos”.

14. Para uma definição sintética e simultaneamente completa da perspectiva histórico-estrutural, ver Bielschowsky (2000b; 2001).

15. Cabe notar, contudo, que essas teses não iam muito além do que havia sido teorizado na ampla controvérsia sobre o imperialismo, no início do século XX.

16. Sobre o período da contrarrevolução e o surgimento do Estado de contrainsurgência, ver Marini (1979).

17. Sobre o contexto de surgimento da controvérsia da dependência, ver Bamberger (1978).

18. Neste sentido, imputar as teses do estagnacionismo às análises da dependência, em particular da corrente marxista, é um erro tremendo, embora muito comum na história das ideias produzidas no Brasil.

19. É comum encontrar uma divisão entre duas ou três grandes correntes que pensaram a América Latina utilizando de modo central a categoria de dependência. Entre os que dividem em duas vertentes, há também diferentes formas de abordagem: weberianos e marxistas (MARTINS, 2003; SOTELO VALENCIA, 2005); reformistas e revolucionários (KAY, 1989); nacionalistas/reformistas e socialistas/revolucionários (CHILCOLTE, 1984). Outros, por diferentes critérios, dividem em três correntes, nem sempre coincidentes (PALMA, 1979; FIORI, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2005).

20. No Brasil, durante a ditadura militar e mesmo depois da “abertura lenta, gradual e segura”, foi se construindo um pensamento dominante em torno do tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Fernando Henrique Cardoso, de tal modo que se firmou um amplo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista. Sobre este tema, ver Correa Prado (2011) e Correa Prado e Castelo (2013).

21. Entre as diversas formas de apagar este debate, é possível destacar uma que tem especial importância aqui, pois apresenta uma forma particular de entender as questões que moveram a controvérsia da dependência. Segundo Fernando Henrique Cardoso – e depois dele, muitos outros –, a questão desta controvérsia se resumiria à viabilidade ou inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia, sendo que, de acordo com essa leitura, aqueles autores mais ligados à luta revolucionária caracterizar-se-iam por serem “catastrofistas”, “estagnacionistas”, defensores da “inviabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil”, algo que é, quando menos, simplesmente incorreto. Autores como Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini trataram de compreender precisamente como se dava o desenvolvimento capitalista nas especificidades da região, tendo como questão motora a superação desse desenvolvimento capitalista e a construção do socialismo na América Latina. E, no caso de Marini, suas análises do período apontaram para temas fundamentais e que atualmente voltam a ser tratados, como a questão do subimperialismo brasileiro e a crítica da estratégia democrático-burguesa na luta pelo socialismo. Sobre esses temas, ver Marini (2012).

22. É sempre bom lembrar que, por trás da ditadura militar estava o famoso tripé formado pelo grande capital nacional, grande capital internacional e Estado. Aqui se utiliza como sujeito a ditadura militar, pois ela representava o Estado, cuja força e “autonomia relativa” nos países dependentes foi bastante destacada por diversas correntes teóricas e a partir de diversos conceitos. Para argumentar essa utilização de forma sintética, cabe uma citação de Ruy Mauro Marini

em seu texto “Estado y crisis en Brasil” (1977, p. 77): “[...] desde cualquier ángulo que consideremos la autonomía relativa del Estado en nuestros países [de América Latina], ésta sólo se entiende como resultado de contradicciones de clases inherentes a la situación de dependencia. Es por tanto evidente que esa autonomía tiende a acentuarse al presentar una crisis en el proceso de reproducción de capital en nuestros países, dado que toda crisis agudiza las contradicciones de clases. Por esta razón, al considerar las perspectivas de la actual crisis brasileña, nuestra atención se dirige preferentemente hacia el Estado, debido al margen de autonomía que la crisis le da para plantear un proyecto de superación de la misma”.

23. A leitura do documento do II PND é muito sugestiva. Para ilustrar apenas o ponto que foi tocado na seção anterior, vale destacar uma passagem que abre a parte sobre os “objetivos e opções nacionais” do programa, na qual se condensam várias palavras-chave do desenvolvimentismo sob a ditadura militar: “Em consonância com o binômio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida — moderna, progressista e humana.”

24. Marini ainda argumenta que seria “por esse caminho que se vão infiltrando os elementos que abrirão, mais tarde, as portas para a penetração do neoliberalismo” (1992, p. 98). E cita um trecho elucidativo de Raúl Prebisch em seu livro *La crisis del desarrollo argentino*, escrito em 1986: “Quando nos Estados Unidos viram o perigo que nossas ideias representavam para suas verdades consagradas e não conseguiram a fusão da CEPAL com os serviços similares da OEA, empreenderam nos anos cinquenta uma ação sistemática para contrarrestar-nos e elegeram Santiago do Chile, sede da CEPAL, para desenvolver sua campanha, que se estendeu a toda a América Latina, mediante o envio gratuito de professores e a outorga generosa de bolsas. A base de lançamento foi o neo-classicismo; o liberalismo econômico na Argentina e em outros países não foi de geração espontânea” (*apud* MARINI, 1992, p. 108).

25. Para uma ampla análise crítica desta alternativa e suas expressões teóricas na obra de Fernando Henrique Cardoso, ver Traspadini (1999).

26. Daí que aparecesse como novidade, em 1977, que “a periferia não pode ser tomada como um todo homogêneo”, dada as “mudanças recentes impostas à divisão internacional do trabalho” (COUTINHO & BELLUZZO, 1982, p. 27-28), algo que Marini alertava desde pelo menos 1965 quando publica na *Monthly Review* seu texto “Imperialist Integration and Brazilian Interdependence”, que depois seria incorporado em *Subdesarrollo y revolución*, de 1969.

27. Para uma sintética e excelente crítica ao politicismo e ao economicismo das análises sobre o Estado latino-americano, ver Osorio (2004).

28. As últimas aspas foram retiradas do texto “Reflexões sobre a crise atual”, escrito em 1977 por João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. O trecho faz parte da conclusão do texto, na qual, após notar que a “maior razão do seu fracasso [do II PND] foi determinada pela incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, grande empresa nacional privada e corporação multinacional”, de modo que “nenhum dos interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado”, diz o seguinte (1982, p. 158): “o chamado setor produtivo estatal não possui autonomia financeira suficiente para saltar à frente e liderar a expansão futura [...] Por outro lado, a grande empresa internacional, diante da crise mundial, mantém um comportamento cauteloso: não está disposta a se envolver em projetos por demais ambiciosos, nem a investir sem que lhe sejam oferecidas vantagens de monta. Não está comprometida com os nossos destinos, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação. Nestas condições, é utopia crer que será possível dinamizar o capitalismo, ferindo os interesses fundamentais da grande empresa internacional”. E segue, para finalizar: “Dissemos acima que estes eram os problemas essenciais. Uma vez resolvidos, certamente estará definida uma política econômica de curto prazo, compatível com os rumos da expansão futura. E a condição *sine qua non* para a superação das dificuldades presentes exige que a sociedade brasileira resolva o impasse político que a paralisa”.

29. E vale ainda dizer, de passagem, que, neste processo, criou-se também o contexto para a volta à questão, não apenas da riqueza das nações – ou do desenvolvimento –, mas da transição para o socialismo, com o chamado pelo “socialismo do século XXI”.

30. E esta afirmação também pode valer para as mais recentes propostas autotituladas de “social-desenvolvimentistas”. Para duas excelentes análises sobre o tema, ver Feldmann (2013) e, em especial, Castelo (2012; 2012b).

31. Essas medidas vagas são descritas da seguinte forma (FIORI, 2011): “Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera.”

32. Ironicamente, até diz em nome de quem: do “desenvolvimento”. Isso fica evidente na proposta de Luiz Carlos Bresser-Pereira, quando sintetiza seu ideário novo-desenvolvimentista: “O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados, e trabalhadores – ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional, e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento.” De fato, não

há muita novidade em relação ao velho desenvolvimentismo, tendo em vista que “o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada” (MARINI, 1992, p. 79).

33. Com base nessas linhas gerais, ao longo das décadas de 1990 e 2000, esse programa de pesquisa se plasmasse em diversos livros coletivos: Poder e Dinheiro. *Uma economia política da globalização* (FIORI & TAVARES [orgs.], 1997); *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (FIORI [org.], 1999); *Polarização mundial e crescimento* (FIORI & MEDEIROS [orgs.], 2001); e *O poder americano* (FIORI [org.], 2004).

34. A elaboração lógica e analítica dessa nova perspectiva tem sido apresentada, de forma sistemática, em textos mais recentes (FIORI, 2004; 2007; 2008).

35. Para precisar o que se entende como “horizonte utópico”, não é preciso ir além do “desenvolvimentismo” em sua melhor expressão, neste caso representada por Celso Furtado, que, sem perder seu *ethos* desenvolvimentista, ao final de sua vida, situou esse horizonte de forma clara (2000, p. 5): “Ora, o utópico muitas vezes é fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades abertas a uma sociedade”.

Por sua vez, como “realismo”, entende-se aqui a tendência a expressar, explícita ou implicitamente, a impossibilidade de um mundo alternativo; uma atitude que também pode ser vista como “clássica”, que assume como espontânea a subsunção do processo da vida social à história da acumulação, seja de poder, seja de capital.

E como “crítica” – “implacável, impiedosa”, tal como sugere Marx no trecho citado de sua instigante carta a Arnold Ruge, datada de setembro de 1843 –, entende-se “o discurso capaz de se apropriar do saber formado a partir da objetividade capitalista, submetê-lo à ação destrutora de seus significados produzidos espontaneamente pelos ‘escravos modernos’ e recompô-lo de tal modo que os vazios deixados pelo discurso burguês que o produziu se tornem evidentes em sua sistematicidade, dando lugar ao saber necessário para a revolução” (ECHEVERRÍA, 2011, p. 191).

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

**ECONOMIA POLÍTICA DO TRABALHO NO
CAPITALISMO DEPENDENTE: apontamentos sobre a
marginalidade social e a superexploração da força de trabalho**

Recebido em Fevereiro de 2016

Aprovado em Outubro de 2016

ECONOMIA POLÍTICA DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE:

Apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho

Resumo

A teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento na região, a partir do apontamento das especificidades de suas relações econômicas, políticas e sociais. Como parte dessa teoria, foi elaborado um conjunto de categorias, cujo foco central era compreender as particularidades da dinâmica das relações de trabalho no interior dessas economias dependentes, e como essa dinâmica era resultado próprio da forma como o capitalismo se consolidou na região. A partir desses aspectos, o objetivo do presente artigo é retomar duas dessas categorias – a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho – e buscar mostrar, de um lado, a importância de sua elaboração para a compreensão das relações capital-trabalho nas economias periféricas e dependentes e, de outro, suas aparentes contradições e complementaridades para a fundamentação de uma economia política do trabalho no capitalismo dependente, enquanto base teórica para a explicação dos eventos estruturais e conjunturais das relações de trabalho dessas economias.

**PEDRO HENRIQUE
EVANGELISTA DUARTE**

Instituto de Economia -
Universidade Federal de
Uberlândia
Email: pheduarte@ufu.br

Palavras-chave: Teoria da dependência, teoria da marginalidade, superexploração da força de trabalho, marginalidade social, capitalismo dependente.

Classificação JEL: B5I, J2I, O54.

Abstract

The dependency theory emerged in the Latin American historical context of the early 1960s, as an analytical attempt to explain the development in the region, from the observations of the specific characteristics of their economic, political and social relations. As part of this theory, was drawn up a set of categories, whose main focus was to understand the particularities of the labor relations' dynamic in these dependent economies, and how this dynamic was a result of the way in which capitalism was consolidated in the region. Considering these aspects, the aim of this paper is to reexamine two of these categories – the workforce superexploitation and the social marginality – and seek to show, on the one hand, the importance of their elaboration for the understanding of capital-labor relations in peripheral and dependent economies, and on the other, their apparent contradictions and complementarities to build a political economy of labor in dependent capitalism, as a theoretical basis for the explanation of structural and cyclical events of labor relations of these economies.

Keywords: Dependence theory, marginality theory, workforce superexploitation, social marginality, dependent capitalism.

Introdução

A teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Essa corrente teórica propunha-se a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia como um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras. A teoria da dependência nasce, então, enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca

compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (SANTOS, 2000, p. 26).

Diferentemente das noções ancoradas no chamado “desenvolvimentismo”, a teoria da dependência não interpreta subdesenvolvimento

e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas, de modo que propõe superar a compreensão de subdesenvolvimento enquanto uma situação de desenvolvimento pré-industrial ou, em outros termos, desarmar a noção desses aspectos enquanto etapas de um *continuum* evolutivo. Segundo Marini (1992, p. 74), de acordo com a concepção desenvolvimentista,

[...] o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do take off, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado.

Superada essa ideia, desenvolvimento e subdesenvolvimento passavam a ser vistos, dentro dessa nova corrente teórica, como um par dialético, ou seja, o subdesenvolvimento tomava a forma de um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Do ponto de vista estritamente econômico, esse novo aporte teórico entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas –, configurando-se também no movimento internacional de capitais, em especial na

figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que, na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integrava, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

O aspecto central da vertente marxista¹ da teoria da dependência é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresentava certas peculiaridades que impediam que o capitalismo aqui se desenvolvesse da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso, ressalta que a compreensão do desenvolvimento capitalista latino-americano e sua especificidade periférica só ganhavam sentido se investigadas tanto no âmbito das relações política, econômica e social nacionais quanto no das internacionais. Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma situação na qual a economia de certos países – os periféricos – está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias às quais está subordinada – as centrais –, de tal forma que os países centrais poderiam se autossustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros. Por isso, a condição

de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais e, ainda que fosse a representação de uma subordinação externa, teria manifestações internas nos arranjos político, social e ideológico. Dentro disso, uma economia periférica, ou dependente, é considerada como o país ou região que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante de choques externos (vulnerabilidade externa) e elevados níveis de concentração de renda e riqueza (CARCANHOLO, 2009, p. 251).

Nesses termos, o objeto de estudo da teoria marxista da dependência é a compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros, como na forma de juros, dividendos e *royalties* – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

Ao tratar das especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia, a teoria da dependência buscou compreender as formas particulares através das quais se processava a reprodução do capital na periferia, e para tanto era fundamental entender a estruturação das relações capital-trabalho e a organização do mundo do trabalho. A partir da percepção de que a reprodução do capital encontra sua origem na exploração do trabalho, tratou de compreender e de explicar, a partir da elaboração de um conjunto de categorias, as possíveis especificidades nas formas de ser do trabalho, no processo de reprodução da classe trabalhadora e nos mecanismos de intensificação da exploração do trabalho. É a partir desses aspectos que se tem a formulação das categorias “superexploração da força de trabalho” e “marginalidade social”.

Partindo do debate apresentado anteriormente, o objetivo do presente artigo é realizar um resgate dos debates acerca das categorias superexploração da força de trabalho e marginalidade, buscando compreender como essas categorias, e as análises teóricas a partir das quais foram formuladas, tentaram entender as particularidades das relações de trabalho em economias capitalistas periféricas e dependentes, em especial no que tange ao permanente processo de expansão do excedente

de mão de obra, da intensificação da exploração do trabalho e da marginalização social da classe trabalhadora. Parte-se da percepção de que ambas as categorias foram de extrema importância na formulação de uma teoria do desenvolvimento periférica, mas que, gradualmente, num esforço político, teórico e ideologicamente orientado, foram suprimidas dos debates que ganharam protagonismo ao longo dos últimos 60 anos. Considerando, então, sua importância enquanto corpo teórico crítico, pretende-se não apenas o seu resgate e a complementaridade entre ambas para explicar as relações de trabalho em regiões periféricas, mas a análise de sua atualidade para a explicação dos eventos contemporâneos próprios à economia e à sociedade capitalista.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira seção é apresentada a categoria marginalidade social, cujo aspecto central é a observação das particularidades da formação da superpopulação relativa em países periféricos. Na segunda seção é apresentada a categoria superexploração da força de trabalho, a qual analisa os mecanismos de intensificação da exploração do trabalho a partir do processo de transferência de renda periferia-centro. Por fim, nas considerações finais, procuraremos mostrar a importância conjunta destas categorias, dentro da economia política, para a compreensão dos aspectos estruturais e conjunturais das relações de trabalho na

periferia, em especial no que diz respeito aos aspectos contemporâneos do mundo do trabalho.

I. A tese da marginalidade²

A teoria marxista da dependência tratou de determinar, no plano dos intercâmbios entre países periféricos e centrais, a formação de um capitalismo que reproduzia, em escala crescente, as relações de dependência entre essas diferentes regiões. O capitalismo dependente, por sua vez, tem como um de seus elementos centrais o fato de ser superexcludente, ou seja, de ser incapaz de absorver no sistema produtivo e social, por razões distintas, o conjunto da população disponível no mercado de trabalho. É dessa característica central do capitalismo periférico que se ocuparam os diferentes aportes teóricos da chamada teoria da marginalidade.

De modo geral, a teoria da marginalidade analisa as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social. Em outras palavras, busca, de um lado, compreender os fatores que condicionam a não absorção de parte da mão de obra disponível em economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, nos setores produtivos tipicamente capitalistas e, de outro, como essa fração da população se articula produtiva e socialmente

para garantir suas condições de reprodução. Nesse sentido, a teoria da marginalidade trata da formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, e como essa superpopulação ganha contornos específicos, seguindo as especificidades da forma de organização da produção dessas economias.

É, então, a partir da teoria da marginalidade que se empreende um esforço teórico no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas e dependentes, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e de baixa produtividade, limita a capacidade de integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, vincula-se a formas de trabalho marginais – caracterizadas, especialmente, pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas

também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico.

Nesse sentido, a noção de marginalidade social refere-se a uma situação social caracterizada por problemas de integração no resto da estrutura geral da sociedade, ou de um modo não completo de integração, mais do que por uma ausência de integração. Dessa forma, fundamenta-se num modo particular de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais (QUIJANO, 1978, p. 43).

No debate acerca da marginalidade social, ganhou especial destaque a tese desenvolvida por José Nun, cujo ponto de partida foi a análise desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse* (2011). De acordo com essa análise, trabalhadores e meios de produção são fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se combinam é que distingue as diferentes épocas econômicas e estruturas sociais. É a forma específica dessa combinação que estabelece, em cada caso, o tamanho da população que se considera adequado aos esquemas vigentes de produção, de modo que seus limites dependem da elasticidade da forma determinada dessa produção e variam de acordo com suas

condições. A parte da população que excede esses limites permanece como fator virtual, uma vez que consegue se vincular aos meios de sua reprodução; esta seria a parte da população denominada de “superpopulação”. Assim, uma vez tendo em comum a base que as determina, os limites da superpopulação seriam delimitados pela população adequada, sendo o excedente da população sempre relativo ao modo vigente de sua produção.

O olhar minucioso a respeito da constituição da superpopulação relativa assenta-se na necessidade de sua diferenciação, para o autor, da noção de exército industrial de reserva. Enquanto o primeiro é resultado dos processos específicos do modo de produção capitalista, o segundo se referencia aos efeitos que o primeiro provoca no sistema – em outras palavras, a categoria exército industrial de reserva corresponde ao exame dos efeitos e das relações da superpopulação relativa com a estrutura global.

Posto em termos mais simples: nesta forma produtiva, nem toda superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria esta que implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto (NUN, 1978, p. 82).

La propia lógica del enfoque hace, entonces, que el fenómeno de la superpoblación no sea estudiado en sí mismo sino en términos de sus consecuencias equilibradoras para el

sistema, es decir, en tanto “ejército industrial de reserva”. Este está claramente llamado a cumplir dos funciones en el mercado de trabajo: por una parte, intensifica la competencia entre los obreros y deprime los salarios a nivel del mínimo fisiológico de subsistencia, condición indispensable para la explotación – entendida como “consumo destructivo” de la mano de obra – que promueve “la formación y el acrecentamiento del capital”; por otro lado, mantiene constantemente disponible una masa de trabajadores para que la industria pueda en los meses de mayor actividad, producir en el mercado la cantidad de mercancías requeridas (NUN, 1996, p. 188).

O ponto central da análise do autor está circunscrito à fase monopolista do capitalismo – momento no qual os países latino-americanos iniciam seus respectivos processos de industrialização –, quando o aumento da apropriação do excedente pelas grandes empresas via inovação tecnológica e retornos de escala, associado à difusão restringida de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado, e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, resultou na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua função social, tornando-se um aglomerado de pessoas “socialmente inúteis”. Como consequência, essa população excedente

perderia tanto sua função direta, de promoção da demanda por trabalho nos momentos de expansão do capitalismo – dado que o aumento da composição orgânica do capital faz com que uma quantidade relativamente menor de trabalhadores seja necessária para uma quantidade crescente de capital – quanto sua função indireta, de pressões sobre o nível dos salários e a intensidade do trabalho – uma vez que o aumento da produtividade permitiria um aumento da exploração do trabalho com melhorias relativas na remuneração.

É desse conjunto da população, que perderia sua função social no esquema produtivo, que surgiria o que o autor chama de massa marginal, ou seja, a parte *afuncional* ou *desfuncional* da superpopulação relativa, conceito que se situa na esfera das relações que se estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico. Tal relação implicaria em uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera esse excedente, e por outro, não necessita dele para seu funcionamento. De modo geral, na fase monopolista, a superpopulação relativa estaria, então, dividida entre um conjunto de trabalhadores desocupados que mantém as funcionalidades típicas da fase competitiva – o exército industrial de reserva – e uma massa de trabalhadores que perde sua função nessa nova fase – a massa marginal. Assumindo que, na fase monopolista, o aumento da racionalidade

das empresas converte-se numa permanente redução da racionalidade do sistema, uma parte cada vez maior da superpopulação relativa tende a se tornar massa marginal, cuja ausência de funcionalidade não é um aspecto requerido pelos agentes econômicos, mas sim um efeito da contradição fundamental entre as relações de produção predominantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Nesse sentido, o autor pontua que a parcela da classe trabalhadora vinculada à massa marginal se trata de uma fração da população que está fora dos esquemas formais de produção, fator que condiciona a noção de que tal grupo perde sua função perante a sociedade. Não haveria, do ponto de vista produtivo, uma participação da massa marginal na organização da sociedade, exatamente porque a estrutura que se consolida o faz de forma a tornar tal população supérflua, ou não mais adequada.

A partir dessa perspectiva de diferenciação categorial proposta por Nun, o autor caminha, aparentemente, para uma tentativa de circunscrever o exército industrial de reserva à parcela da força de trabalho que, na teoria do valor de Marx, comporia a parte flutuante da superpopulação relativa, sendo as demais frações, assim, parte componente da massa marginal. Elemento que, por si só, seria insuficiente, do ponto de vista da amplitude da

categoria elaborada por Marx, para qualificar a fração da força de trabalho não componente do exército industrial de reserva como afuncional ao movimento da acumulação capitalista. Especialmente se considerarmos o fato de que, concretamente, o excedente de mão de obra é fator fundamental para o incremento da valorização do capital a partir dos mecanismos de intensificação da exploração do trabalho. Para além desses aspectos, importa considerar a tentativa do autor de pontuar, a partir das especificidades da economia periférica, possíveis novas formas de análise das categorias formuladas na teoria do valor marxista.

Levando, então, em conta as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, dois fatores teriam condicionado o surgimento da massa marginal. Em primeiro lugar, as descontinuidades do processo de acumulação primitiva de capital. A não ocorrência de uma revolução agrária na América Latina, que demarcasse as bases da transição dos regimes de acumulação, e a inserção dependente dos países no comércio internacional, com o não direcionamento do excedente interno para a consecução de um processo industrial, resultaram em restrições no processo de formação de um trabalhador livre, de forma que se perpetuaram, historicamente, formas e mecanismos pré-capitalistas de exploração da mão de obra, com os quais se conecta, de forma proveitosa, o setor hegemônico da

economia. Em segundo lugar, a industrialização feita a partir do processo de substituição de importações e sem considerar as características específicas das relações sociais de produção, dentre elas as relações de trabalho, levou à efetivação de um plano de industrialização montado com tecnologias poupadoras de mão de obra, criando um descompasso entre a oferta de força de trabalho e as necessidades de absorção por parte do capital produtivo.

Considerando as diversas formas de manifestação da marginalidade, e compreendendo que seu único componente não é a desocupação, mas também um conjunto de atividades instáveis e vulneráveis, cabe destacar que, a despeito do critério de sua definição ser a predominância do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, esta não é a única forma de organização da produção existente na economia periférica, dada sua convivência com um contingente mais ou menos amplo de pequenas e médias empresas que operam em termos similares a uma economia competitiva. A convivência dessas formas distintas de organização da produção e de processos de acumulação resulta em uma diferenciação crescente no mercado de trabalho, a respeito das quais variam a funcionalidade do excedente da população.

De esta manera, los desocupados pueden ser, a la vez, un ejército industrial de reserva para el sector competitivo y una masa marginal para

el sector monopolístico. Pero, además, la mano de obra sobrante en relación a este último no necesariamente carece de empleo ya que puede estar ocupada en El otro sector. Es decir que una baja tasa de desocupación resulta compatible con la existencia de una superpoblación relativa a la gran industria, categorizable como ejército de reserva y/o como masa marginal. En este sentido, su funcionalidad dependerá del grado de satelización del sector competitivo que, en muchos casos, puede estar trabajando para las grandes corporaciones: aparecería así una nueva forma de “*putting out system*” y, de hecho, las pequeñas y medianas empresas estarían contribuyendo a reducir los costos salariales del sector monopolístico (NUN, 1996, p. 202).

O que se percebe, então, é a interconexão desses dois setores, de modo que há um certo “deslocamento” da mão de obra entre os mesmos, sempre limitado por determinados fatores, em especial os ditados pela qualificação da mão de obra. Nesse sentido, o fato de se pontuar como mão de obra marginal para o setor monopolístico, não encontrando formas de absorção neste, não impede que a força de trabalho se vincule a outros setores, sejam aqueles caracterizados pelos elementos do setor competitivo, sejam os setores marcados pela elevada instabilidade. Do que se pode concluir que o fundamento da análise não se assenta exclusivamente no critério da funcionalidade ou não do excedente, especialmente quando este se encontra vinculado, ou ainda subordinado, ao

movimento mais geral do capital.

Tal como na tese formulada por José Nun, Aníbal Quijano parte da noção de que o capitalismo periférico é caracterizado por determinadas particularidades, as quais se convergem no aspecto da dependência. Segundo o autor, a formação socioeconômica latino-americana é demarcada por uma permanente combinação de relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, sempre sob o domínio da primeira. Na produção capitalista, a introdução de novos setores produtivos nunca seria resultado do desenvolvimento orgânico dos setores precedentes, a partir das necessidades e características dessas economias, mas, sim, de formações dominantes do sistema global, de modo que sua incorporação, feita sempre de forma fragmentada, seria fruto das decisões dos agentes econômicos que dominam o sistema, bem como resultado de processos que ocorrem no interior das formações sociais dominantes. Assim, a transição de etapas no processo de expansão do capitalismo na América Latina teria um caráter abrupto, que não apenas impediria sua generalização para o conjunto da estrutura produtiva, mas excluiria a possibilidade de eliminação das estruturas anteriores – dentre as quais as não capitalistas –, conformando um novo nível dentro de cada setor da estrutura produtiva. Nesses termos, à medida que avança o sistema capitalista a escala global, a incorporação desses elementos

na matriz produtiva latino-americana se faz de modo crescente, conduzindo à conformação precária e inconsistente das estruturas de relações de produção e de poder político e, por fim, determinando o caráter dependente dessas economias³.

Duas seriam as transformações ocorridas na estrutura econômica latino-americana responsáveis pela convivência permanente de setores com distintos níveis de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a generalização da produção industrial de bens e serviços como setor hegemônico; em segundo lugar, a emergência do monopólio como modalidade da organização da atividade econômica. Como essas transformações ocorrem não como parte do processo de expansão e modificação dos setores antes dominantes, mas, sim, pela incorporação de processos ocorridos nos países centrais, impede-se uma generalização para o conjunto dos setores produtivos da economia, determinando a existência de heterogeneidade estrutural.

De modo que, se há uma tendência de homogeneização histórica da estrutura global das relações de produção, com a eliminação dos elementos pré-capitalistas que se mantêm nas estruturas econômicas e sociais, o mesmo não se replica para a economia latino-americana.

Em síntese, a tendência é que em cada um dos setores básicos da atividade econômica

ocorra uma expansão e, em certa medida, uma diferenciação, de um nível de atividades e de mecanismos de organização econômica, que vão perdendo gradualmente toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos para as possibilidades de incremento da acumulação de capital. A produção artesanal e o pequeno comércio de bens e serviços, as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade, não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir, configurando um nível de atividade econômica. Este “nível deprimido” da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, estruturam-se de modo instável e precário, geram lucros reduzidos, e servem a um mercado formado pela própria população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado polo marginal.

Essa configuração das formas produtivas, por sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos produtivos, tem-se a prevalência da utilização de novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica, nos setores monopolistas. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos,

há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cuja ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, que impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Do ponto de vista das relações de trabalho, as implicações seriam de duas ordens. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dada a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, haveria uma modificação no mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se tornaria reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não haveria difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, seria gerada uma concentração de recursos

nos setores monopolísticos, bem como uma redução da possibilidade de absorção de mão de obra. Como a imposição de determinadas necessidades qualitativas da força de trabalho não tem aderência às experiências prévias da maior parte da população, ao mesmo tempo em que ocorre simultaneamente ao crescimento da população em seu conjunto, é engendrada uma nova estrutura do mercado de trabalho.

Nestas condições, a mão de obra que é deslocada tanto das atividades rurais quanto das atividades urbanas vê-se imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, seja pelo esgotamento de seus recursos produtivos, seja pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limita suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo, portanto, sua capacidade de absorção. De modo que se forma um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento têm um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não têm estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver, de modo estável, a mão de obra disponível. Produz-se então um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores

de atividade hegemônicas, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobranter*; e em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam esse nível de atividade econômica. Essa mão de obra que ora assume o caráter de sobranter, ora de flutuante, é o que o autor qualifica como mão de obra marginalizada.

A existência do polo marginal, nesses termos, acarretaria dois processos que se consolidam como estruturais para a sociedade periférica. Em primeiro lugar, a intensificação da heterogeneidade estrutural e o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência, uma vez que os avanços do setor monopolístico não se estendem ao conjunto dos setores produtivos. Em segundo lugar, a existência de uma mão de obra marginalizada, com aprofundamento e agudização das diferenciações sociais, e com taxas gradualmente mais elevadas de uma fração da população submetida a processos de pauperização econômica, social e cultural.

Em resumo, as teses de Nun e Quijano apontam para a consolidação de aspectos da estrutura econômica das regiões periféricas que, pela absorção de esquemas produtivos elaborados fora de sua realidade social, e por terem sido adotados de maneira abrupta,

impediram a plena difusão de tecnologias para o conjunto do sistema produtivo. Esse aspecto acarretou, de um lado, a convivência de setores produtivos com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, um permanente entrave à absorção da mão de obra. Frente às dificuldades de adequação ao setor monopolístico, tal mão de obra acabou por se vincular aos setores e/ou formas de atividades fora dos setores dinâmicos e, portanto, caracterizadas pela precariedade e por formas instáveis de remuneração. Tais são as condições que dão origem à marginalidade social, condição que exclui fração substancial da população não apenas do acesso a condições minimamente decentes de trabalho, mas também provoca um processo de exclusão completa e permanente de sua sociabilidade⁴.

2. A tese da superexploração da força de trabalho⁵

A fundamentação da categoria *superexploração da força de trabalho*, delimitada por Ruy Mauro Marini no âmbito das discussões da teoria da dependência, relaciona-se de maneira estreita à compreensão que o autor tinha da forma através da qual se consolidou o sistema capitalista de produção na periferia. Marini não estabelecia necessariamente uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, via neste a

reunião de elementos e mecanismos que, nos limites das relações econômicas internacionais, promovia o desenvolvimento de certas regiões e, concomitantemente, o subdesenvolvimento e a dependência em outras. É por isso que compreender o conceito de superexploração da força de trabalho passa, necessariamente, pela compreensão do tipo de capitalismo que se desenvolveu nos países periféricos.

Inserida na economia internacional como fornecedora de produtos primários, a produção de mercadorias na América Latina firma-se como fator primordial do desenvolvimento industrial dos países centrais. De fato, a especialização pela qual os países centrais necessitaram passar em seu processo de industrialização pressupunha, de um lado, o bloqueio da produção agrícola como forma de canalizar seus recursos e esforços para a nascente indústria e, de outro, encontrar meios de ter acesso a bens primários, sem os quais a industrialização não teria formas de se realizar. É dessa maneira que os países latino-americanos participaram da industrialização dos países centrais, movimento que levou ao aprofundamento não só da divisão internacional do trabalho, mas também da especialização dos países centrais como produtores mundiais de manufaturas. É assim que, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2000, p. 112-113).

Esse deslocamento da predominância da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa não se dá somente pelo fato de os países capitalistas centrais serem pioneiros na utilização de técnicas de produção mais avançadas. O simples domínio de técnicas que comportam elevada produtividade não permite uma maior cota de mais-valia relativa, para o que é essencial a modificação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente⁶, com ampliação do segundo em detrimento do primeiro. A ampliação da mais-valia passava, então, pela redução do valor da força de trabalho, ou do seu equivalente, o salário.

Tomando por base a teoria do valor-trabalho de Marx, a redução dos salários só seria possível mediante a redução do valor necessário à garantia da subsistência e reprodução da classe trabalhadora, o que recairia na necessidade de reduzir o valor de sua cesta de consumo. Na medida em que os bens-salário, que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, dizem

respeito basicamente a produtos primários, e considerando que parte da oferta mundial de alimentos era garantida pela periferia latino-americana, ficava expressa a forma pela qual as exportações da região se firmavam como elo fundamental não só para a modificação do eixo de acumulação nos países centrais e para a passagem da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, mas também para a consolidação da situação de dependência. A ampliação conjunta da oferta de bens primários e da depressão de seus preços no comércio internacional conduziu à redução do valor da força de trabalho nos países industrializados, permitindo que o incremento de sua produtividade se convertesse em cotas cada vez mais elevadas de mais-valia.

Se, de um lado, há um claro movimento de redução dos preços dos produtos primários por conta da expansão de sua produção, o mesmo não pode ser dito em relação aos bens manufaturados, que, ou têm seus preços mantidos estáveis ou, no limite, os têm reduzidos lentamente. Ao estabelecer uma troca entre produtos que têm seus preços reduzidos gradativamente e outros que têm seus preços estáveis, compõe-se um intercâmbio desigual que, ao ser reflexo da própria depreciação dos preços dos bens primários, conduz a um processo de intensificação da deterioração dos termos de troca.

Passando da esfera de análise das relações individuais para as relações macroeconômicas, Marini mostra como o intercâmbio desigual se efetiva tanto no âmbito dos mecanismos internos à esfera de produção, quanto para os mecanismos que atuam em diferentes esferas que se inter-relacionam. O primeiro caso se estabelece por conta dos diferenciais de produtividade, que permitem que bens similares, oriundos de fontes diversas, possuam preços diferentes. É assim que um país, que possua graus mais elevados de produtividade – independente de produzir bens primários ou manufaturados –, consegue fazer com que os preços de seus produtos sejam inferiores aos preços de seus concorrentes – os preços de mercado –, com o que se obtém um lucro extraordinário. Já o segundo caso se estabelece no intercâmbio de diferentes mercadorias e pressupõe o monopólio da produção por parte de um país. Ao produzir um bem de maneira exclusiva, uma nação tem em suas mãos o mecanismo para comercializá-lo a um preço superior ao seu valor de produção, fazendo com que as nações que adquiram tal produto transfiram gratuitamente parte do valor gerado internamente. É desse mecanismo que se configura o intercâmbio desigual na concorrência capitalista, e exclusivamente o que nos interessa para o caso retratado, considerando as relações comerciais entre a periferia latino-americana e os países centrais.

Disso conclui Marini (*ibidem*, p. 121-122) que [frente] a esses mecanismos de transferência de valor, [...] podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. [...] O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos.

Ou seja, mediante o estabelecimento de um tipo de troca que necessariamente leva à transferência de valor da nação desfavorecida para a nação detentora do monopólio, a primeira necessita criar mecanismos que compensem essa transferência. Levando em conta que se trata da transferência de mais-valia gerada internamente, que deveria ser reinvestida para a perpetuação da reprodução ampliada do capital, tem-se que esse tipo de capitalismo, que não se “completa”⁷ pela não realização integral do capital, é o tipo de capitalismo que caracteriza as nações latino-americanas, enquanto participantes de um comércio determinado pelo intercâmbio desigual. Nesse sentido, observa-se que o

capitalista da nação periférica, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias exportadas, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional – ou seja, as perdas ocasionadas no comércio internacional são corrigidas nas relações internas de produção. E é por isso que vão se consolidar, no interior dessas economias, os mecanismos de compensação fundados na maior exploração do trabalho.

Nesses termos, a transferência de valor, decorrente do intercâmbio desigual, nada mais é que a transferência da mais-valia gerada nos países periféricos. E a compensação dessa transferência não pode se concretizar por meio da ampliação da produtividade, por três principais razões. Em primeiro lugar porque, como já apresentado, a ampliação da produtividade, por si só, não garante o aumento da cota de mais-valia. Em segundo lugar, porque as nações periféricas não conseguem desenvolver uma base técnica que crie condições suficientes para que a ampliação da mais-valia se dê mediante o aumento da produtividade. E, por fim, como os setores de composição orgânica do capital mais elevada estão presentes nos países centrais, enquanto os setores produtivos dos países periféricos possuem uma composição orgânica do capital inferior, o comércio entre estas nações será sempre um comércio de

produtos com diferentes valores relativos e que, portanto, tende a perpetuar os mecanismos de transferência de valor. Assim, somente o aumento dos graus de exploração do trabalho – e não o incremento de sua capacidade produtiva – pode permitir aos países periféricos a ampliação da mais-valia em graus suficientes para compensar a transferência de valor.

Seriam quatro os principais mecanismos, atuando de forma isolada ou combinada, através dos quais as nações periféricas conseguiriam ampliar a mais-valia como forma de efetivar o processo de acumulação capitalista. O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho, através do qual o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir, em uma mesma jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior ao que produzia antes⁸. O segundo seria a prolongação da jornada de trabalho que, como o próprio termo já revela, trata-se da extensão do tempo de trabalho de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário – ou seja, amplia-se o período da jornada dedicado à produção de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador – com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência – em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital, a partir da violação do valor da força de

trabalho. O quarto mecanismo envolve a ideia de que o valor da força de trabalho é histórica e socialmente determinado. Sendo assim, quando, com o passar do tempo, o valor da força de trabalho se eleva sem que haja correspondente elevação dos salários, podemos dizer que se configura uma nova forma de superexplorar a força de trabalho.

Esses mecanismos, adotados prioritariamente em países com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, alienam do trabalhador as condições mínimas para garantir sua subsistência. No primeiro e no segundo caso, porque a ele é imposto um ritmo de trabalho superior ao normal, fazendo com que ocorra um maior dispêndio de energia que, conseqüentemente, intensifica seu processo de desgaste e esgotamento. No terceiro e no quarto casos, porque dele é retirado o mínimo necessário para que tenha condições de garantir sua subsistência e sua reprodução. Assim, na medida em que esses mecanismos se baseiam no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, fundamenta-se um modo de produção estruturado na maior exploração do trabalhador e não no aumento de sua capacidade produtiva. Quando tais mecanismos são utilizados mediante a ocorrência de um processo de transferência de renda dos países periféricos para os países centrais, configura-se o que Marini convencionou chamar de superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho codifica-se, dessa forma, como uma categoria própria da reprodução da economia dependente, nos marcos das relações de troca no comércio internacional. Não se trata, simplesmente, de uma ampliação dos mecanismos que permitem um aumento da quantidade de bens produzidos, ou da extensão da exploração do trabalho, mas, sim, da intensificação dos mecanismos que, ao modificarem a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, permitem uma maior extração da mais-valia, em um contexto de transferência de renda no sentido periferia-centro. O importante a destacar é que, mesmo que o aumento da força produtiva do trabalho – que permite a produção de uma quantidade maior de mercadorias com o mesmo dispêndio de força de trabalho e no mesmo período da jornada de trabalho – seja uma forma própria de exploração do modo de produção capitalista e, para além disso, que os mecanismos fundados na maior exploração do trabalhador se estabeleçam por conta do desenvolvimento das forças produtivas, a compensação da renda transferida para o centro só pode se efetivar com base nos mecanismos apontados por Marini, dado o baixo desenvolvimento tecnológico dos países periféricos. Entendendo, então, de um lado, que a ampliação da exploração do trabalho, tal como apresentada por Marx, dá-se tanto através do aumento

da força produtiva do trabalho quanto pelo aumento da exploração do trabalhador, e, de outro, que somente os mecanismos de ampliação da jornada, de intensificação do trabalho e de redução do fundo de consumo do trabalhador são prontamente acessíveis aos países periféricos, tem-se, então, que estes mecanismos se conformam como meios de superexploração da força de trabalho, o que caracteriza a condição dependente, e serão permanentemente acionados à medida que se transfere capital aos países centrais, como forma de garantir a manutenção da reprodução ampliada do capital na periferia.

À guisa de conclusão: para uma economia política do trabalho no capitalismo dependente

Nas seções anteriores, dedicamo-nos ao resgate de algumas categorias formuladas no interior do marxismo, cujo foco central era a compreensão dos desdobramentos referentes às relações de trabalho em economias capitalistas dependentes, a partir das particularidades e especificidades apresentadas por elas. As noções de massa marginal, polo marginal e superexploração do trabalho buscaram explicar a concretização dos processos de formação do excedente de mão de obra e intensificação da exploração da força de trabalho em situações nas quais a permanente transferência de renda

periferia-centro condicionava descontinuidades no processo de reprodução interna do capital. A par de suas contribuições para a formulação de uma interpretação própria acerca do desenvolvimento capitalista dependente, passamos à análise de suas divergências e articulações, para entender como essas categorias podem, conjuntamente, propor uma análise sobre a dinâmica das relações de trabalho.

Em *dialética da dependência*, Marini (2000) aponta os possíveis limites das teses apresentadas por Nun e Quijano, vinculadas ao fato de as mesmas terem sido elaboradas tratando a marginalidade social de forma independente do modo pelo qual se entrelaçam, nas economias dependentes, o aumento da produtividade do trabalho – que deriva da importação de tecnologias – com a maior exploração do trabalhador – possibilitado pelo aumento da produtividade. Para Marini, o problema estaria no fato de ambos considerarem a marginalidade social a partir da formação de setores econômicos cujo nível de diferenciação permiti-los-ia operar com baixa dinâmica e incremento tecnológico, absorvendo a parcela da força de trabalho sem qualificação e que se tornaria, para os setores hegemônicos, mão de obra afuncional e/ou sobranter. Nesse sentido, a marginalidade social não estaria vinculada aos efeitos do aumento da força produtiva do trabalho nos setores hegemônicos,

mas, sim, a fatores de diferenciação setorial.

Para Marini, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho – que implica em produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho – reduz a quantidade de trabalho incorporado ao produto individual e rebaixa, em consequência, o seu valor, ao passo que a maior exploração do trabalho, via aumento do tempo de trabalho excedente ou elevação da intensidade do trabalho, tende a aumentar a massa e o valor da mais-valia produzida. No âmbito do sistema capitalista de produção, essas formas opostas de exploração tendem a neutralizar-se, uma vez que o aumento da força produtiva do trabalho cria a possibilidade de levar a uma maior exploração da força de trabalho.

A redução do tempo total de trabalho que o trabalhador necessita para produzir uma certa massa de mercadorias permite ao capital, mesmo sem estender a jornada de trabalho, exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo e, portanto, uma massa superior de valor. De modo que o que aparece, de um lado, como possível diminuição do tempo de trabalho, se traduz, de outro, em aumento da produção exigida ao trabalhador.

Isso se expressa nas condições de produção através da elevação da composição orgânica do capital, isto é, da diminuição relativa ou absoluta (segundo o ritmo da acumulação) do capital

variável; em outras palavras, na redução relativa ou absoluta da força de trabalho e na expansão do exército industrial de reserva (*ibidem*, p. 162-163).

A partir disso, conclui o autor que a superexploração, bem como a marginalidade social, não correspondem à sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas são derivadas das leis de movimento do sistema, em especial a lei geral da acumulação capitalista. De modo que são ambas produto da permanente relação entre produtividade e exploração do trabalho.

Aparentemente, o equívoco dos teóricos da teoria da marginalidade foi não considerar dois aspectos centrais. De um lado, o fato de que o permanente incremento da composição orgânica do capital, ao ampliar a massa do exército de reserva, ampliava também a massa de trabalhadores marginais, uma vez que esses são mão de obra excedente e, portanto, não vinculados a atividades produtivas ou aos setores hegemônicos, independente do seu grau de qualificação. De outro lado, o fato de terem ignorado os aspectos relativos à dinâmica intersetorial da mão de obra, de tal modo que uma parte da população vinculada aos setores marginais poderia, a depender das condições do desenvolvimento dos processos produtivos e da própria flutuação econômica, transitar para os setores hegemônicos. Nesse sentido, todo esse conjunto da população, seja previamente

parte dos setores marginais, seja trazida ao exército de reserva pelo incremento da força produtiva do trabalho, é parte componente da marginalidade social.

A despeito dos limites apontados em relação à teoria da marginalidade, cabe chamar a atenção para sua extrema importância, do ponto de vista analítico, para o entendimento da formação do excedente de mão de obra em economias periféricas. É a partir desse aspecto que se pretende uma vinculação à superexploração da força de trabalho, no esforço de se pensar uma possível complementaridade entre ambas para a proposição de uma análise acerca da dinâmica das relações de trabalho. Em primeiro lugar, como já apontado, importa destacar o fato de que tais categorias foram formuladas, dentro da interpretação da teoria marxista do valor, a partir do entendimento dos aspectos específicos das economias capitalistas periféricas e dependentes, que redundam em particularidades do ponto de vista da organização da produção e da efetivação dos mecanismos de produção e apropriação do valor. Em segundo lugar, o fato de que tais especificidades, do ponto de vista da estrutura produtiva, consolidam uma forma própria na relação capital-trabalho, que cria condições para a ampliação dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, seja pela perspectiva da expansão do exército industrial de reserva, seja pelo favorecimento da

precarização das relações de trabalho. Por fim, considera-se que as respectivas categorias são, nesse sentido, fundamentais no entendimento da estrutura das relações de trabalho no capitalismo periférico, especificamente no que diz respeito ao elevado contingente de trabalhadores desempregados ou em situação de emprego instável, elemento que permite a caracterização dessas economias a partir da perspectiva do desemprego estrutural. De modo que, independente destes aparentes problemas, e da crítica apontada por Marini, consideramos não haver contradições substanciais que impeçam a utilização de ambas as teses, e em especial de maneira conjunta, para o entendimento da dinâmica da força de trabalho nos países periféricos.

Partindo das observações apontadas por Marini, o que se percebe é uma estreita vinculação entre, de um lado, o aumento da força produtiva do trabalho, e de outro, a intensificação dos mecanismos de superexploração. O aumento da força produtiva do trabalho ocorre via aumento da composição orgânica do capital, que, ao reduzir do ponto de vista absoluto e relativo o capital variável, reduz a absorção da mão de obra, ampliando, então, o excedente de força de trabalho. De modo que o incremento da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, aqui tal como em Marx, processa-se a partir do incremento das forças produtivas do capital.

O aumento do exército industrial de reserva, por sua vez, resulta em dois processos. Em primeiro lugar, o gradual aumento da massa de miseráveis e do pauperismo na sociedade. Ainda que parte do exército esteja na posição flutuante – e, portanto, pode ser absorvida pela expansão das atividades produtivas –, o seu aumento condicionará que parte crescente da população se submeta a condições de vida e trabalho cada vez mais precárias. Da perspectiva da teoria da marginalidade, é essa população que, dada sua necessidade de reprodução, vincular-se-á a atividades caracterizadas pela baixa dinâmica, baixa remuneração e elevada instabilidade, conduzindo-os permanentemente a uma situação de marginalidade social, uma vez que é baixo seu acesso a recursos e serviços da sociedade capitalista. Em segundo lugar, a extensão deste exército provocará, continuamente, o aumento da pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, a saber, o grande contingente de trabalhadores desempregados e vinculados a setores não hegemônicos promovem pressões permanentes sobre o mercado de trabalho, resultando em condições mais precárias para a venda da força de trabalho, especialmente no que diz respeito à remuneração e à intensificação do trabalho. Considerando que tais pressões são exercidas não apenas pelo conjunto de trabalhadores cuja possibilidade de absorção

era mais direta – a superpopulação flutuante –, mas também por todos os trabalhadores vinculados aos setores marginalizados, tão maior a marginalidade social, maiores as condições para a intensificação dos mecanismos de superexploração da força de trabalho.

Assim, a ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida pela extensão do exército industrial de reserva. Como não se desenvolve uma indústria capaz de produzir bens com valor agregado suficiente para permitir um intercâmbio equitativo com os países centrais, e que ao mesmo tempo absorva a massa de trabalhadores desempregados, e como é cada vez maior a massa de trabalhadores na condição de marginalidade social, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba por se apresentar como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor.

Operando mediante un aumento desproporcionado de la fuerza de trabajo logrado, ya a través de la importación de mano de obra, ya de la aplicación de una tecnología ahorrativa de mano de obra, esas economías (*as periféricas*) han llevado a cabo su proceso de acumulación fundamentalmente con base en la producción de plusvalía absoluta. Para ello concurre, en parte, la falta de reglamentación de las condiciones de trabajo, y por tanto la extensión irrazonable de la jornada productiva [...]; pero, también, la

ruptura de la relación entre la remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre lo que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistencia planteadas efectivamente por el obrero (MARINI, 1974, p. 115)

E é a partir dos mecanismos da superexploração do trabalho que seriam extraídos os recursos que permitiriam a ampliação da força produtiva do trabalho. Ou seja, na medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, os mecanismos de aumento da produtividade, aumento da marginalidade social e aumento da superexploração do trabalho se reforçam para intensificar a reprodução ampliada do capital.

Nenhuma novidade – tais mecanismos são exatamente os que operam a lei geral da acumulação capitalista –, não fosse o esforço de se entender como se desdobram tais aspectos no interior de uma estrutura capitalista permeada por especificidades. Ao apontar a formação da massa marginal, a qual se resulta na marginalidade social, a teoria da marginalidade pontua sobre a extensão do excedente de mão de obra numa economia cuja estrutura é incapaz de se desenvolver em convergência com as características e necessidades apresentadas pela sociedade. De modo que a economia se desenvolve com um excedente estrutural de mão de obra de tal magnitude, que a marginalização social se torna o único caminho viável para fração substancial da população. A categoria

superexploração da força de trabalho, por sua vez, aponta para a agudização dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora, numa economia cuja estrutura produtiva condiciona a permanente transferência de renda para os países capitalistas centrais. Do que se quer dizer que, conjuntamente, essas teorias apontam para a exacerbação dos efeitos e resultados da interconexão entre aumento da força produtiva e da exploração do trabalho, os quais são características estruturais das economias periféricas e dependentes. Assim, o aumento da produtividade, o crescimento do exército industrial de reserva, a ampliação da marginalidade social e a intensificação dos mecanismos da superexploração da força de trabalho se reforçam permanentemente, numa espiral cujo único resultado é o aumento da precarização da classe trabalhadora. O desemprego, a elevada exploração, a baixa remuneração e a exclusão social passam a ser a tônica permanente e as características centrais das relações de trabalho no capitalismo dependente.

Tais aspectos ficam claros, por exemplo, quando analisamos os efeitos sobre as relações de trabalho quando do processo de industrialização no Brasil. A montagem de uma estrutura produtiva industrial com base no processo de substituição de importações acabou por implantar uma indústria poupadora de mão de obra, incapaz de absorver o contingente

de mão de obra disponível. Contingente esse que tendeu a se concentrar nos centros urbanos, dados a crise da produção cafeeira e os movimentos migratórios internos que começaram a ganhar corpo no Brasil a partir da década de 1940. O que se tinha então era um quadro de incremento da oferta de trabalho e capacidade limitada de absorção da indústria. Nesse quadro, não haveria outra alternativa para a mão de obra a não ser se vincular a formas precárias de trabalho. Não estranhamente, o setor de comércio e serviços cresce a elevadas taxas a partir dos anos 1940, com relativa capacidade de absorção da mão de obra. Mesmo sendo setores “formais”, são historicamente demarcados pela precariedade do trabalho, fator cujas possibilidades se estendem na própria esteira do crescimento do excedente de mão de obra. Para outra parte da população, são as atividades à margem do sistema que vão garantir sua possibilidade de reprodução. O fundamental, em síntese, não é perceber exatamente sua forma de vinculação à atividade produtiva, mas, sim, como uma parcela relativa da classe trabalhadora não possui alternativa a não ser os setores altamente precarizados.

Por fim, importa também atentar para como essas concepções, a parte suas divergências, conseguem explicar elementos típicos das relações de trabalho contemporâneas, mais de 50 anos após sua elaboração. O desmonte das

relações de trabalho empreendido no Brasil a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais, criou condições mais que favoráveis à expansão das relações de trabalho precarizadas. Se não tiveram como objetivo a extensão do exército de trabalhadores excedente, certamente teve na fragilização da classe trabalhadora, na instabilidade das condições de trabalho e na flexibilização de seus ganhos um de seus focos centrais. E são tais elementos que criam as condições necessárias para um processo de permanente marginalização social e aumento da superexploração do trabalho, aspectos centrais, na economia dependente, para a expansão da reprodução ampliada do capital.

Bibliografia

AMARAL, M. S. A. & DUARTE, P. H. E. D. “A superexploração da força de trabalho como lei de movimento própria do capitalismo dependente: (des)construções a partir da lei do valor”. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL TEORIA DO VALOR TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 2014, Brasília. Anais do II Encontro Nacional de Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. Brasília: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Universidade de Brasília, 2014.

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la Dependência: una anticrítica*. México: Era, 1978.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Dependência e superexploração do trabalho no desenvolvimento periférico”. In: MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina e os desafios da globalização – Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio, 2009, p. 251-264.

_____. “(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013, p. 71-98.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores S.A., 1974.

_____. *América Latina – Dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.

_____. *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl. *Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NUN, José. “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”. In: MARINI, Ruy Mauro & MILLÁN, Margara. *La teoría social latinoamericana - Tomo II: La teoría de la dependência*. México, D.F.: Ediciones El Caballito, S.A, 1996.

_____. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, Luiz. *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

QUIJANO, Aníbal. “Notas sobre o conceito de marginalidade social”. In: PEREIRA, Luiz. *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SANTOS, Theotônio. *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Notas

1. A visão apresentada neste texto segue basicamente o debate proposto por Ruy Marini em seu texto clássico, *A Dialética da Dependência*. Além desta, importa destacar as contribuições teóricas de Theotônio dos Santos (2000) e Vânia Bambirra (1978), que superaram várias das limitações presentes nas análises desenvolvimentistas, em especial por avançar em termos da definição de um conceito de dependência.

2. Ainda que seja tratada aqui como “teoria”, a tese da marginalidade dialoga diretamente com a análise da teoria marxista da dependência, partindo inclusive dos pressupostos desta para a elaboração de sua interpretação acerca da superpopulação relativa em regiões periféricas. Por essa razão, consideramos a tese da marginalidade como parte da teoria marxista da dependência.

3. A noção de dependência proposta pelo autor vai além daquela delimitada pelo escopo teórico da teoria marxista da dependência, ou seja, reflete não apenas a relação de subordinação entre países centrais e periféricos, mas também a articulação entre estruturas econômico-sociais de distintos níveis de desenvolvimento dentro um sistema econômico. Ao propor essa noção, Quijano busca, na articulação dos elementos internos, os fatores característicos da situação dependente.

4. Importante destacar o fato de que a absorção da força de trabalho nos chamados setores produtivos hegemônicos – para usar o termo dos autores – não garante que essa força de trabalho não estará submetida a condições de trabalho precárias, nem tampouco sua sociabilidade, levando em conta que a precarização do trabalho é elemento estrutural na lógica de reprodução do capital. No entanto, a exclusão de parte da força de trabalho de setores que, em tese, deem garantias mínimas aos trabalhadores intensifica o processo de precarização do trabalho e das condições gerais de organização de sua sociabilidade.

5. Aqui, tal como em Amaral e Duarte (2014), assumimos a apreensão trazida por Carcanholo (2013) em torno da imprecisão, presente em Marini, sobre a utilização do termo “superexploração do trabalho”. Como apontado por Carcanholo, “o rigor teórico e metodológico exige utilizar o termo superexploração da força de trabalho, uma vez que explorar – no sentido de usar, utilizar consumir, realizar – aquilo que já é o resultado dessa exploração (utilização), o trabalho, não parece fazer muito sentido” (2013, p. 4). Assim, ainda que na obra original de Marini utilize-se o termo “superexploração do trabalho”, optamos por substituir o termo por “superexploração da força de trabalho”, por considerá-lo o mais adequado e convergente com o resgate crítico da teoria da dependência, no sentido de atualizá-la e articulá-la às especificidades históricas que o capitalismo contemporâneo apresenta, sem, no entanto, entrar em possíveis contradições com o termo utilizado por Marini.

6. O domínio de técnicas mais avançadas por parte de um capitalista individual, ao permitir a este a produção de bens em um nível de produtividade mais elevado, conduz a um processo de extração de uma mais-valia extraordinária – ampliação da mais-valia de um capitalista individual sem que ocorra uma ampliação generalizada da cota de mais-valia na economia – por parte deste em relação aos demais capitalistas. Quando há difusão dessas técnicas para o conjunto da economia, ocorre uma uniformização da taxa de produtividade. Do que se conclui que o simples domínio de uma técnica produtiva mais elevada não é suficiente para modificar a cota de mais-valia gerada no conjunto da economia. Essa ampliação só é possível mediante a modificação da relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente.

7. Nesse ponto, quando se fala em um “capitalismo que não se completa”, não estamos querendo dizer que o capitalismo nos países periféricos é um tipo de capitalismo que ainda não se desenvolveu por completo. Ao contrário disso, consideramos que o sistema capitalista nessas regiões possui seus mecanismos de valorização exacerbados, o que faz com que sejam, certamente, mais voltados ao atendimento das demandas do capital. O termo utilizado é apenas uma alusão ao fato de que, como a mais-valia que deveria ser realizada internamente é transferida para os países centrais, a reprodução ampliada do capital interno é limitada ou temporariamente obstruída. E é exatamente para permitir que o capitalismo periférico faça prevalecer sua lógica que são utilizados os mecanismos de superexploração da força de trabalho, como será explicado mais adiante.

8. Aqui é importante destacar que a produção de uma maior quantidade de bens em uma mesma jornada de trabalho pode se dar tanto pela intensificação do trabalho (que resulta em maior desgaste da força de trabalho) quanto pela internalização de nova tecnologia, mecanismos estes que conduzem a um aumento da produtividade do trabalho. Nesse caso, caberia analisar se esse aumento resulta em ampliação da massa de mais-valia e se ela resulta em redução do trabalho necessário ou do valor pago ao trabalhador. Quando Marini aponta o aumento da intensidade do trabalho como forma de criar novo valor e compensar o valor transferido no âmbito do comércio internacional, sua intenção é a de mostrá-lo enquanto mecanismo que amplia a fração do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, o que acaba por levar a uma maior superexploração do trabalhador. Isso porque o aumento da produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias, resultando na redução do valor da força de trabalho, tal como no mecanismo definido por Marx. O ponto é que, mesmo ocorrendo uma redução do valor da força de trabalho – resultando, nesse caso, no fato de que a redução salarial não se converteria em pagamento abaixo do valor, mas, sim, no valor menor a ser definido pela redução do tempo de trabalho necessário –, o aumento da intensidade do trabalho resultante desse processo acaba conduzindo a novas necessidades para que o trabalhador consiga se reproduzir – sendo seu desgaste maior, seja pela intensificação do trabalho, seja pela imposição de um ritmo mais intenso, ditado pela máquina –, o que, necessariamente, leva ao aumento de seus gastos de subsistência. Por isso, ao passo que o valor da força de trabalho se reduz na medida da redefinição entre tempo de trabalho necessário/tempo de trabalho excedente, o valor para o cumprimento de suas necessidades se amplia. Ou seja, nesse caso, há um claro pagamento do trabalhador por debaixo do valor de sua força de trabalho e, por isso, há superexploração.

9. Uma das principais críticas feitas à tese de José Nun foi elaborada por Fernando Henrique Cardoso, ao apontar na tese da marginalidade uma tentativa de vinculação da noção de superpopulação relativa a uma teoria da população. Para detalhes desse debate, ver Cardoso (1973).

ELEUTÉRIO PRADO

**COMO MARX E KEYNES DEMARCAM O CAMPO DA
MACROECONOMIA**

Recebido em Setembro de 2016

Aprovado em Novembro de 2016

COMO MARX E KEYNES DEMARCAM O CAMPO DA MACROECONOMIA

Resumo

Este artigo defende a tese de que há três subcampos radicalmente distintos entre si no campo da macroeconomia, sustentando que duas clivagens os separam: a Lei de Say e a maneira de apreender a meta objetiva do sistema econômico. Há o subcampo da macroeconomia walrasiana em que se acolhe a Lei de Say. Há o subcampo da macroeconomia keynesiana em que se rejeita a Lei de Say para aceitar o princípio da demanda efetiva. Tal como no primeiro, aí se toma a produção de valores de uso como a meta própria do sistema econômico. Há o subcampo da macroeconomia marxiana em que se recusa tanto a lei dos mercados quanto o princípio da demanda efetiva. Para esta última, o próprio modo de funcionamento da sociabilidade capitalista põe o capital como um “sujeito automático”, de tal maneira que a acumulação de capital devém a meta própria do sistema econômico.

Palavras-chave: Macroeconomia; macroeconomia walrasiana; macroeconomia keynesiana; macroeconomia marxiana.

Classificação JEL: B22; B24; E11; E12.

ELEUTÉRIO PRADO

Professor sênior do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Abstract

This article defends the thesis that there are three subfields radically different from each other in the field of macroeconomics. It declares,

in addition, that two cleavages separate them: the Say's Law and the way of apprehending the objective goal of the economic system. There is the subfield of Walrasian macroeconomics that hosts Say's Law. There is the subfield of Keynesian macroeconomics that rejects Say's Law in order to accept the principle of effective demand. As the first, for this one, the proper goal of the economic system is the production of use values. There is the subfield of Marxian macroeconomics that both reject the law of the markets and the principle of effective demand. For the latter, the proper working of capitalist sociability poses capital as an "automatic subject", so that capital accumulation become the very goal of the economic system.

Keywords: Macroeconomics; Walrasian macroeconomics; Keynesian macroeconomics; Marxian macroeconomics.

Introdução

Este artigo coloca para si um problema que quer elucidar: como o campo da macroeconomia está demarcado pelas concepções teóricas de Marx e Keynes? Como elas formam aí subcampos distintos¹ dentro dos quais se desenvolvem correntes teóricas que procuram compreender o movimento do sistema capitalista como

um todo? Nesse sentido, terá de abordar a questão usual do lugar da macroeconomia neoclássica (ou walrasiana) *vis-à-vis* do lugar da macroeconomia keynesiana (não walrasiana em sentido estrito). Mas, em particular e enfaticamente, quer determinar o lugar aí das concepções de Marx, mesmo se considera, de partida, que esse autor não pode ser tomado estritamente como um macroeconomista, pois ele próprio definiu a sua teoria como crítica dialética – e não como ciência positiva (MULLER, 1982). Ora, também essa questão tem sentido, pois a crítica, para ser rigorosa, tem de apreender e desenvolver o conhecimento econômico enquanto tal.

Considera inicialmente dois grandes critérios de demarcação, os quais são apresentados como posições diferenciais sobre duas questões chaves: a da "grande falha do sistema de mercado" e a do "motor da crise de acumulação". O primeiro, como é bem óbvio, diz respeito à clivagem que se estabelece por meio da aceitação ou da negação da Lei de Say. O segundo, não tão óbvio para muitos, diz respeito ao conceito de capital, isto é, se o capital é ou não tomado como "sujeito automático" do processo econômico. Pois, também nesse caso, tem-se uma clivagem que pode ser aclarada em parte, mas de

modo crucial, como posições que optam pela aceitação ou pela negação da chamada Lei de Keynes. E esta afirmação põe, sem dúvida, um enigma, porque se está aqui pressupondo que a Lei de Keynes, segundo a qual a demanda cria a sua oferta, vem a ser uma negação direta da Lei de Say.

Expõe-se, em sequência, como essas clivagens se apresentam, *grosso modo*, no discurso dos economistas, começando pela exposição do modo como o primeiro critério antes mencionado se faz valer como modo de demarcação. E, com tal propósito, recorre-se diretamente ao texto do próprio Keynes, já que foi ele quem se utilizou dele para fundar a macroeconomia – eis que esta, certamente, já existia, mas ainda não havia se configurado como tal – em sua *Teoria Geral*. Como se sabe, antes do surgimento dessa obra marcante, já existiam certas concepções sobre o funcionamento do sistema econômico como um todo, mas elas não se apresentavam delimitando um campo distinguível de conhecimento.

Para separar a teoria que ora propunha como “geral” e a teoria que chamou de clássica², Keynes, sem romper completamente com a tradição marshalliana em que se formara como economista, concentrou-se na crítica da famosa suposição dogmática que renega a ocorrência de superprodução como fenômeno inerente ao

evoluir da economia capitalista. Segundo essa presunção, que se insurge contra a experiência comum – eis que esse fenômeno, não há dúvida, apresenta-se com certa frequência na economia real –, a oferta cria sua própria procura.

Ora, mostrando precisamente qual era a sua orientação teórica de fundo, ele explicou logo – tomando os salários e os lucros igualmente como custos – que a Lei de Say implicava que “o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto” (KEYNES, 1983, p. 25). De qualquer modo, preparando o terreno para as suas próprias edificações teóricas, Keynes apontou para certas consequências triviais dessa lei: se a procura é criada pela oferta, é imediato que todos os mercados devem balancear configurando-se uma situação que é descrita usualmente como equilíbrio geral de pleno emprego. E que, portanto, não pode existir qualquer forma de desemprego involuntário, em particular de força de trabalho, em tal economia mercantil que a imaginação teórica ousa criar, sentindo-se assim confortável na apreciação do mundo real.

Como se sabe, Keynes acolheu a Lei de Say como uma proposição falsa, com base em um contra-argumento muito simples. Indo além da circulação simples e incluindo já a complexidade da economia moderna, ele mencionou que ela pressupõe que “qualquer ato individual de abstenção de consumir

necessariamente leva e equivale a um investimento na produção de riqueza sob a forma de capital” (*ibidem*). Trata-se, para ele, de duas decisões distintas que sempre têm distintos motivos e que, eventualmente, ocorrem em dois momentos diversos do tempo. E essa desvinculação tornou-se a marca registrada de sua teoria do capitalismo. Nela, a poupança decorre de decisões que ocorrem no âmbito das famílias em geral, quando estas escolhem como repartem a sua renda entre consumo presente e consumo futuro. E essa escolha, como se sabe, é regulada pela lei psicológica fundamental. Já o investimento é afetado pela incerteza: possibilita o aumento da renda – e, assim, do consumo – no futuro, mas depende do estado das expectativas no longo prazo, em especial, da confiança na taxa de lucro líquida de juros que ele pode proporcionar.

Note-se, porém, que a sua objeção não era nova na esfera da economia política. Marx, por exemplo, reclamara, muito antes dele, quanto ao caráter absurdo da tese que, partindo do fato trivial de que cada venda é sempre uma compra e vice-versa, afirma a necessidade do equilíbrio entre vendas e compras na circulação de mercadorias como um todo. Ele também apontara, como Keynes, que entre uma venda de mercadoria (M – D) e a compra eventual de uma nova mercadoria (D – M) há sempre um momento de repouso do dinheiro, o qual pode

durar mais ou menos dependendo de múltiplas circunstâncias, muitas das quais estão completamente fora do controle dos indivíduos que trocam (MARX, 1981, p. 101-102). Marx, entretanto, não desvincula completamente o ato de reservar (ou poupar) do ato de investir, porque ambos se encontram ligados no processo da acumulação de capital e se dão fundamentalmente no âmbito das empresas³.

Essa primeira clivagem, de qualquer modo, parece aproximar Marx e Keynes enquanto discursos teóricos sobre o sistema econômico centralmente dependente de mercados, mas que o primeiro chama, enfaticamente, de modo de produção capitalista. De qualquer modo, ela demarca dois subcampos no campo da macroeconomia: em um deles, proliferam as teorizações que pressupõem a possibilidade de que o pleno emprego seja alcançável espontaneamente e, no outro, vicejam aquelas que admitem a possibilidade efetiva de que surja, nessa condição, expressivo volume de desemprego involuntário. Pode-se chamar o primeiro de subcampo da macroeconomia clássica (no sentido de Keynes), mas o segundo, como chamá-lo? Seria correto designá-lo, simplesmente, como o subcampo da macroeconomia keynesiana? Antes de responder a essas duas perguntas, é preciso ver que há um outro modo de demarcar o campo da macroeconomia e que, para considerá-lo, é preciso tratar do segundo critério antes

mencionado, o qual, como se assinalou, está centrado no próprio conceito de capital.

Uma parte significativa dos economistas marxistas distingue a concepção de Marx sobre o funcionamento do sistema econômico ora existente em relação a todas as outras visões que também procuram apreendê-lo como um todo, por meio de sua singular teoria da crise econômica. Para eles, o autor de *O capital* não caracterizara as crises como eventos fortuitos que, em princípio, poderiam ser suprimidos pela política econômica, mas como eventos essenciais, inerentes e endógenos (não, portanto, suprimíveis) ao próprio processo de acumulação. Ademais, ele as caracterizara também como eventos que denunciavam a existência de uma pulsão destruidora no âmago desse processo por meio do qual o capital tende a se acumular sôfrega e desmedidamente. É bem com essa perspectiva que Hardy afirma:

qualquer teoria⁴ que explica a crise por baixa produtividade, lentidão da demanda, anarquia do mercado, intervenção do Estado, salários elevados, salários baixos e assim por diante, sugere que as tendências à crise do capitalismo podem, em princípio, ser abrandadas ou eliminadas solucionando o problema específico que torna pobre o desempenho do sistema. (HARDY, 2016, p. 19)

Mesmo se essa caracterização está posta no plano pragmático, ela apenas se sustenta no plano conceitual. Ora, para subsidiá-la,

esses economistas costumam citar frases do próprio Marx sobre a natureza das crises.

Esta, por exemplo, encontra-se em *O capital*: “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital” (MARX, 1983b, p. 189).

Esta outra se encontra nos *Grundrisse*: “a violenta destruição do capital [ocorre] não por relações externas a ele, mas, ao invés, como condição de sua própria preservação” (MARX, 2011, p. 627). E, se é assim, é porque o capital está implicitamente compreendido não só como “sujeito automático”, mas como sujeito autocontraditório, movido por uma lógica interna que é tanto criadora em certos momentos, quanto destrutiva em outros momentos (FREEMAN, 2014). Em síntese, a crise, como a caracterizou um autor brasileiro, é o negativo do capital (GRESPLAN, 1999).

Ao contrário do primeiro, esse segundo critério de demarcação – de modo claro e bem notório – afasta Marx de Keynes, e o faz de um modo bem radical. É evidente, em primeiro lugar, que esses dois autores se separam fortemente já no modo de ver o futuro possível do capitalismo: se Marx é um crítico que vê a necessidade de superá-lo no curso de seu próprio desenvolvimento, Keynes apenas almeja, e de fato se contenta, em reformá-lo para que se torne mais sossegado e, assim, possa subsistir indefinidamente. Mas essa diferença é apenas o reflexo de uma divergência mais fundamental, a qual diz respeito ao conceito de capital: se,

para Marx, “o valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo” (MARX, 1983, p. 129), para Keynes, “toda a produção se destina, em última análise, a satisfazer o consumidor” (KEYNES, 1983, p. 43). Para este último autor, portanto, capital é simplesmente o estoque de bens que ajuda a produzir novos bens e que, como tal, em cada momento, tem um dado valor monetário. E este valor é simplesmente a soma dos preços dos bens que compõem esse estoque, estabelecidos nos diversos mercados em que foram ou podem ser comercializados. Para Marx, ao contrário, o capital é uma relação de produção reificada que não se orienta pelo consumo e pelo bem-estar das pessoas, mas, ao contrário, que tem a si mesmo como fim absoluto. Eis que, para ele, essa relação, para sobreviver indefinidamente, precisa consumir o trabalho humano e a natureza, subordinando a si também as pessoas enquanto consumidoras de mercadorias.

Está posta, pois, a seguinte questão: como conciliar esses dois critérios de demarcação para melhor definir os subcampos da macroeconomia? Aqui se aposta num caminho que não se afigura usual: para desvendá-lo – supõe-se de partida –, é preciso compreender melhor a própria Lei de Say, assim como, também, as críticas que dela fizeram Marx e Keynes.

De um primeiro modo de rejeitar a lei dos mercados

Para seguir esse caminho é preciso iniciar examinando o tratado original do próprio Jean-Baptiste Say, publicado pela primeira vez em 1803, em que a “lei dos mercados” foi apresentada. Aí se pode ver, em primeiro lugar, que esse autor sustenta uma tese básica que será compartilhada por Keynes, pois, para ele, a produção, mesmo sendo produção de valor (utilidade) que apenas se realiza por meio da venda por dinheiro, destina-se já sempre ao consumo: “a produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade” (SAY, 1983, p. 68). Ora, essa premissa é crucial; eis que ela é um marco inicial que determina todo o curso da argumentação que vai se constituir, ao fim e ao cabo, após outras premissas serem incorporadas, numa visão teórica particular no campo da Economia Política. Porém, ela não determina ainda se a causação vai da produção para o consumo ou, ao contrário, se ela vai do consumo (direto e indireto) para a produção.

Ao examinar o texto de Say, verifica-se imediatamente que ele opta pelo primeiro sentido. Ao examinar o fato da indústria em geral na sociedade moderna, ele procura mostrar que ela não apenas gera novos “produtos”, mas que gera também os “meios para os adquirir”. Assim sendo, diz ele, “daí

resulta, embora à primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados aos produtos”. E ele sustenta que essa tese vale não somente em uma economia de troca simples, mas que se verifica também numa economia em que todas as trocas são mediadas por dinheiro, de tal modo que cada troca final de produto por produto desdobra-se em duas: em uma venda por dinheiro e uma compra por meio do dinheiro. Ora, se pensa assim é porque toma conscientemente o dinheiro como mero meio de troca, como algo neutro que não afeta o resultado final das transações. A produção numa economia monetária vende-se imediatamente por dinheiro, mas “o dinheiro” – diz ele – “é apenas a viatura do valor dos produtos”. O dinheiro, diz também de modo ainda mais explícito, “desempenha somente um ofício passageiro nessa troca dupla; e, terminadas as trocas, verifica-se que produtos foram pagos com produtos” (*ibidem*, p. 137-139).

O argumento de Say, mesmo ao se afigurar como tal, não é ingênuo. Vale lembrar que a existência de superprodução foi apontada por Malthus e Sismondi, muito antes das críticas de Marx e Keynes, como evidência iniludível de que sua tese era errônea. Ora, ele reconheceu ao seu tempo a existência empírica da abundância eventual ou mesmo generalizada de mercadorias nos momentos de crise. A proposição que acabou sendo chamada de Lei de Say era, para

ele, entretanto, um princípio governante dos mercados, o qual se manifestaria sempre que eles pudessem funcionar livremente, isto é, sem que eventos exógenos tais como os desastres naturais ou políticos, a incompetência ou a ganância dos governantes, viessem a perturbá-los. De qualquer modo, pensando da produção para o consumo, Say convinha sempre que “a demanda dos produtos em geral é tanto maior quanto mais ativa for a produção”, para ele, “uma verdade estabelecida não obstante seu aspecto paradoxal” (*ibidem*, p. 142).

Posto isto, é preciso agora verificar como Keynes contesta, de fato, a lei proposta pelo pensador francês cujo tratado de economia política já completou mais de duzentos anos. Veja-se, de início, que a Lei de Say contém em si mesma duas afirmações, as quais, na formulação usualmente apresentada, aparecem unificadas: a primeira diz que a oferta cria a procura e a segunda diz que a procura será sempre suficiente, em princípio, para cobrir toda a oferta. Ora, como se mostrará, Keynes, também de modo paradoxal, contestou não só a segunda, mas também (implicitamente) a primeira afirmação.

No famoso capítulo sobre o princípio da demanda efetiva da *Teoria Geral*, ele parte dos dispêndios dos empresários capitalistas: para obter renda (isto é, lucro), eles têm primeiro de arcar com os custos dos fatores (a saber,

trabalho e terra) e com os custos dos usos (isto é, dos usos de matérias primas e dos equipamentos). A sua ótica analítica, portanto, concentra-se nos dispêndios capitalistas que ocorrem, e só ocorrem, em função das expectativas de lucro; assim sendo, diz, “o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção” (KEYNES, 1983, p. 30). Ora, mesmo por meio dessa curta citação, fica já evidente que o grande economista inglês do século XX, ao contrário de Say, que escreveu no começo do século XIX, parte da demanda para chegar à produção. E, mantendo-se nessa perspectiva, ele reinterpreta a lei dos mercados do seguinte modo, isto é, de modo inverso à formulação original:

a Lei de Say, segundo a qual o preço da demanda agregada do produto como um todo é igual ao preço de sua oferta agregada para qualquer volume de produção, equivale à proposição de que não há obstáculo para o pleno emprego. (*ibidem*, p. 31)

O mesmo se pode verificar pela formulação do próprio princípio da demanda efetiva, o qual se refere a situações em que já se prevê a possibilidade de equilíbrios abaixo do pleno emprego: “a propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível do emprego” e, assim também, o nível da produção (*ibidem*, p. 33).

Deve ficar claro, neste ponto da exposição, que Keynes pensa o modo de produção capitalista a partir da esfera da circulação de mercadorias, desfazendo a identidade imediata entre a oferta agregada e a demanda agregada. E que, em consequência dessa opção, o nível da atividade econômica em sua teorização fica determinado a partir dos dispêndios dos trabalhadores, dos capitalistas, das “classes ociosas” e dos governantes. Sem dúvida, trata-se esta de uma característica central de sua teoria econômica. Mas, ao apontá-la, ainda não se conseguiu descortinar toda a especificidade de sua construção, que visa apreender o modo de funcionamento não ótimo do capitalismo.

Como enfatizam os interpretes pós-keynesianos, o próprio Keynes, como economista teórico e aplicado, nunca se afastara da ideia de que o processo econômico é temporal e histórico e que, portanto, as transações econômicas, sempre mediadas pelo dinheiro, são interações que conectam não só o passado ao presente, mas também o futuro ao presente. E que, por isso mesmo, ele nunca acolhera os princípios “clássicos” da neutralidade da moeda, de que o dinheiro pode ser sempre substituído por ativos reais, assim como da previsibilidade certa e confiável do futuro (DAVIDSON, 2007, p. 143). Em consequência, ele admitira como fundamento pétreo de sua teoria como um todo que a coordenação das ações nos processos

econômicos em geral não podia nunca ser perfeita como admitiam os “clássicos”. Ao contrário, para ele, na realidade do sistema econômico, essa coordenação mantinha-se sempre tendencial e aproximativa, podendo se endereçar a situações bem aquém da ótima.

A demarcação apresentada, que define sem dúvida dois subcampos da macroeconomia, ainda assim parte de uma compreensão do sistema econômico como um sistema formado por agregação ou por composição⁵ de indivíduos racionais (no sentido usual da teoria econômica, mas admitindo que esses indivíduos possam ser também, de algum modo, limitadamente racionais) que interagem nos vários mercados por meio de trocas de bens presentes e de bens futuros, assim como de suas representações. Segundo essa compreensão, aliás, é justamente o plexo dessas interações que constitui o sistema econômico enquanto tal. De qualquer modo, à tal visão de sistema econômico convém uma noção de equilíbrio que está de algum modo assentada na compatibilidade das decisões dos indivíduos que compõem o sistema e na suposição de que cada um deles faz escolhas visando obter a melhor situação possível para si mesmo. Em consequência, para poder discutir em sequência certa noção de equilíbrio que está presente nas formulações tanto dos “clássicos”, quanto de Keynes, torna-se necessário apresentar essas duas posições de um modo sintético. Se DA e

OA representam, respectivamente, a demanda agregada e a oferta agregada, tem-se:

“Clássicos”:

$OA (\rightarrow) = DA \geq$ equilíbrio de pleno emprego

Keynes:

$OA = (\leftarrow) DA \geq$ equilíbrio abaixo ou de pleno emprego

Os “clássicos” adotam uma noção de equilíbrio que tem por referência uma situação ideal. Nessa situação, o estado de equilíbrio é atingível, em princípio, por meio de um processo que opera rapidamente, de tal modo que a sua dinâmica – e, assim, atemporalidade histórica plena em que ela está imersa – pode ser, desse modo, abstraída. Na base do sistema econômico em consideração, encontram-se indivíduos que buscam o seu próprio interesse, escolhendo e atuando para chegar ao melhor estado possível de satisfação. Nesse mundo francamente idealizado, cada indivíduo, tomando como dadas as coisas, as outras pessoas, as instituições e os preços possíveis, procura chegar ao seu próprio equilíbrio; eles buscam se adaptar otimamente ao mundo que não escolheram, e o resultado de suas opções descentralizadas não gera, como era de se esperar, qualquer caos local ou global. Ao contrário, uma boa ordem é gerada porque o sistema econômico que forma esse mundo está dotado de uma capacidade de coordenação

que é usualmente apreendida por meio da noção de “mão invisível”. Supõe-se que esta “mão” promova, por meio de tentativas e erros, a coordenação das escolhas e das ações dos indivíduos de tal modo que o sistema como um todo pode se aproximar do balanceamento na situação de ótimo.

Como se sabe, a divergência central entre os “clássicos” e Keynes se apresenta nesse quadro de referência que postula a situação de ótimo individual e social como simplesmente possível. Encontra-se, precisamente, na questão de saber se essa situação, em princípio, devém espontaneamente apenas por meio do funcionamento livre dos mercados. Em outras palavras, consiste em saber se equilíbrio do sistema tende a ser de pleno emprego ou pode se permanecer por longo tempo abaixo do pleno emprego. *Grosso modo*, segundo Keynes, a “mão invisível” não é perfeita, podendo, ao contrário, chegar a resultados bem insatisfatórios. Eis o resumo de sua concepção do funcionamento global do sistema econômico que, em última análise, pretende mostrar porque a falha sistêmica é uma situação normal do funcionamento dos mercados. Dada a propensão marginal a consumir da sociedade, o equilíbrio do emprego dependerá do investimento corrente. E este, por sua vez, depende do incentivo a investir, isto é, das taxas de lucros esperadas e das taxas de juros que é preciso pagar para financiá-lo.

O estado das expectativas influi, portanto, no nível do investimento. Há sempre um nível de emprego compatível com o equilíbrio. Este, em princípio, não pode ser superior ao máximo nível de emprego possível, “mas não há, em geral, razão para que ele seja igual ao pleno emprego”. Ao contrário, segundo Keynes, “quanto mais rica for a comunidade, mais tenderá a ampliar a lacuna entre a sua produção efetiva e a potencial” (KEYNES, 1983, p. 28). Tal lacuna, portanto, passa a aparecer em sua análise como o estado normal do sistema econômico.

Ora, à medida que a análise de Keynes deixa de conceber o estado de ótimo como o estado normal desse sistema, ela tem também de reintroduzir de algum modo a historicidade do processo econômico.

Segundo autores pós-keynesianos, Keynes, em sua *Teoria Geral*, pensa por meio de um modelo estacionário em que as expectativas de longo prazo estão dadas, mas as de curto prazo podem mudar e, de fato, mudam de maneira adaptativa, porque nunca se realizam adequadamente, mas persistem tentando fazê-lo. Conforme “os planos iniciais fracassam, o equilíbrio pode ainda ser obtido, após um período de tempo histórico [...] conforme os empreendedores persistem em suas crenças até que o equilíbrio seja estabelecido por tentativa e erro” (KREGEL, 1976, p. 217)⁶. Assim se vê

que, para pensar o equilíbrio, Keynes faz um corte no tempo histórico (o qual não deixa de ser, também, um modo de abstraí-lo); eis que ele o põe entre parênteses na medida em que isto é necessário para pensar o curto prazo. Ora, como o curto prazo é um momento restrito no interior do longo prazo, está-se na presença de um mero recurso metodológico. Em sua teoria enquanto uma teoria do evoluer do capitalismo, ele incorpora plenamente o tempo histórico.

Fica claro, porém, que Keynes, assim procedendo, nunca rompeu totalmente com a teoria neoclássica. Para tanto, ele deveria ter recusado o individualismo metodológico, assim como a noção de equilíbrio como compatibilidade sistêmica de decisões individuais não *ex-ante* coordenadas. Ele teria de ter se afastado, também, da tese de que este tipo equilíbrio é um estado para o qual tende o funcionamento econômico. Ora, ele nunca chegou a tal ruptura, mesmo se não adotou a versão extrema dessa perspectiva teórica, o atomismo metodológico, que se constitui como o patrimônio mais precioso da teoria neoclássica da tradição walrasiana, que atualmente quer, inclusive, apresentar-se de maneira impoluta na linguagem da topologia. E é essa tradição que formula teorias no interior das quais, por imperativo lógico, o tempo histórico se torna irrelevante.

De um segundo modo de rejeitar a lei dos mercados

Para efeito de comparação imediata – e para provocar a necessidade de uma explicação posterior –, indica-se, em sequência, a posição de Marx, também de modo sintético, por meio de uma desigualdade. Note-se que, no contexto da teoria marxiana, a noção de estoque planejado (EP) não pode ser fundamentada de modo objetivo e que, por isso, também não pode ser empregada⁷. E que, em consequência, é preciso redefinir a oferta agregada que passa a ser indicada agora por AO*. Mesmo se EP não existe agora, tem-se que $OA^* = OA + EP$ do ponto de vista formal. Os estoques de mercadorias ofertadas, mas não vendidas, são uma necessidade trazida pela anarquia do sistema, não sendo em princípio, portanto, enquanto tais, desejados. Por outro lado, em particular, no modo de produção capitalista há sempre, também, excesso de oferta de força de trabalho, o qual é não apenas necessário, mas vem a ser, ao contrário, “secretamente” desejado pelos capitalistas. Como bem se sabe, eles não apreciam a escassez de “mão-de-obra”. O que essa desigualdade mostra, portanto, é que, da perspectiva de Marx, há quase constante excesso de oferta numa economia capitalista em todos os mercados, assim como, portanto, no sistema como um todo.

Marx:

AO* (→) > DA ≥ ausência de pleno emprego

Ora, mesmo se Marx rejeita fortemente a Lei de Say, mantém ainda que a oferta, exceto em condições excepcionais, precede a procura. Para ele, uma e outra têm de ser explicadas a partir do ímpeto da produção ou, mais precisamente, a partir do movimento da acumulação de capital, sem que estejam *ex-ante* ou mesmo sem que possam estar *ex-post* necessariamente coordenadas. Ao contrário, segundo ele, o processo mercantil apenas se ajusta de modo difícil, lenta e anarquicamente, por meio de movimentos compensatórios que se dão no tempo histórico. De qualquer modo, em sua perspectiva, tanto a oferta, quanto a demanda, em seu desacerto contínuo, encontram-se igualmente determinadas pela lucratividade da inversão na produção corrente, assim como na produção futura. O que orienta a produção é a taxa e a massa de lucro que podem ser obtidas para remunerar o capital avançado. Mesmo se a criação da oferta engendra também a procura, por isso mesmo, não é verdade, para Marx, que a demanda efetiva seja sempre, ou mesmo tendencialmente, suficiente para realizar o valor de todas as mercadorias que são produzidas no modo de produção capitalista.

Para que haja produção, é preciso que a decisão de produzir se transforme, no curto prazo, numa série de decisões de comprar matérias

primas e auxiliares e de contratar força de trabalho tendo em vista pô-las, em sequência, em funcionamento numa unidade de produção. No longo prazo, por sua vez, a vontade de produzir mais implica em decisões que mantêm ou elevam a capacidade da produção. Os capitalistas que tomam essas decisões não são encarados, entretanto, como sujeitos autônomos, que se guiam por um autointeresse arraigado numa natureza humana transistórica. Marx não acolhe, como se sabe, a antropologia utilitarista que pretende definir o ser humano pela busca egocêntrica de autosatisfação. De outro modo, os capitalistas, por exemplo, são vistos como sujeitos sociais suportes do sujeito automático capital, o qual, por sua vez, nada mais é do que a forma reificada da relação social que subordina o trabalho assalariado. Nessa perspectiva, a acumulação de capital e, em consequência, a produção de mercadorias, é encarada como o motor do desenvolvimento do sistema e, assim, daquilo que é superficialmente apreendido como crescimento econômico.

A Lei de Say não é válida para Marx apenas porque a descoordenação entre a oferta e a demanda agregada é possível; também não apenas porque subsiste uma tendência crônica ao subconsumo na sociedade burguesa ou porque os capitalistas, em certas conjunturas, se assustam com um futuro que lhes parece incerto e, assim, passam a preferir a liquidez em relação ao investimento⁸. Eis que, para

ele, tais eventos, quando ocorrem, são apenas manifestações fenomênicas de algo mais fundamental. Em primeiro lugar, como já foi dito, a existência constante de um certo déficit de demanda efetiva em relação à oferta total de mercadorias é, para ele, inerente ao próprio modo de produção enquanto tal. Este não é planejado, mas anárquico – uma “ordem” que se dá por meio de uma certa “desordem”. Mas isto não é tudo, porque tal desajustamento não é afetado apenas por fatores que se mostram como um ruído estocástico. Há algo mais fundamental.

Eis que esse déficit se contrai e se amplia com o evoluir da contradição central que mora no próprio modo de produção e que é o motor de seu próprio desenvolvimento. Pois se trata de um sistema orientado pela valorização do valor – e não pela produção de valores de uso que atendem as necessidades sociais –, mas que, ainda assim, precisa produzir valores de uso em profusão, sempre mais, mais e mais, para vendê-los como mercadorias (MARX, 1980, p. 929-931). Ora, esse processo não é sossegado, mas desabalado. Se a valorização está ocorrendo de forma bem-sucedida, a produção de valor de uso ultrapassa todas as medidas, gerando aparente superprodução; no decorrer desse processo, no entanto, a valorização passa a fracassar em certa medida e, assim, a produção de valor de uso tem necessariamente de se

contrair, mostrando, então, que a acumulação se tornara desmedida por impulso próprio, isto é, transformara-se em superacumulação. A mesma tese que afirmara a relação de capital como automovimento insaciável e incontrolável, vem agora confirmar as crises como momentos negativos necessários, também incontroláveis, desse próprio automovimento.

Na perspectiva de Marx, o impulso de acumulação nasce e se efetiva na esfera da produção mercantil. É aí, pois, que se deve procurar uma conexão decisiva entre o investimento e a poupança. A maior parte dessa última forma-se nas próprias empresas – e não no âmbito das famílias. Eis que ela é principalmente reserva para acumulação – e não reserva para consumo futuro. A sua alocação, é certo, pode passar pelo mercado de fundos emprestáveis, mas isto não elimina – ao contrário, pressupõe – um vínculo entre o lucro passado que proveio da operação da empresa e o lucro futuro que pode provir do novo investimento, pois as decisões de investir dependem tanto das expectativas de lucro quanto da capacidade de gerar lucros – e, portanto, da existência de lucros retidos – no âmbito das empresas.

Marx admite, é certo, que há certa independência do investimento em relação à poupança, porque ele pode ser financiado em parte pela criação *ex-nihilo* de capital-dinheiro

por parte do sistema bancário. Mas esse processo não está desconectado da lucratividade passada e possível, isto é, da capacidade das empresas capitalistas de remunerar o capital aplicado⁹. Marx admite, também, que a demanda efetiva, além de depender de certa autonomia do investimento, pode também ser influenciada pelo nível dos gastos do Estado. Entretanto, tais acicates econômicos estarão sempre limitados por constrangimentos endógenos ao próprio processo de acumulação de capital. A própria regulação estatal que atua até certo ponto, por exemplo, será sempre, em certa medida, uma ilusão que gera frustrações contínuas na perspectiva da teoria crítica do capitalismo que vem de Marx.

Marx e Keynes, por isso, divergem radicalmente no modo de pensar o movimento do sistema econômico. O segundo, mesmo se contempla a imperfeição constante dos mercados, admitindo que o afastamento do equilíbrio de pleno emprego tem causas endógenas, ainda assim analisa posições de balanceamento, empregando, para tanto, a chamada estática comparativa. Ora, o primeiro, quando analisa o evoluir real do sistema como um todo, põe toda ênfase explanatória na dinâmica que ocorre fora de todo equilíbrio possível. O seu método de análise do modo real por meio do qual se dá a reprodução do sistema do capital, portanto, é intrinsecamente temporal, isto é,

dinâmico, processual, dependente de trajetória (FREEMAN, 2015).

O equilíbrio convencional, tal como pensado pela teoria econômica em geral, existe *ex-ante*, isto é, como possibilidade inscrita de antemão nos planos dos agentes, vindo a ser posto *ex-post* (ainda que de modo incerto, segundo Keynes) pelos processos de realimentação negativa do próprio sistema. Ele existe em função de certos dados tais como preferências, tecnologias, etc. Supõe-se, ademais, que decisões intencionais adaptativas dos agentes, dadas todas as circunstâncias, produzem tal resultado não intencionalmente. Do ponto de vista matemático, este equilíbrio é tanto um ponto atraente, quanto um ponto fixo¹⁰. E isto tem uma consequência fundamental para a análise econômica. Como o sistema não está em movimento no ponto fixo, mas ainda assim é preciso admitir que ele se move – afinal quer-se apreender um sistema econômico real, que está sempre em processo de mudança –, torna-se necessário procurar a origem da mudança em choques exógenos e em causas externas. A teoria neoclássica, que ama o rigor lógico em detrimento do realismo, mantém firme essa posição, mas a teoria de Keynes, que prefere uma melhor adequação da teoria ao movimento do sistema real, sacrifica em certa medida o rigor lógico, não abandonando a tese de que a mudança é gerada endogenamente.

O equilíbrio adotado por Marx, aparentado, mas não idêntico àquele que aparece na economia clássica (Smith e Ricardo)¹¹, é, antes de tudo, um ponto atraente que não é um ponto fixo. É posto como tal, momento a momento, pelo próprio processo econômico, que é histórico e, assim, dependente da própria trajetória. Só existe, portanto, porque foi posto endogenamente pelo próprio funcionamento reificado do sistema econômico, sem se originar e sem passar em nenhum momento pela consciência dos atores que participam do mundo econômico. Diferentemente do equilíbrio empregado na análise econômica convencional, que é postulado como um estado perto do qual o sistema sempre está, mas que rigorosamente não pode ser observado, o equilíbrio adotado por Marx pode ser apreendido empiricamente como uma média da variável indicadora do estado do sistema num certo período de tempo. Se a noção de equilíbrio de ponto fixo requer a força e a abstração do tempo histórico, a noção de equilíbrio temporal exige, necessariamente, a referência ao tempo histórico. Quando se passa de um a outro, observa-se, ademais, uma mudança de registro: passa-se de uma compreensão cinemática do movimento para uma compreensão processual, que, para ser expressa com rigor lógico, requer o pensamento dialético (PRADO, 2014, p. III-118).

Como foi acentuado por Shaikh, essa equilíbrio figura como gravitacional¹² porque é posta por meio de um processo turbulento em que o estado eventual de balanceamento configura-se apenas por meio de desbalanceamentos constantes e recorrentes e que se compensam apenas em largos períodos. “O exato balanceamento” – diz esse autor – “é apenas um fenômeno transiente, já que as variáveis consideradas ficam sempre aquém ou além do centro gravitacional” (SHAIKH, 2016, p. 104). No dizer de Marx, ao falar do ajustamento entre preço e valor, esse tipo de comportamento “não é um defeito dessa forma¹³, mas a torna, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (MARX, 1983a, p. 92).

Portanto, da perspectiva de Marx, não apenas o sistema econômico real se encontra permanente fora de qualquer equilíbrio possível, mas também se impõe apreendê-lo como um processo irrevocável de mudança e de vir a ser, de um modo teoricamente consistente, sem cair em constantes contradições. O método econômico, em sua visão, portanto, deve respeitar verdadeiramente tanto a complexidade constitutiva inerente ao sistema econômico enquanto tal, quanto o seu processo histórico de desenvolvimento. Apesar de funcionar segundo trajetórias desequilibradas, o

movimento contínuo do sistema econômico engendra, por meio de processo gravitacional turbulento, uma equilibração temporal que pode ser apreendida empírica e teoricamente. E isto tem sido feito, à margem da ciência dominante, por meio de estudos da dinâmica real das séries históricas que registram variáveis econômicas, tais como preços, taxas de juros e lucros, estoques, montantes de consumo, renda, uso da capacidade de produção, etc. E esses estudos mostram que os processos de ajustamento acontecem, mas, em geral, eles demoram meses e meses, anos, podendo também se alongar por uma década ou ainda mais (SHAIKH, 2016, p. 105-109).

Deve ter ficado claro, neste momento, que há diferenças muito substantivas nos modos pelos quais Marx e Keynes pensam os fenômenos econômicos e que, portanto, as suas teorizações embasam e constituem subcampos distintos no campo da macroeconomia. Há aí – dir-se-á aqui em conclusão – um subcampo neoclássico que engloba parte do keynesianismo, um subcampo propriamente keynesiano (desenvolvido como pós-keynesiano) e um subcampo marxiano (muito pouco desenvolvido enquanto uma alternativa no campo da macroeconomia). A questão que fica agora é compreender como essas diferenças se refletem no método de análise dos fenômenos que ocorrem no desenvolvimento real do sistema econômico, ao longo da história. Mas se pode dizer,

de maneira introdutória, que eles podem ser definidos, respectivamente, como uma negação equilibrada, um retorno parcial e um desenvolvimento radical da economia política clássica (MATTICK, 2010).

Leis empíricas e tendências estruturais

O senso comum que permanece como um pano de fundo do pensamento econômico em geral não pode negar que o sistema econômico real é um sistema complexo. E por isso se entende que ele é composto, complicado e evolvente. Por um lado, tem muitas partes e elas estão entre si conectadas, isto é, muito bem entretecidas. Por outro lado, ele se mostra difícil de entender ou explicar porque contém inúmeros aspectos. Ademais, de acordo ainda com o senso comum, ele se transforma e se produz a si mesmo, ou seja, ora está num estado, mas logo vem a ser / a estar em outro por força do próprio desenvolvimento, sem que isto seja bem previsível¹⁴. No entanto, o modo teórico de apreender essa complexidade não se mantém sempre em conformidade com essa descrição, mesmo se ela não pode ser negada enquanto tal. Como bem se sabe, o modo de teorizar pode querer conservá-la, de algum modo, no interior da própria formulação teórica, mas também pode, paradoxalmente, aboli-la completamente por meio de formulações altamente idealizadas. Ora, na origem dessas divergências subjazem

questões lógicas e ontológicas que estão intimamente ligadas a certas opções de ordem ideológica, às vezes cinicamente negadas.

Em sequência, pretende-se examinar essas questões tendo em mente dar acabamento à solução do problema posto no início do artigo. Como já ficou indicado, é possível distinguir, *grosso modo*, três grandes subcampos no campo da macroeconomia. Procurar-se-á mostrar, agora, que eles podem ser bem caracterizados pelos modos como se posicionam em relação à complexidade do sistema econômico e, assim, como são capazes de apreendê-la verdadeiramente.

A teoria que Keynes chamou de “clássica” foi conservada na teoria econômica contemporânea pelas teorizações definidas, em linhas gerais, como neoclássicas. Elas empregam rigidamente o método analítico para estabelecer uma relação constitutiva entre as partes e o todo que delas diretamente (supostamente) se origina, o qual, no caso, é o sistema econômico. Toma as partes, isto é, os agentes, como se fossem átomos (no sentido antigo do termo) perfeitamente distinguíveis e separáveis entre si, reduz o todo a tais partes assim concebidas, passando a pensá-lo por mera agregação. Para tanto, supõe que esses agentes são perfeitamente racionais e que sempre fazem escolhas ótimas. Admite, ademais, que a mão invisível que faz a coordenação das escolhas desses agentes opera,

também, de maneira perfeita de tal modo que o sistema como um todo apresenta, também, a propriedade do ótimo de Pareto. Ora, o método desse tipo de teoria consiste em pensar o sistema econômico em estado de equilíbrio, segundo modalidades que aqui não há interesse em considerar (SOROMENHO, 2012).

A teoria do próprio Keynes, de modo diferente, concebe a economia real como uma composição em que os agentes (as partes) formam o sistema econômico (o todo) por emergência – e não, supostamente, por simples agregação. As partes são distinguíveis e separáveis (o método é ainda individualista), mas o todo não é simplesmente redutível a elas, pois ele se forma a partir da interação altamente complexa das partes em condições materiais e institucionais que são consideradas como historicamente mutáveis. Ao manter essa compreensão do sistema econômico, essa forma de teorização não pode mais abolir completamente, no plano da própria teoria, a historicidade intrínseca dos processos econômicos reais. Em consequência, ela não pode mais admitir que o cálculo dos agentes seja perfeito, que eles sejam capazes de fazer previsões igualmente perfeitas (num contexto determinista) ou que possam avaliar perfeitamente os riscos (num contexto estocástico). A teoria continua ainda a estar baseada nas decisões supostamente autônomas dos agentes, mas, agora, as suas expectativas encontram-se afetadas pela incerteza. Em

consequência, eles não são mais capazes de prever o futuro de modo confiável, do que resulta que o processo econômico como um todo passa a ser compreendido como não ergódico.

Se o modo teórico por meio do qual se apreende o funcionamento do sistema econômico como um todo, nesse subcampo da macroeconomia, passa a guardar uma certa distância do neoclássico, não pode também se afastar totalmente dele. Ao invés de se concentrar na análise de uma ordem perfeita em relação à qual o funcionamento do sistema pode supostamente se aproximar, ele passa a considerar certos elementos que nela introduzem defasagens, perturbações e desordens, as quais, aliás, são vistas, agora, como sistêmicas, intrínsecas ao próprio sistema enquanto tal. As formulações teóricas passam então a incorporar certas ineficiências, certas imperfeições e mesmo certos desbalanceamentos persistentes possíveis. A mudança, porém, não se mostra radical em relação ao chamado paradigma dominante, mesmo se ela traz, de fato, uma reforma substantiva em sua arquitetura: no paradigma alternativo que os keynesianos apresentam, “ao invés de competição perfeita, tem-se competição imperfeita; ao invés de pleno emprego automático, tem-se persistente desemprego” (SHAIKH, 2016, p. 4). Em resumo, a mão invisível, para os keynesianos, é vacilante

e mesmo mal endereçada, de tal modo que, para funcionar bem ou razoavelmente de modo melhor, ela precisa sempre ser guiada por uma intervenção adequada e prudente do Estado. As teorias desse subcampo, outrossim, visam sempre embasar ou aprimorar a regulação macroeconômica tendo como metas uma aproximação do pleno emprego no curto prazo e um crescimento econômico robusto e sustentável no longo prazo, supondo que tais metas sejam possíveis.

Ora, a tese originada na visão de Marx segundo a qual o movimento do sistema capitalista é sempre, nos planos micro e macroeconômico, um processo gravitacional turbulento está imediatamente em contradição com tais crenças. Para ela, a eficiência sistêmica da mão invisível decantada na teoria neoclássica é uma crença apologetica; por sua vez, a eficácia da mão visível do Estado na correção das falhas dos mercados, celebrada na teoria keynesiana, é uma crença quimérica¹⁵. Para Marx, o modo de produção capitalista é uma forma histórica de organização social que se move no espaço geográfico e no tempo histórico segundo certos padrões de regularidade, os quais não podem ser caracterizados nem como configurações muito bem ordenadas, nem como configurações totalmente caóticas. Em consequência, se o comportamento desse sistema que se expressa nesses padrões pode ser, em certa medida, tentativamente regulado, ele tem um moto

próprio que desafia, inverte e impede todo ensaio de controle que se orienta por uma racionalidade que lhe é exterior.

E essa visão tem um fundamento ontológico que se expressa também no plano da lógica. É bem evidente que o autor de *O capital* pensa o sistema econômico, dialeticamente, como uma estrutura de relações sociais em processo de desenvolvimento, isto é, como uma totalidade¹⁶ que evolue por meio de suas contradições internas. A organização social constituída nessa base de relações estruturais por meio de um complexo de normas e instituições está evidentemente formada por atores reais (*grosso modo*, capitalistas, trabalhadores, governantes). Porém, mesmo se o comportamento desses agentes está na base do funcionamento do sistema, este apresenta comportamentos emergentes, os quais não podem ser compreendidos por mera redução ao comportamento desses atores. Em consequência, a ciência que apreende tais processos turbulentos não pode se basear em metodologias reducionistas, tais como o individualismo e o coletivismo. Ademais, ela não pode depender da construção de modelos que visam meramente captar o comportamento aparente dos fenômenos econômicos, na esperança de descobrir as suas leis empíricas, seja para meramente entender o seu modo de funcionamento, no plano do raciocínio abstrato, seja para prevê-los ou simulá-los, no

plano da apreensão dos fatos reais ou dos fatos meramente possíveis.

Nada espelha melhor o método marxiano de pensar o sistema econômico como um todo do que a famosa equação estrutural da taxa de lucro que foi apresentada pelo próprio Marx como lei da queda tendencial da taxa de lucro e de suas causas contrariantes—portanto, como uma expressão explícita do conflito implícito inerente a um processo de produção que é, sobretudo, um processo de valorização. A taxa de lucro é o móvel da acumulação de capital, mas a própria acumulação cria barreiras para o seu próprio desenvolvimento, as quais se expressam no andamento temporal da própria taxa média geral de lucro.

Em sua formulação mais simples, que, aliás, pode ser ampliada de vários modos, ela apresenta a taxa de lucro como uma razão entre a taxa de exploração e a composição orgânica do capital adicionada de 1. Em termos teóricos, essas duas variáveis explanatórias estão expressas em valor trabalho e, ao mesmo tempo, em valor monetário, de tal modo que, em princípio, podem ser medidas empiricamente (não, porém, sem dificuldades e imprecisões). Contudo, essa equação não pode ser compreendida nem como lei empírica, nem como fórmula puramente lógica (PRADO, 2014). Em consequência, ela não pode ser usada para prever um curso da taxa geral de

lucro num sistema fechado, pois apresenta uma tendência, num sistema aberto, que funciona de modo anárquico sem se arranjar ou desarranjar completamente¹⁷. O seu objetivo precípua consiste em mostrar as “forças contraditórias” que atuam na taxa de lucro no próprio processo da concorrência dos capitais e, assim, da acumulação de capital, e que se fazem valer de modo complexo – por meio de efeitos de realimentação negativa e positiva que se entrelaçam de um modo difícil de deslindar – no processo da história (BENSAÏD, 1999, p. 393-398).

Há, pois, três grandes subcampos no campo da macroeconomia, entendido este, por sua vez, como subcampo da Economia Política. E eles não formam, juntos, uma esfera tranquila; ao contrário, formam um terreno de disputas, no qual as crenças políticas frequentemente se sobrepõem ao espírito científico. E é assim mesmo, se este último põe normas sóbrias de avaliação do conhecimento, as quais, assentadas em imperativos éticos, impedem completamente essa sobreposição. Ao contrário, essas normas determinam que se deve sempre travar aí um debate aberto e franco, tal como em qualquer campo do conhecimento que se apresente como científico. Nesse sentido, tendo em vista a prosperidade da própria macroeconomia, todos eles deveriam ser considerados, em princípio, como fontes de conhecimento possível. As boas disputas

exigem, por sua vez, um clareamento do próprio campo em que são travadas. Aqui se procurou mostrar certas diferenças cruciais que demarcam fortemente esses três subcampos. Eles são bem distintos entre si. Há, no entanto, autores que preferem aproximá-los. Aquele que escreveu esse artigo discorda dessa orientação e, por isso, procurou apresentar aqui a sua visão contrária¹⁸.

Bibliografia

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAVIDSON, Paul. “Keynes and money.” In: ARESTIS, P. & SAYER, M (ed.). *A handbook of alternative monetary economics*, cap. 9..Londres: Edward Elgar Publishing, 2007, p. 139-153.

FREEMAN, Alan. “Heavens above: what equilibrium means for economics.” In: MOSINI, V. (ed.). *Equilibrium in Economics: Scope and Limits*. Londres: Routledge, 2007. Internet: Munich Personal RePEc Archive, nº 65045, 2015.

_____. “Schumpeter’s theory of self-restoration: a causality of Samuelson’s Whig historiography of Science.”, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 38, 2014, p. 663-679.

GRESPLAN, Jorge L. da S. *O negativo do capital – O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

HARDY, Jane. “Radical economics, Marxist economics and Marx’s economics”, *International Socialism*, nº 149, janeiro de 2016.

KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREGEL, Jan. “Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and the post-Keynesian.”, *The Economic Journal*, 86, jun. 1976, p. 209-225.

LAVOIE, Marc. *Post-Keynesian economics – New Foundations*. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da economia política*. Volume I, livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

_____. *O capital* – Crítica da economia política. Volume III, livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

_____. *Grundrisse* – Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Teorias da mais-valia*. Volume II. São Paulo: Difel, 1980.

MATTICK, Paul. “Marx e Keynes.” In: *Marx & Keynes: os limites da economia mista*. Lisboa: Antígona, 2010, p. 33-41.

MÜLLER, Marcos L. “Exposição e método dialético em ‘O capital’”, *Boletim Seaf*, nº 2, 1982.

PRADO, Eleutério F. S. “O todo e as partes: a questão da emergência.” In: *Economia e Complexidade* – Tomo III. São Paulo: Plêiade, 2014, p. 145-169.

_____. “Capitalismo: contradição e dinâmica.” In: *Economia e Complexidade* – Tomo III. São Paulo: Plêiade, 2014, p. 111-144.

_____. “Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 37, 2014, p. 119-142.

_____. “Kalecki: entre Marx e Keynes”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 44, 2016, p. 65-84.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Editora Abril, 1983.

SHAIKH, Anwar. *Capitalism – Competition, conflict, crises*. New York: Oxford University Press, 2016.

SNOWDON, Brian & Vane, Howard R. *Modern macroeconomics – Its origins, development and current state*. Cheltenham, RU: Edward Elgar, 2005.

SOROMENHO, Jorge E. de C. “Hayek, Hicks e a ascensão do walrasianismo.”, *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. 2 (45), 2012, p. 219-244.

TAVEIRA, Alexandre P.; CLEMENTE, Leonel T. & CLEMENTE, Ademar. “Demanda efetiva em Marx e Keynes: uma crítica às tentativas de assimilação.” In: *Anais do XVI Encontro Nacional da Região Sul*, 2013.

Notas

1. Nesse sentido, como ficará claro, o artigo não quer mapear as muitas correntes da macroeconomia; ele também não quer distinguir o conjunto das correntes heterodoxas das correntes ortodoxas (LAVOIE, 2014, cap. 1). O seu foco, em última análise, está posto na questão sobre como se apreende a complexidade do sistema econômico.

2. Segundo dois importantes historiadores da macroeconomia, “nenhum economista clássico sustentou todas as ideias [...] que permitiram caracterizar a teoria clássica como um corpo teórico consistente” (SNOWDON & VANE, 2005). Na verdade, o que Keynes chamou de “teoria clássica” configurou-se, depois, como “macroeconomia neoclássica”.

3. As palavras “poupança” e “investimento” têm sentidos diferentes quando usadas nos contextos das obras de Keynes e de Marx. Em Keynes, “investir” significa “gastar parte da renda para elevar o nível da renda no futuro”. Em Marx, significa “aplicar capital para obter mais capital”, isto é, “valorizar o valor”. Em Keynes, “poupar” significa “preferir o consumo futuro em relação ao consumo presente”. Em Marx, tende a significar “reservar parte do lucro para acumular, para obter mais lucro”.

4. Note-se que a tese de Hardy apenas faz sentido se ela faz referência a “qualquer teoria que explica as crises em geral”, pois é evidente que uma crise pode ser provocada de modo particular, eventualmente, por exemplo, por uma intervenção desastrosa do Estado – o que é, em princípio, possível.

5. Uma boa compreensão dessa questão, assim como dessas duas possibilidades, requer a leitura atenta de um texto anteriormente publicado do autor do presente artigo (PRADO, 2014).

6. Kregel, notando a incongruência entre essa noção de equilíbrio e a noção de tempo histórico em que nenhum equilíbrio estacionário é realmente possível, afirma, em complemento, que “Keynes não esperava que este ocorresse naturalmente em qualquer economia real, mas permitia que ocorresse em seu modelo estacionário por motivo pedagógico” (KREGEL, 1976, p. 217). Aqui se duvida dessa explicação complementar, inclusive, porque ela não pode ser encontrada no texto do próprio Keynes.

7. Mas, evidentemente, é possível considerar que certos níveis de estoque acabem se apresentando como “normais”, de modo objetivo, nos processos econômicos dos mercados.

8. Para Marx, o dinheiro é obviamente ativo (e, portanto, não neutro) no funcionamento do sistema econômico, pois, como se sabe, ele é meio de entesouramento, apresentando-se também como uma forma do capital. Entretanto, quando se aponta a “não neutralidade da moeda” como característica definidora de sua compreensão do dinheiro, é porque ainda se está prisioneiro (ainda que por recusa) da perspectiva da teoria neoclássica. .

9. O multiplicador keynesiano continua existindo nessa perspectiva que vem de Marx, mas é muito menos efetivo do que parece na perspectiva keynesiana.

10. Considerando uma equação a diferenças finitas simples de apenas uma variável $x_t = f(a, x_{t-1})$, tem-se que x^* é um ponto atraente, se $x_t \rightarrow x^*$ numa vizinhança de x^* . O ponto x^* será fixo, se $x_t = x^*$ doravante, para qualquer t . Se havia história, ela era meramente cinemática; no ponto fixo, essa “história” repete-se identicamente e, por assim dizer, chega ao fim. A dialética por meio da qual Marx apreende a realidade do modo de produção capitalista é incompatível com a análise dinâmica regular, mesmo se assume, mais raramente, o caráter recorrente e cíclico que está presente no pensamento econômico em geral.

11. Marx não mantém a crença dos economistas clássicos de que o sistema econômico do capital tende ao equilíbrio, restabelecendo assim, constantemente, uma certa harmonia de funcionamento. O momento do desajuste e da crise encontra-se, nele, muito mais acentuado. Na verdade, para Marx, o capitalismo é governado pelo movimento de uma abstração que tem metaforicamente a natureza de uma besta (ou seja, de um animal de grande porte desgovernado).

12. Ver também Freeman sobre este ponto que é, em geral, muito mal compreendido, mesmo entre os marxistas (FREEMAN, 2015).

13. Nesse trecho que consta no primeiro volume de *O capital*, Marx está se referindo especificamente à forma preço e aos desajustes entre o preço e o valor. No volume III de *O capital*, pode-se ler, em complemento, que o “valor” ou o “preço de produção” é “o centro de gravitação em torno do qual giram os preços [das mercadorias] e em relação ao qual suas contínuas altas e baixas se compensam” (MARX, 1983b, p. 138). Ora, esse modo de compreender o equilíbrio econômico vale em geral para os processos de ajuste micro e macroeconômicos inerentes ao funcionamento do modo de produção capitalista.

14. Elencam-se assim, usualmente, as características de um sistema complexo: possuem grande número de componentes; os componentes interagem dinamicamente; as interações são variadas e ricas; as interações apresentam padrões não lineares; não há, em geral, conexões diretas entre elementos distantes; o seu funcionamento depende de muitos processos de realimentação; é aberto; opera sempre fora do equilíbrio, quando este existe; a história do sistema é importante para entendê-lo; as partes do sistema não têm acesso a toda informação gerada no sistema como um todo; as partes interagem com base em informação local; as propriedades do sistema como um todo são emergentes.

15. Delas ganha, em contrapartida, a crítica de que é pragmaticamente irrelevante.

16. Na totalidade, como bem se sabe, as partes e o todo formam uma unidade de contrários, determinando-se mutuamente.

17. É certo que Marx escreveu o seguinte: “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar do modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair [como também subir, ele poderia ter dito] transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa de média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda” (MARX, 1983b, p. 164).

18. É preciso registrar aqui que Taveira, Clemente e Clemente (2013) também procuraram mostrar, de modo convergente com aquele aqui apresentado, que Marx e Keynes não podem ser assimilados. Eles trataram de várias questões, mas não tomaram as diferenças entre eles como discrepâncias que se originam na compreensão (analítica ou dialética) do sistema econômico como um sistema complexo.

FABIO LUÍS BARBOSA DOS SANTOS

**NEODESENVOLVIMENTISMO OU NEOLIBERALISMO:
INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E
IDEOLOGIA**

Recebido em Agosto de 2015

Aprovado em Outubro de 2016

NEODESENVOLVIMENTISMO OU NEOLIBERALISMO: INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E IDEOLOGIA

Resumo

Este texto objetiva contribuir com o debate em torno do sentido da integração regional sul-americana protagonizada pelo Brasil em anos recentes. Nossa hipótese é que existe uma correspondência ideológica entre a proposição de que as gestões petistas avançam um projeto neodesenvolvimentista para o país, e o diagnóstico de que promovem uma integração regional “desenvolvimentista” ou “pós-liberal”, cuja premissa comum é uma minimização das continuidades estruturais determinadas pela política macroeconômica neoliberal praticada pelas gestões petistas desde 2003.

Palavras-chave: Integração sul-americana; neodesenvolvimentismo; neoliberalismo.

Classificação JEL: F02

Abstract

Neo-developmentalism or neoliberalism: South American regional integration and ideology

This article contributes to the debate about the meaning of the recent South American integration process led by Brazil. Our hypothesis is that there is an ideological correspondence between the idea that the recent federal PT (Workers Party) administrations in Brazil have advanced a new developmentalism project, and the diagnosis that a “developmentalism” or “post neoliberal” regional integration has

**FABIO LUÍS BARBOSA
DOS SANTOS**

Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

been promoted. Both proposals minimize the structural continuities imposed by the neoliberal macroeconomic policies which have been enforced by PT administrations since 2003.

Keywords: South American integration; neo-developmentalism; neoliberalism

Introdução

Em um movimento que se confunde com a própria globalização, a aceleração das tendências à financeirização do capitalismo pressionou por uma abertura econômica multilateral no contexto do colapso soviético, associada à difusão da agenda política identificada com o neoliberalismo, em um processo cuja racionalidade reforçou a liderança geopolítica dos Estados Unidos e culminou com a institucionalização de um regime multilateral de comércio referido à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994 (BRENNER, 2003; GOWAN, 2003; PANITCH; GINDIN, 2006). Projetos de integração regional voltaram ao debate político nesta conjuntura, que assistiu à formação de blocos econômicos nos marcos da concorrência intracapitalista, como a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation* – 1989) e a União Europeia (1992).

Expressão regional deste movimento, a implementação de um acordo de livre comércio

entre Estados Unidos, México e Canadá em 1994 (NAFTA – *North American Free Trade Agreement*) selou o atrelamento da política externa mexicana aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a administração Bush lançou na 1ª Cúpula das Américas, em Miami, o projeto da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas). Diante deste cenário, a diplomacia brasileira visualizou, progressivamente, a América do Sul como referência geográfica de um projeto de liderança regional, perspectiva que se materializou em uma aproximação entre o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina das Nações), como uma estratégia para a constituição de um bloco econômico alternativo no espaço sul-americano (IPEA, 2010; FUNAG, 2012; LIMA & COUTINHO, 2007). É neste contexto que surgiu, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a proposta da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), constituída como um mecanismo institucional de coordenação de ações dos doze países da América do Sul, com o objetivo de construir uma agenda comum de infraestrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações.

Proposta em uma cúpula de presidentes sul-americanos em Brasília, em 2000, originalmente pensada como a dimensão de infraestrutura de

um projeto de integração regional referenciada no regionalismo aberto, a IIRSA foi retomada pelo governo Lula, a despeito de mudanças na política externa propostas por esta gestão. Com a constituição da UNASUL em 2008, a iniciativa foi incorporada ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) desta organização no ano seguinte, instrumento político por meio do qual se pretendia subordinar a carteira de projetos da iniciativa a um projeto de integração de sentido distinto. Consumou-se, portanto, uma situação paradoxal, na medida em que a IIRSA converteu-se no esteio material de uma organização identificada com um projeto de integração regional que postulava uma inversão das premissas que orientaram sua constituição original.

Autores identificam no contexto em que foi proposta a IIRSA, ainda na gestão Cardoso, um reconhecimento da necessidade de reorientar os parâmetros da política externa até então prevalente. Embora sinalizando para uma integração sul-americana referenciada no que a CEPAL descreveu neste momento como um “regionalismo aberto” – uma modalidade de integração regional orientada à abertura comercial multilateral (CEPAL, 1994) –, a ênfase em uma agenda para a América do Sul nos dois últimos anos deste governo emergiu, simultaneamente, como uma forma de contornar a crise do MERCOSUL e avançar no processo de integração regional, entendida

como premissa para recuperar autonomia diante dos Estados Unidos no contexto da administração Bush (VIZENTINI, 2005). Segundo Cervo, três fatores confluíram para este movimento, que seria consolidado na gestão seguinte: a constatação do malogro das experiências neoliberais nos anos 1990 na América Latina, atestado por dados da CEPAL; a percepção de que os países do centro não aplicavam as medidas que recomendavam aos países do subcontinente; e a subsistência de um pensamento crítico no Brasil e na América Latina, que serviu como substrato para a formulação de um norte alternativo para a diplomacia no país e na região (CERVO, 2003).

Apesar do reconhecimento de linhas de continuidade entre as gestões e de que a prioridade em relação à América do Sul antecede a eleição de Lula em 2002 (SILVA, 2010), prevalece entre os analistas em polos díspares do espectro político a leitura de que a política externa praticada pelos governos Lula (2003-2010) representa uma inflexão em relação à dinâmica prevalente nos governos anteriores, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como analisaremos adiante. Para se diferenciarem em relação à gestão anterior, os simpatizantes da política externa petista referem o projeto de integração regional a uma inflexão na diplomacia brasileira, em sintonia com a ascensão de governos progressistas de diferentes matizes

entre o final dos anos 1990 e o início do século XXI no continente, questionando as políticas neoliberais domésticas e regionais prevalentes¹. Neste contexto, o Estado brasileiro teria abandonado o regionalismo aberto característico dos anos anteriores em nome de uma política que enfatiza a integração sul-americana como estratégia de inserção internacional soberana, descrita como “regionalismo desenvolvimentista” ou “pós-neoliberal” (SERBIN; MARTÍNEZ & RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Nesta perspectiva, sugere-se que esta modalidade de integração promoverá “a integração física entre os interiores dos países, passo fundamental para a integração de cadeias produtivas de fornecedores e produtores relacionados, objetivando a formação de economias de escala e a própria integração das sociedades sul-americanas” (DESIDERA NETO & TEIXEIRA, 2012, p. 32).

No entanto, os argumentos que sustentam esta leitura não se mostram convincentes (PADULLA & COUTO, 2012), e esta proposição tem sido problematizada por diversas evidências políticas, que incluem o paradoxo vivenciado pela diplomacia brasileira na crise que culminou na deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai em 2011 (SANTOS, 2013a), além dos numerosos conflitos socioambientais envolvendo a expansão das empreiteiras brasileiras no continente, apoiada na atuação controversa do BNDES (VERDUM, 2008;

INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO, 2009; CARVALHO & ALMEIDA, 2009), o que levou um analista a descrever a IIRSA como uma espécie de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a América do Sul, sugerindo que esta cooperação responde aos interesses de internacionalização destas empresas (CECEÑA; AGUILAR & MOTTO, 2007). Nesta perspectiva, esta modalidade de integração é vista como um processo de organização do território em unidades de negócio, no qual a IIRSA constitui “uma metodologia de repasse de recursos naturais, mercados potenciais e soberania a investidores privados, em escala continental, com respaldo político e segurança jurídica” (NOVOA GARZÓN, 2011). No plano teórico, ressurgem reflexões que resgatam, de modo explícito ou não, as proposições de Ruy Mauro Marini nos anos 1970 (MARINI, 2000), apontando para o que este autor descreveu como um “subimperialismo brasileiro” (FONTES, 2012; LUCE, 2007; ZIBECCHI, 2012).

Em última análise, a polêmica em torno do caráter da IIRSA e do projeto de integração regional em curso no subcontinente remete a uma apreciação sobre o sentido das gestões presidenciais petistas no Brasil. De modo geral, observa-se uma tendência em estabelecer uma correspondência entre “regionalismo desenvolvimentista” ou “pós-neoliberal”, e um projeto nacional “neodesenvolvimentista”, ou “pós-neoliberal”².

Neodesenvolvimentismo e integração regional

O caráter ideológico da proposição neodesenvolvimentista (SICSÚ; PAULA & MICHEL, 2005; MERCADANTE, 2010) foi evidenciado em diversos trabalhos que demonstram a orientação conservadora da política econômica dos governos petistas (PAULANI, 2008; FIORI, 2011; SAMPAIO JR, 2012; CASTELO, 2012). Não pretendo reconstruir este debate, nem seus contrapontos, pois o foco do texto é a economia política da integração regional, que será examinada adiante. Porém, é relevante delinear os contornos desta argumentação crítica, para estabelecer uma correspondência entre o discurso econômico e a ideologia da política externa.

O sentido geral do argumento no campo da economia foi sugerido por Leda Paulani, ao mostrar como se consumou, no governo Lula, um processo iniciado durante as gestões Cardoso, orientado a fazer do Brasil uma “plataforma de valorização financeira internacional”. A abertura do mercado brasileiro de títulos públicos e a abertura financeira do país por meio de alterações nas contas CC5 entre 1992 e 1994 criaram “a forma e a substância” da inserção do Brasil nas finanças mundializadas, confirmando seu papel como emissor de capital fictício, e criando assim as condições para a implementação do

Plano Real. Nos marcos deste movimento, a promulgação da lei de responsabilidade fiscal (2000) sinalizou para os fundamentos jurídicos e políticos da almejada “credibilidade” internacional, um eufemismo do que Paulani descreve como “servidão financeira”, uma vez que a manutenção da “confiança dos mercados” supõe a permanente subordinação da política econômica a estes interesses. A inscrição deliberada do governo Lula nesta lógica, que se evidenciou na continuidade macroeconômica, mas também nas reformas da previdência e na nova lei de falências aprovadas em seu primeiro mandato, lastreiam a avaliação de que suas gestões constituem “a mais completa encarnação” do neoliberalismo (PAULANI, 2008, p. 10).

No campo produtivo, a estratégia adotada tem sido apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetor do desenvolvimento capitalista nacional. Nos anos 1990, o processo de internacionalização da economia brasileira avançou principalmente por meio da liberalização das importações, do fluxo de capitais e da privatização das principais empresas nacionais, resultando em uma desnacionalização da produção que correspondeu a uma internacionalização do mercado doméstico, ao mesmo tempo em que estimulou a concentração de capitais e a diversificação econômica de alguns dos

grandes conglomerados nacionais, muitas vezes envolvidos com as privatizações. Estes setores concentrados e oligopolizados do capitalismo brasileiro, que frequentemente operam como uma extensão de negócios dominados por transnacionais, receberam um impulso para a expansão regional de suas atividades a partir de 2003, quando o BNDES ofertou uma nova linha de crédito especial para estimular a inserção externa destas empresas, desde que promovessem as exportações brasileiras. Assim, política de crédito e política externa articularam-se em prol deste movimento.

No plano ideológico, a política econômica conservadora praticada por um partido identificado com aspirações progressistas ensejou uma redução do debate político aos parâmetros liberais da gestão responsável e, portanto, da microeconomia. É neste contexto que prosperou a ideologia neodesenvolvimentista. O denominador comum entre as diferentes formulações neste campo é o diagnóstico de que o país deve buscar uma via alternativa entre a financeirização que caracteriza o neoliberalismo e o nacionalismo associado ao desenvolvimentismo, recuperando a ênfase nas atividades produtivas em detrimento do rentismo, mas sem incorrer em inflação, populismo fiscal e outras mazelas que remetem ao nacional-desenvolvimentismo. Supostos aspectos salutares do neoliberalismo,

associados à estabilidade monetária, à competitividade internacional e à liberdade para os capitais, devem ser conciliados ao crescimento econômico, ao desenvolvimento industrial e à participação do Estado, sobretudo na esfera social, identificados com o desenvolvimentismo. Fiori descreve o novo desenvolvimentismo como:

[...] um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do estado, o “neo-desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações. (FIORI, 2011)

Elidindo múltiplos antagonismos teóricos e políticos, este enfoque releva as contradições entre a inserção internacional brasileira como plataforma de valorização do capital financeiro internacional e a afirmação das bases sociais, econômicas, políticas e culturais do Estado nacional, instrumento imprescindível para qualquer projeto de nação. A função política da ideologia novo-desenvolvimentista, segundo Sampaio Jr., seria dupla

[...] diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de ‘neoliberal’ e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas (SAMPAIO JR., 2012).

O ideário neodesenvolvimentista encontra correspondência no campo das relações internacionais nas diversas formulações que reconhecem uma inflexão progressista na política externa praticada pelos governos Lula (2003-2010) em relação à dinâmica prevalente nas gestões que o antecederam, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). De modo análogo ao que ocorre na economia, esta leitura é dominante entre os simpatizantes dos governos petistas, a despeito das permanências percebidas. Segundo Amorim, em um texto referente da sugerida guinada, a política externa praticada a partir de então enfatiza: o aprofundamento da integração regional, balizada por uma “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos”; a retomada da tradição multilateral do Brasil, envolvendo parcerias estratégicas com países afins em todos os continentes e, em particular, uma reaproximação com os continentes asiático e africano, embora sem prejuízo das relações harmônicas com os países desenvolvidos; por fim, a inclusão da temática social, expressa na proposição de “uma ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza” (AMORIM, 2004).

Referenciada a estas diretrizes, a política externa do governo Lula foi analisada sob distintos prismas, e descrita alternativamente como “desenvolvimento temperado” por Vizentini (2008); como “autonomia pela diversificação” por Vigevani e Cepaluni (2011); analisada em referência a “eixos combinados” por Pecequilo (2008). Uma das formulações mais influentes afinada com esta perspectiva, que reconhece uma inflexão positiva na diplomacia das gestões petistas, endossando a intenção enunciada pelo ministro Celso Amorim de combinar “a promoção da liberalização comercial e da justiça social”, é a leitura proposta por Amado Cervo nos marcos de uma mudança de paradigma entre o “Estado normal” e o “Estado logístico”, cujo conteúdo é sintetizado na seguinte passagem:

A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, manter-se na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado. (CERVO, 2003)

Por outro lado, as críticas de maior circulação à orientação da política externa das gestões petistas denunciam seu suposto caráter ideológico, procurando associá-la a uma emanação extemporânea do terceiro-mundismo dos anos 1960; a um apoio equivocado a regimes

considerados autoritários (LAMPRÉIA, 2013); e a uma expressão infantil de antiamericanismo (GONÇALVES, 2013a, p. 106). Em uma resenha das interpretações sobre a política externa do primeiro governo Lula, Almeida indica que análises neste diapasão encontram ampla acolhida em grandes veículos da imprensa nacional a partir de textos produzidos por jornalistas, mas também se evidenciam nos escritos de professores como Marcelo de Paiva Abreu, do departamento de economia da PUC-Rio, e Eduardo Viola, do IREL-UnB (2006). Escrevendo em 2006, o diplomata opina que:

[...] não existe ainda uma “interpretação tory” (isto é, conservadora, ou de direita) da política externa brasileira, cujos fundamentos conceituais continuam solidamente ancorados no desenvolvimentismo e no nacionalismo. Esse fator analítico-interpretativo não permite construir os fundamentos políticos de uma eventual crítica de “direita” (ou “liberal”) à atual política externa, que continuará gozando, aparentemente, de amplo apoio em diferentes segmentos da sociedade. (ALMEIDA, 2006)

No que tange especificamente à projeção regional brasileira, escritos recentes sob esta ótica enfatizam os óbices encontrados pelas gestões petistas para a realização dos objetivos propostos, apontando problemas de liderança e confiabilidade; ausência de uma estratégia de longo prazo; contradições entre os interesses dos países envolvidos, referidos às diferenças na estrutura produtiva; reticências entre

os vizinhos em relação a um protagonismo regional brasileiro (SORJ & FAUSTO, 2011). Embora estes e outros problemas sejam reconhecidos por autores de tendência diversa, a reflexão de viés liberal indica um potencial esvaziamento (RICUPERO, 2009) ou, quando menos, uma revisão do sentido e do alcance do projeto de integração sul-americana proposto nos marcos da UNASUL, embora a importância da região para o Brasil não seja subestimada³:

Nesta visão, que se apoia em evoluções estruturais da economia brasileira e no crescente protagonismo do Brasil em arenas de negociação globais e multilaterais, um investimento significativo do país na região não é inevitável e nem necessariamente desejável. A integração regional não é vista como elemento essencial da política externa brasileira e a importância atribuída à região deveria ser relativizada à luz dos interesses crescentemente diversificados do país, em termos geográficos. O aumento da integração do Brasil com a economia mundial seria o principal objetivo da estratégia de inserção internacional do Brasil, balizando a sua política regional (RIOS & VEIGA, 2011).

A despeito da diferença de enfoque, observa-se uma convergência em ambos os polos do espectro político em relação à importância de avançar obras de infraestrutura promovendo a integração continental. Neste contexto, a consecução da IIRSA é defendida por autores que se situam nos marcos do regionalismo aberto, como José Botafogo Gonçalves, quem

se queixa de que a iniciativa “tem sido pouco prestigiada, quando talvez seja a instituição que mais dinamismo possa dar à integração sul-americana”, e defende a prática de uma “diplomacia infraestrutural” (GONÇALVES, 2013b, p. 268).

Assim, as posições associadas às polaridades da política brasileira contemporânea revelam uma concordância fundamental em relação ao padrão de desenvolvimento que se projeta para o país, como plataforma de expansão do capital multinacional e exportador de gêneros primários, exigindo uma ulterior integração da infraestrutura regional para avançar.

Subjacente a ambas as leituras, está o que Celso Furtado descreveu como “mito do crescimento econômico” como horizonte político. As diferenças entre os enfoques estão referidas aos meios propostos para alcançar este objetivo: enquanto os tucanos apostam na liberalização radical como via para a competitividade internacional, os petistas mobilizam a integração regional para este mesmo propósito, associado ao desígnio de fortalecer o prestígio internacional do país, sob a égide de um mal disfarçado nacionalismo.

Economia política do regionalismo desenvolvimentista

O substrato econômico da política de integração regional petista foi a estratégia do governo brasileiro de apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetor do desenvolvimento capitalista nacional: é a política das “campeãs nacionais”. Este apoio materializou-se, principalmente, por meio de uma diplomacia empresarial, praticada pelo Itamaraty, e pela política de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como decorrência de uma nova linha de crédito, autorizada mediante alteração estatutária em 2003, o crédito concedido com a finalidade de estimular a projeção externa destas empresas, por meio do programa BNDES Exim, saltou, entre 2003 e 2009, de US\$ 42 milhões para US\$ 1,26 bilhão, configurando um aumento de cerca de 3000% (FOLHA, 2009). Em 2010, o volume de crédito movimentado pelo BNDES atingia US\$ 96,32 bilhões, o que era 3,3 vezes superior aos US\$ 28,6 bilhões concedidos pelo Banco Mundial neste ano, e muito mais do que os US\$ 11,4 bilhões movimentados pelo BID. Esta expansão esteve diretamente relacionada ao crescimento da economia brasileira, cujo PIB naquele ano crescera 7,5% nos marcos do *boom* das *commodities*, colocando o país como

a sétima economia mundial (CARCANHOLO, 2010).

Além do retorno das operações, a principal fonte de financiamento do BNDES é ao menos 40% dos depósitos compulsórios do PIS-PASEP, segundo estabelece o artigo 239 da Constituição. Além disso, recursos têm sido canalizados pelo Tesouro Nacional. Na realidade, a participação do Tesouro Nacional elevou-se de R\$ 3,8 bilhões, ou 3,4% do total, em 2001, para R\$ 450 bilhões, ou 54% do total, em 2014. Esta política também teria uma pretensão anticíclica, visando mitigar os efeitos da crise mundial desencadeada em 2008 (PINTO & REIS, 2016).

No entanto, estas políticas implicam em empréstimos a juros subsidiados pelo BNDES. Isso porque as taxas de juros de longo prazo (TJLP) praticadas pelo banco para a maioria de seus fundos são mais baixas e menos voláteis do que os acordos de recompra federal referidos à SELIC, uma vez que os juros brasileiros estão entre os mais altos do mundo: 5,64% no começo de 2015, comparado a 4,10% para China; 3,60% para Rússia; 2,75% para Índia; 0,45% para África do Sul (PINTO & REIS, 2016). Assim, no final do segundo mandato de Lula, títulos governamentais eram emitidos com base na taxa Selic, que naquele momento estava em 11,75%, enquanto os empréstimos do BNDES estavam referidos à TJLP, cotada em 6%. Calcula-se que o custo fiscal destes

empréstimos, em 2009, esteve em torno de 85% do orçamento do Bolsa-Família naquele ano (ESTADO, 2009). Evidentemente, esta diferença entre os custos para o governo captar dinheiro e os juros subsidiados tem impacto fiscal, afetando a dívida nacional.

Beneficiaram-se deste apoio setores concentrados e oligopolizados do capitalismo brasileiro, notavelmente no campo da construção civil e da exportação primária, em torno a produtos como soja, etanol, minérios, carne, petróleo e outros, em um processo descrito criticamente como uma “otimização das especializações econômicas regressivas” (NOVOA GARZÓN, 2008, p. 192). A justificativa para este foco é a avaliação de que são os setores em que o país é mais competitivo internacionalmente.

Outra forma de apoiar esta internacionalização é a atuação do BNDES Participações S.A. (BNDESPar), que capitaliza empresas por meio da aquisição de ações ou debêntures. Em 2009, o BNDESPar detinha participação em 22 multinacionais com sede no Brasil, e investimentos que totalizavam R\$ 92,8 bilhões, correspondente a 4% da capitalização total do mercado acionário brasileiro (TAUTZ *et al*, 2010, p. 261). Em 2012, 89% das ações do BNDESPar concentravam-se nos seguintes setores: petróleo, mineração, papel e celulose, energia e frigoríficos (GARZÓN, 2013).

A ação do banco intensificou a concentração de capitais em setores da economia brasileira. Este movimento foi acelerado com a crise mundial iniciada em 2008, e atingiu um recorde em 2010, quando se registraram mais de 700 operações de fusões e aquisições de empresas brasileiras. Para dar alguns exemplos: o banco proporcionou R\$ 6 bilhões ao grupo JBS para aquisições no Brasil e no exterior, que a converteram na maior produtora de carne do mundo; R\$2,4 bilhões para a Votorantim Celulose adquirir a Aracruz Celulose, resultando também em uma das maiores produtoras de celulose, a Fibria; mais de R\$1,5 bilhão para a fusão da Sadia com a Perdigão, tornando o grupo Brasil Foods o maior exportador mundial de frango (SAGGIORO, 2012).

O primeiro caso é emblemático: dois anos depois de financiar a compra da maior empresa de carne bovina na Argentina, a estadunidense Swift Armour, o BNDESPar injetou R\$ 4,5 bilhões no conglomerado JBS-Friboi para a compra da Swift&Co. e Pilgrim's Pride Corp nos Estados Unidos. Em 2008, o BNDES-Par detinha 20% das ações da empresa, participação que chegou, em anos seguintes, a 35%, como forma de eliminar dívidas e debêntures. Até 2010, o BNDES já investira mais de R\$ 7,5 bilhões na JBS (ESTADO, 2010).

A trajetória da JBS também ilustra o movimento de capitais brasileiros na direção

argentina, país que atravessou uma aguda crise que culminou na derrubada de cinco presidentes no final de 2001. Em 2003, a Petrobras adquiriu o controle da Perez Compac (empresa petrolífera argentina), incrementando sua presença no país desde então; a Camargo Corrêa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra (2005); em 2010, a Vale adquiriu os ativos argentinos da empresa anglo-australiana Rio Tinto (Projeto Potássio Rio Colorado); e a Votorantim, que já possuía ações da siderúrgica AcerBrag, adquiriu 50% da Cimentos Avellaneda; no setor de serviços, o Banco do Brasil adquiriu o Banco da Patagônia (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2010; LUCE, 2007).

No entanto, o protagonista da expansão internacional dos negócios brasileiros foi a construção civil, setor que se fortaleceu sob a ditadura (1964-1985) e diversificou suas atividades ao se envolver com as privatizações nos anos 1990, também impulsionadas pelo BNDES (CAMPOS, 2009). De modo geral, estas empresas tornaram-se conglomerados diversificados, que têm na construção apenas mais um ramo de atividade. Deve-se lembrar que o setor também foi estimulado pela gestão petista por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de modo que há quem interprete este apoio do BNDES à expansão internacional das empreiteiras como uma extensão do PAC (GARZÓN, 2013).

Entre 2001 e 2010, o repasse de recursos do BNDES para obras de empreiteiras brasileiras no exterior aumentou 1.185%, passando de US\$ 72,897 milhões para US\$ 937,084 milhões. Durante os dois governos Lula, entre 2003 e 2010, foram investidos mais de US\$ 10 bilhões em financiamento a obras na região, muitas delas referidas à IIRSA. Estas obras incluem: a construção e a ampliação da rede de gasodutos argentina (US\$ 1,9 bilhão, Odebrecht e Confab), o aqueduto do Chaco neste país (US\$ 180 milhões, empresas CNO, Techint, OAS e ISOLUX); a rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari (US\$ 332 milhões, empresa OAS), o Projeto Hacia el Norte - Rurrenabaque-El-Chorro (US\$ 199 milhões) e a Rodovia Tarija- Bermejo (US\$ 179 milhões, Queiroz Galvão), todos na Bolívia; ampliação do metrô de Santiago do Chile (US\$ 209 milhões, Alstom); a construção da ponte sobre o rio Tacutu na Guiana (US\$ 17,1 milhões), a segunda ponte sobre o rio Paraná no Paraguai (US\$ 200 milhões), e a ponte Assis Brasil-Iñapari no Peru (US\$ 17,1 milhões); no Uruguai, a Rede de Distribuição de Gás de Montevideu, com US\$ 7 milhões (OAS); na Venezuela, a construção e ampliação do Metrô de Caracas (US\$ 943 milhões, Odebrecht) e a construção da Hidrelétrica La Vueltoza (US\$ 121 milhões, Alstom). A esta lista é necessário acrescentar grandes usinas hidrelétricas projetadas no Peru, na Venezuela, no Equador,

na Colômbia e na República Dominicana pelas empresas Odebrecht, Camargo Corrêa e OAS (SAGGIORO, 2012).

Muitos projetos apoiados pelo banco têm grande impacto socioambiental, além de envolverem empresas que desrespeitam sistematicamente a legislação trabalhista. Por estes motivos, sua atuação foi contestada pelo campo popular no Brasil e em outros países da região. Alguns exemplos desta atuação controversa incluem: a Usina São João, do grupo Brenco, que recebeu um empréstimo de R\$ 600 milhões, além de ter o BNDES-Par como sócio, foi autuada pelo Ministério Público do Trabalho por manter 421 trabalhadores em situação análoga à escravidão. O frigorífico Bertin, que recebeu R\$ 2,5 bilhões do banco, garantindo ao BNDESPar o controle de 27,5% das ações (antes de ser adquirido pela JBS), foi denunciado seguidas vezes por manter gado em áreas ilegalmente desmatadas. Em outro caso, R\$500 milhões foram emprestados ao grupo Alcoa para exploração de bauxita em território com licença ambiental expirada em Juriti, envolvendo diversos conflitos com a população local (TAUTZ *et al.*, 2010).

Os questionamentos à atuação do BNDES se replicaram no plano internacional. No âmbito das relações de trabalho, a situação mais famosa envolveu os operários da International Nickel Company of Canada (Inco), adquirida

pela gigante brasileira Vale do Rio Doce em 2006, que enfrentaram a nova direção da empresa em uma prolongada greve. No âmbito sul-americano, registram-se múltiplas controvérsias. No Equador, a tensão entre o governo Correa e a Odebrecht em função das irregularidades na construção da hidrelétrica de São Francisco conduziu os países à beira de uma crise diplomática em 2008. Na Bolívia, os conflitos em torno da construção de uma rodovia atravessando o TIPNIS, simultaneamente um parque ambiental e uma reserva indígena, são considerados como um divisor de águas na relação do governo Morales com os movimentos indígenas (ÁVILA, 2015). Apesar da repressão brutal à oitava marcha indígena em 2011, a obra adjudicada à construtora brasileira OAS, que contava com crédito de US\$ 332 milhões do BNDES, foi suspensa. Situação similar envolveu a construção de hidrelétricas na Amazônia peruana, impedidas até o momento pela resistência popular.

O caso peruano ilustra a estratégia regional brasileira. Em 2010, os presidentes Alan García e Lula da Silva assinaram um acordo prevendo a construção de cinco hidrelétricas na Amazônia peruana, que exportariam 80% da sua produção para o Brasil. A primeira e principal delas situar-se-ia em Inambari, obra adjudicada a um consórcio de três empresas brasileiras, liderada pela construtora OAS. Mais

além do projeto em si, pretendia-se desencadear um movimento orientado a acoplar a economia peruana ao Brasil, como aconteceu com a construção do gasoduto boliviano no final dos anos 1990, marco a partir do qual o Brasil se tornou o principal parceiro comercial deste país. Na visão dos formuladores brasileiros, o resultado é que se estreitariam os laços econômicos regionais, fortalecendo a base material para a autonomia política da região, sob a liderança brasileira (ARAÚJO, 2015; PALOSCHI, 2015).

Em linhas gerais, a racionalidade petista entende que a internacionalização de corporações brasileiras serviria de alicerce material para projetar regionalmente a influência do país, modificando seu padrão de inserção internacional. Ou, para usar o jargão do meio diplomático, tornar o Brasil um “*global player*”.

Foi nesta perspectiva que se criou, em 2008, a UNASUL. Em oposição à lógica pleiteada pela ALBA sob a liderança de Hugo Chávez, que apontava para formas de integração que transcendessem a racionalidade mercantil, avançando em uma direção contra-hegemônica de escopo latino-americano (CEREZAL, 2015), a UNASUL esteve pautada pelo mínimo denominador comum capaz de aglutinar políticas díspares na América do Sul, como as praticadas pelos governos de Venezuela e Colômbia naquele momento.

Mais além de realizações bem-vindas, porém de escasso impacto estrutural, como acordos para a convalidação de diplomas e compras conjuntas de vacina (NASCONE, 2015), esperava-se que a criação do COSIPLAN como organismo da UNASUL invertesse a racionalidade original da carteira de projetos associada à IIRSA. Em termos econômicos, este desafio implicava em minimizar o papel das instituições multilaterais que conceberam a iniciativa, o BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata* (FONPLATA). Isso porque a lógica estritamente mercantil que baliza estas instituições impedia o investimento em obras relevantes para a integração regional, mas pouco rentáveis. Esta presença deveria ser contrabalanceada com a atuação de outros organismos financiadores, notadamente o BNDES (BARROS, 2015). Simultaneamente, emergiram propostas na direção de uma nova arquitetura financeira regional, que resultaram na criação do Banco do Sul em 2009, com a adesão formal de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Do ponto de vista brasileiro, o movimento integracionista ampliava as frentes de negócio e fortalecia seu protagonismo político. Os demais países da região tinham duas motivações fundamentais para se acercar. Por um lado, há aqueles que enxergaram

a oportunidade de consolidar um campo político alternativo à influência estadunidense. Esta é a motivação subjacente aos países sul-americanos que integram a ALBA, uma iniciativa de integração potencialmente mais radical, que foi neutralizada, na prática, pela conduta brasileira. Por outro lado, há países que fazem negócios com o Brasil como fazem com qualquer país, como é o caso do Peru. Sintomaticamente, Venezuela e Peru são os dois países em que a Odebrecht, corporação que simboliza a expansão apoiada pelas gestões petistas, movimentou maior volume de negócios (CHAN, 2015).

De maneira geral, os países em que mais se intensificaram os vínculos comerciais brasileiros são aqueles com quem as gestões petistas mantiveram vínculos de proximidade política, como Argentina, Venezuela, Cuba e República Dominicana na América Latina. Fora do continente, esta associação entre afinidade política e intensificação comercial parece menos relevante, tendo em vista o volume de negócios com a tenebrosa ditadura angolana. Mas foi a busca de aliados políticos que motivou o ativo apoio à eleição de Ollanta Humala em 2011 no Peru, ainda que o candidato tenha dado às costas aos apoiadores brasileiros como presidente.

Desenvolvimentismo em crise

Como evoluiu este processo de integração regional? Do ponto de vista da política externa brasileira, que visava um desenvolvimento capitalista apoiado na internacionalização de suas corporações e, como decorrência, ambicionava um papel protagonista na política internacional, é possível afirmar que este projeto avançou com êxito durante as gestões de Lula (2003-2010). Neste período, o *boom* das *commodities* lastreou uma popularidade inquestionável, que permitiu ao presidente, inclusive, eleger uma virtual desconhecida como sua sucessora. Ao mesmo tempo, havia indícios de um novo papel para o país, entre a liderança na missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e a vitoriosa campanha para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos no país, todos triunfos de virtuosidade duvidosa.

Ao longo da primeira presidência de Rousseff (2011-2015), o processo ainda avançou, porém de forma intermitente. Ao perfil distinto da presidente, que não priorizou a agenda externa, nem a integração regional em seu mandato (RAMOS, 2015), somaram-se indícios de que a crise alcançava o país, prejudicando, por exemplo, os repasses do Tesouro Nacional ao BNDES.

Já em 2014, quando Rousseff se reelegeu, este projeto encontrava-se ameaçado em diferentes

frentes. Fundamentalmente, as condições econômicas que preservaram o Brasil dos impactos mais destrutivos da crise que eclodiu em 2008 já não se apresentavam, e havia indícios de recessão econômica. Por outro lado, numerosos escândalos evidenciaram os esquemas de corrupção que constituem o *modus operandi* de fazer negócio das empreiteiras, no país e fora dele. Estas revelações minaram a confiabilidade do governo e do partido que o comandava, mas também ameaçaram as bases do projeto capitalista por eles defendido. Paradoxalmente, a exigência de transparência nas prestações de contas do BNDES deixou de ser uma consigna dos movimentos populares e foi apropriada pela direita nas ruas.

Mesmo antes da crise se agudizar, o BNDES mostrava-se mais preocupado com as investigações do que com os investimentos, inclusive porque os cortes orçamentários somados ao decréscimo das receitas oriundas do FAT diminuíram os capitais disponíveis para investimento de longo prazo (PINTO & REIS, 2016).

Por outro lado, diversos indícios questionavam a eficácia da estratégia das “campeãs nacionais”. Em primeiro lugar, algumas empresas que receberam vultosos aportes do banco passaram, pouco depois, para o controle internacional. Foi este o caso do conglomerado de bebidas Ambev, que se fundiu com uma corporação belga e teve

sua sede transferida para este país; da usina de etanol Santa Elisa, adquirida pela francesa LDC Dreyfuss depois de ser apoiada pelo BNDES; da EBX, que se associou a empresas de capital chinês e coreano após aprovar grandes volumes de crédito público para seus projetos; da Alunorte e da Alumiar, empresas vendidas pela Vale para a norueguesa Norsk Hydro, entre outros casos (TAUTZ *et al.*, 2010). Também houve situações como a operação da Odebrecht no Peru, que se autonomizaram: registrada legalmente como uma empresa local, já não tem projetos apoiados pelo BNDES, mas tampouco colabora para a exportação de serviços e produtos brasileiros (CHAN, 2015). No conjunto, há escassa evidência de que o apoio prestado pelo BNDES potencializou o crescimento nacional. Por outro lado, há indícios de que as “campeãs nacionais” acessaram créditos de longo prazo para reduzir custos de capital, ou mesmo para lucrar por meio da manipulação das taxas de juros, em operações de arbitragem (BONOMO *et al.*, 2014).

Às dificuldades domésticas do governo petista, somam-se óbices para consolidar a proposição de que o COSIPLAN imprima um sentido diverso à IIRSA. De acordo com esta perspectiva, a infraestrutura projetada contribuiria para a endogeneização do crescimento, a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. O núcleo do problema é que o conjunto de bancos na origem da iniciativa

(BID, CAF e Fonplata) preservam, na prática, poder para pautar a agenda de projetos – por exemplo, são estes bancos que financiam os estudos que antecedem os projetos, e o comitê técnico da IIRSA continua sendo integrado por representantes destas três instituições (PARKINSON, 2015).

Por outro lado, a proposição de uma “nova arquitetura financeira” orientada a reduzir a dependência da região em relação às instituições financeiras internacionais tem sido bloqueada pelo próprio Brasil. Prevaecem objeções do Banco Central e do Ministério da Fazenda em utilizar as reservas internacionais para financiar o investimento, enquanto se continua a receber juros de 1% em títulos do tesouro estadunidense, ainda que na outra ponta desta engenharia financeira se paguem os juros mais altos do mundo. Embora um dos principais proponentes da “nova arquitetura”, o economista equatoriano Pedro Paes, minimize esta questão, argumentando que o aporte de reservas internacionais seria precedida de numerosas medidas que não implicam ônus desta natureza aos países (PAES, 2015), prevalece a percepção de que o motivo para o Banco do Sul não ter decolado é político: a instituição prevê igual poder de voto para os países, independentemente do aporte que realizem, em um modelo diferente daquele do FMI. Este arranjo não interessaria à pretendida liderança brasileira, o que evidencia as motivações de

poder subjacentes ao discurso de integração regional (ACOSTA, 2015).

A fragilidade da proposição integracionista também é explicitada pela constatação de que, em 2014, 477 projetos da carteira COSIPLAN eram obras nacionais, 95 binacionais, cinco trinacionais e somente dois projetos eram multinacionais, envolvendo Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em projetos de telecomunicação. Ainda, o informe da IIRSA relatava que 89,1% dos projetos e 66,5% dos investimentos previstos correspondiam ao setor de transporte, dentre os quais praticamente a metade eram rodovias, enquanto os projetos de energia correspondiam a 9,3% dos projetos e 33,5% dos investimentos, e o setor de comunicações não alcançava 2% do número de projetos. Os dados evidenciam a afinidade entre a IIRSA e áreas de atuação das empreiteiras brasileiras (COSIPLAN, 2014). Portanto, quinze anos após o seu lançamento, é possível afirmar que a iniciativa tem avançado lenta, porém exitosamente, mas sem cumprir a função política que o projeto petista lhe atribuiu.

Esta constatação problematiza os alegados nexos entre neodesenvolvimentismo e regionalismo desenvolvimentista. Uma vez que a dimensão econômica do processo limita-se aos negócios potencializados pelas obras referidas a uma iniciativa incubada no âmbito do regionalismo aberto, a proposição

de um regionalismo desenvolvimentista envolve uma manobra retórica, evocando uma inflexão de sentido em um projeto que, em substância, permanece o mesmo. Sob esta perspectiva, a associação entre o conjunto de obras e modificações regulatórias associadas à IIRSA e um horizonte neodesenvolvimentista está revestida de um caráter duplamente ideológico, pois associa a expansão de negócios oligopólicos brasileiros e multinacionais ao novo desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, identifica este novo desenvolvimentismo com uma integração regional pós-neoliberal. Nesta operação, confunde-se interconexão com integração; crescimento com desenvolvimento; interesses oligopólicos com interesse nacional; diplomacia empresarial com cooperação sul-sul; e a internacionalização de negócios brasileiros com integração pós-neoliberal.

Por fim, confunde-se a gestão de conflitos regionais, principal virtude atribuída à UNASUL, com soberania. Segundo esta chave de leitura, a constituição de organizações regionais que não são conduzidas pelos Estados Unidos é entendida como um avanço na direção de um mundo multipolar, sugerindo um movimento que se opõe aos interesses desta potência. É importante ressaltar que o Departamento de Estado deste país nunca fez esta leitura. Às vésperas da formalização da UNASUL, por exemplo, Condoleezza Rice expressou apoio ao protagonismo brasileiro em

um projeto de integração regional. Questionada sobre a iniciativa brasileira de criar um Conselho de Defesa Sul-Americano, instância relacionada aos assuntos de segurança no âmbito desta organização, a então secretária de Estado declarou:

Bem, eu sou completamente a favor da cooperação regional em nível regional, subregional ou em qualquer nível que possamos atingir. [...] Assim, eu não apenas não tenho um problema com isso [criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano] como eu confio na liderança brasileira e anseio em coordenar com ela. O que nós não queremos, é claro, é que o hemisfério como um todo não possa cooperar. Mas eu acho que nós temos muitos meios pelos quais isso pode acontecer. E eu deixarei ao Brasil e aos outros que devem ser os membros deste esforço. (RICE, 2008)

Já sob a administração Obama, a subsecretária de Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Wendy Sherman, enfatizava: “Hoje, o Brasil é um parceiro estratégico para endereçar questões globais – e não somente hemisféricas – de preocupação comum. E eu quero deixar claro que os Estados Unidos precisam e dão as boas-vindas ao positivo papel expandido do Brasil” (SHERMAN, 2012).

Nesta perspectiva, a liderança brasileira pode ser vista como funcional à ordem mundial sob a égide estadunidense. Observe-se que, até o momento, não houve ocorrências em que a

intercessão brasileira contrariou os desígnios deste país. A mediação da UNASUL na crise venezuelana no início do governo Maduro foi interpretada por alguns como um trunfo regional, em que a intervenção da organização preveniu uma ulterior desestabilização do país. Embora esta análise provavelmente seja correta, poucos na Venezuela acreditam que interesse aos Estados Unidos um aguçamento das tensões no país, a despeito da hostilidade militante ao processo bolivariano. Entre outros motivos, receia-se um incremento da pressão migratória para os Estados Unidos, já que a Venezuela cumpre um papel estabilizador na região caribenha, inclusive pela ação da Petrocaribe (RAMOS, 2015).

Neste momento, Lula enviou uma missiva ao novo presidente venezuelano, aconselhando-o a aceitar um papel de reformador do regime, em lugar de pretender ser um segundo Chávez (LULA, 2014; RAMÍREZ, 2015). No conjunto, observa-se uma ambiguidade na liderança regional do Brasil em relação à Venezuela, uma vez que o país ofereceu certo respaldo internacional ao processo bolivariano, ao mesmo tempo em que condenou iniciativas de maior potencial inovador, como a ALBA, o Banco do Sul e a TeleSUR, a uma relativa marginalidade. Assim, é possível interpretar que o papel brasileiro tem sido neutralizar as expressões mais radicais do bolivarianismo, um processo dinâmico cujo sentido está em

permanente disputa, ao mesmo tempo em que se multiplicaram os negócios brasileiros no país.

De modo análogo, o Brasil interveio em direção contrária aos interesses golpistas endossados pelos Estados Unidos nas recentes crises políticas em Honduras (2009) e no Paraguai (2012). No entanto, em ambos os casos, esta atuação foi impotente para reverter o curso dos acontecimentos, a despeito de um esforço ostensivo na situação paraguaia. Neste país, explicitou-se um dilema que evidencia as contradições inerentes ao caráter da hegemonia brasileira na região, uma vez que o consistente apoio do governo brasileiro ao empresariado rural brasiguai enrijeceu os óbices enfrentados pelo governo Lugo para avançar ações mínimas de democratização do acesso à terra, enfraquecendo sua posição diante dos interesses que desencadearam o processo de *impeachment* que a diplomacia brasileira foi, então, impotente para frear (SANTOS, 2014).

Consumada a destituição, o Paraguai foi suspenso temporariamente do MERCOSUL, viabilizando o ingresso efetivo da Venezuela. Poucos meses depois, o articulador do golpe elegeu-se presidente, o país voltou ao MERCOSUL e os negócios prosseguiram como sempre. Este episódio revela os estreitos limites do progressismo atribuído à diplomacia petista, uma vez que o apoio a Lugo nunca

contrariou os interesses do agronegócio protagonizado por empresários brasileiros, elo mais fraco de um negócio comandado por conglomerados transnacionais. Ao contrário, há indícios de que a afinidade política lubrifica as cadeias mercantis, facilitando a expansão de negócios brasileiros em países com governos considerados progressistas. O maior empresário rural brasileiro na Bolívia referiu-se a esta facilidade em uma entrevista:

Agora, nós, Heloisa, temos a garantia do governo brasileiro, sabe, eu acho que, assim como os “brasiguaios” têm a garantia do governo brasileiro, quando acontece alguma coisa lá existe uma intervenção, eu acredito que nós vamos ter a mesma atenção. O governo, o Celso Amorim, ele veio exclusivamente pra falar com a gente; o Celso Amorim, que eu acho um espetáculo o Celso Amorim, então, eu acho que, se acontecer alguma coisa aqui na Bolívia, o governo imediatamente vai intervir, e aí o Lula chama o Evo e fala: “Olha, a propriedade do Nilson Medina foi invadida, ele tem tudo certo, ele cumpre a função social e tudo...” (GIMENEZ, 2010, ANEXO).

Em suma, o papel atribuído ao protagonismo regional brasileiro, circunscrito a negócios que se harmonizam com a divisão internacional do trabalho prevalente, como o agronegócio e a construção civil, e à gestão de conflitos regionais, pode ser interpretado como funcional à reprodução capitalista e aos interesses estadunidenses na região. Mesmo analisado do

ponto de vista de sua própria racionalidade, o projeto avançado pelas gestões petistas apresenta uma debilidade incontornável, pois supõe uma burguesia identificada com um projeto nacionalista espúrio, baseado em um protagonismo regional que reproduz as assimetrias que caracterizam a região. No campo das relações internacionais, este dilema foi observado por Vigevani em sua análise sobre a evolução do MERCOSUL, em que constatou tensões entre a tradição autonomista e universalista da diplomacia brasileira, e os requisitos necessários para aprofundar a integração regional. Em última análise, este autor identifica ambiguidades no comportamento do estrato social que identifica como “elites”, em que o desígnio de liderar a integração regional confronta-se com receios em arcar com os custos políticos e econômicos que este compromisso implica, resultando em limitações no escopo e no alcance deste processo (VIGEVAANI *et al.*, 2008).

É possível constatar uma dinâmica similar condicionando o processo de integração regional sob a égide da UNASUL, cujas ambiguidades estão referidas, em última instância, aos constrangimentos objetivos para conciliar “um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro” (CERVO, 2003), nos marcos de uma política econômica ortodoxa. Evidentemente, os óbices para modificar a política econômica

brasileira incidem sobre a orientação do processo de integração, limitando seu alcance e profundidade. Assim, uma política externa que tem como principal vetor econômico a internacionalização de negócios de capital brasileiro encontra como limite político os óbices para conciliar um horizonte de integração pautado por um “regionalismo desenvolvimentista” aos interesses locais vinculados ao capital internacional – tensão que se expressa na reivindicação da tradição universalista da diplomacia brasileira. Longe de ser uma peculiaridade brasileira, dificuldades de natureza similar atravessam a política dos demais países do subcontinente, resultando em pressões que corroboram para restringir a dimensão econômica da integração, relegando o processo, em grande medida, à sua dimensão política (SANAHUJA, 2012).

Conclusão

Existe uma correspondência entre o neodesenvolvimentismo como ideologia da política econômica das gestões presidenciais petistas e a noção de um regionalismo desenvolvimentista, ou pós-neoliberal, como ideologia da política externa praticada por estes governos. A função política, em ambos os casos, é estabelecer uma clivagem em relação às administrações precedentes, pretendendo diferenciar-se em relação à ortodoxia neoliberal,

sem que este movimento corresponda a qualquer mudança substantiva, seja na política macroeconômica fundada pelo Plano Real, seja no projeto de integração regional que tem como esteio as obras associadas à IIRSA. Ambos os polos do debate têm um fundamento comum remetendo, em última análise, ao mito do crescimento econômico. Esta polarização postiza cumpre uma segunda função política, que é balizar o debate por alternativas que elidem as conexões entre crescimento econômico e o aprofundamento da dependência externa e da assimetria social, que caracterizam o subdesenvolvimento. Proposições que apontam para um padrão civilizatório alternativo, seja em torno do Bem Viver, do bolivarianismo ou do socialismo, não têm voz no país.

Na economia, o debate é restringido à microeconomia, discutindo-se, em última análise, o ritmo e a intensidade do aprofundamento da agenda associada ao neoliberalismo. No terreno das relações internacionais, disputa-se a relevância concedida ao Sul em geral e à América do Sul em particular, como espaço privilegiado de expansão de negócios brasileiros. Os parâmetros do debate são estabelecidos por uma ponderação entre ônus e bônus da integração regional, segundo uma racionalidade mercantil. O contraponto à posição petista, que sustenta a importância estratégica da região, foi

sintetizado de modo lapidar pela ex-assessora da missão brasileira na OMC, Vera Thorstensen, em sua crítica ao MERCOSUL: “não adianta casar com pobre” (THORSTENSEN, 2014).

A despeito das diferenças de enfoque, a finalidade comum às duas posições é a inserção do espaço econômico brasileiro nos movimentos do capitalismo contemporâneo como exportador de matérias-primas, base para a expansão do capital multinacional e plataforma de valorização do capital financeiro. Sob esta perspectiva, a política é sempre instrumentalizada pela economia. Ao contrário do que a retórica do regionalismo pós-neoliberal prega, o sentido do processo integracionista não se modificou a partir da eleição de governos progressistas imbuídos de um horizonte neodesenvolvimentista, mas há indícios de que a interconexão do subcontinente como um imperativo mercantil ensejou uma instrumentalização da afinidade política entre estes governos em favor de negócios locais e internacionais.

Sob esta ótica, a incógnita analítica que desafia as leituras ancoradas neste campo, procurando explicar como um governo politicamente convencional, socialmente conservador e economicamente neoliberal praticaria uma política externa inovadora, perturbadora dos interesses estadunidenses na região, se desfaz. Explicitado o caráter ideológico da articulação

entre neodesenvolvimentismo e regionalismo pós-neoliberal, a política das gestões petistas para a América do Sul emerge não mais como o que gostaria de ser, mas como o que ela é: uma instrumentalização da integração regional em favor da internacionalização de negócios brasileiros oligopolizados, consonante com a divisão internacional do trabalho prevalente, garantindo ao país uma posição de liderança no subcontinente circunscrita à esfera política, a ser exercida em momentos de crise segundo os estreitos limites tolerados pela potência hegemônica.

Bibliografia

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. 'Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)'. *Revista Brasileira de Política Interna*, Brasília, v. 49, n. 1, June 2006.
- AMORIM, Celso. 'Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula'. *DEP - Diplomacia, Estratégia e Política*. Ano 1, n. 1, Outubro/Dezembro 2004, p. 41-48.
- BONOMO, M. BRITO, R. & MARTINS, B. "Macroeconomic and Financial consequences of the after crisis government-driven credit expansion in Brazil.", *Working paper 378*. Rio de Janeiro: Banco Central do Brasil, 2014.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CAMPOS, Pedro Henrique. "As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras". In: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CARCANHOLO, M. D. "Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula". In: PASSARINHO, Paulo (Org). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico: 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CARMO, Corival Alves do. "O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa Brasileira". In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi & RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.
- CARVALHO, Guilherme; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE; UFPA, 2009.
- CASTELO, Rodrigo. "O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.". *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi01-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 out. 2014.
- CECEÑA, Ana Ester; AGUILAR, Paula & MOTTO, Paulo. *IIRSA: territorialidad de la dominación*. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.
- _____. "Os caminhos e os agentes do saqueio na América Latina." In: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. "El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad". In: _____. *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*. 1994. v. 2.
- CERVO, Amado Luiz. "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.". *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, Dec. 2003.
- COSIPLAN. Cartera de Proyectos (2014). *Montevideo: V Reunión ordinaria del COSIPLAN, 4/12/2014*. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cn25_montevideo14_Cartera_COSIPLAN_2014.pdf>. Acesso em 1/9/2015.
- COSTA, Darc. (org.). *América do Sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011.
- _____. "Integrar é desenvolver a América do Sul." In: *Integração da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010, p. 47-70

DESIDERA NETO, Walter & TEIXEIRA, Rodrigo. “La recuperación del Regionalismo en el Regionalismo Latinoamericano.” In: _____. *Perspectivas para la integración de América Latina*. Brasília: CAF; IPEA, 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. “BNDES aposta R\$ 7,5 bi no Friboi”. São Paulo, 15/02/2010.

_____. “BNDES empresta 3915 mais em 5 anos e supera em 3,3 vezes o Banco Mundial”. São Paulo, 10/3/2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-empresta-391-mais-em-5-anos-e-supera-em-tres-vezes-o-banco-mundial-imp-,689817>>. Acesso em 21/05/2016. .

FIORI, José Luís. *A miséria do “novo desenvolvimentismo”*. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334>. Acesso em 28/10/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Brasil faz obras nos vizinhos temendo a China”. São Paulo: Caderno Dinheiro, B6, 27/09/2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Brasil faz obras nos vizinhos temendo a Chin”. São Paulo: Caderno Dinheiro, B6, 27/09/2009.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. 3ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

FUNAG. *A América do Sul e a integração regional*. Brasília: FUNAG, 2012.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking FDC das Transnacionais Brasileiras*. São Paulo, 2010.

FUSER, Igor. “A batalha do Brasil”. In: Portal Vermelho, 21/9/2014. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/249874-1>>. Acesso em 28/10/2014.

GIMENEZ, Heloisa Marques. *O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira: uma história incomum*. Dissertação de mestrado apresentada no PROLAM-USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Botafogo. “Por que a ALCA fracassou?” In: PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.

_____. “Desafios da inserção internacional do Brasil: próximos passos”. In: PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013

GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUDYNAS, Eduardo. “As instituições financeiras e a integração na América do Sul”. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008, p. 21-47.

IIRSA. *IIRSA 10 anos depois: Suas conquistas e desafios*. Buenos Aires: BID – INTAL, 2011.

INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IPEA. *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília: IPEA, 2010

LAMPREIA, Luiz Felipe. “Os desafios do Brasil”. In: PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de & COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (org.). “Agenda sul-americana: possibilidades e limites”. *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 17, julho de 2011.

LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MERCADANTE, Aloísio. *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas — IE, Campinas: Unicamp, 2010.

NOVOA GARZÓN, Luis Fernando. “Brasil, via BNDES, reforça caráter regressivo da integração latino-americana.”. Entrevista ao Correio da Cidadania, 19/11/2011.

_____. “O Brasil e seu ‘desbordamento’: o papel do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul”. In: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PADULLA, Raphael & COUTO, Leandro. “Integração da infraestrutura na América do Sul nos anos 2000: Do regionalismo aberto às perspectivas de mudança.” In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi & RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. ‘Capitalismo global e império norte-americano’. In: _____. *Socialist register 2004: O novo desafio imperial*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006, ps. 19-70.

- PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.
- PECEQUILO, Cristina S. “A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de política externa do governo Lula (2003-2006)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, n. 1, June 2006.
- PINTO, Luiz & REIS, Marcos. “Long term finance in Brazil: the role of the BNDES”. In: GRIVOYANNIS, Elias. *The New Brazilian Economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
- RICE, Secretary Condoleezza. *Remarks With Brazilian Foreign Minister Celso Amorim*. Brasília, Brazil, March 13, 2008. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2008/03/102228.htm>>. Acesso em 10/5/2014.
- RICUPERO, Rubens. “A sempre anunciada, mas cada vez mais improvável integração latino-americana”. *Revista Política Externa*, V. 18 Nº3, 2009.
- RIOS, Sandra Polónia; VEIGA, Pedro da Motta. “O Brasil como vetor da integração regional sul-americana: possibilidades e limites”. *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 17, julho de 2011.
- SADER, Emir. *A nova toupeira: Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SAGGIORO GARCIA, Ana. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2012.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. ‘Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.’ *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28/10/2014.
- SANAHUJA, José Antonio. “Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR”. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi & RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe*: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. “A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina.”, *Cadernos PROLAM/USP*, v. 22, p. 25-37, 2013.
- _____. “A problemática brasiguia e os dilemas da projeção regional brasileira.” In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). *O Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional*. Brasília: IPEA, 2014.
- SCHUTTE, Giorgio Romano. ‘Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional’. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, Jul-Dez 2012.
- SHERMAN, Wendy. Under Secretary for Political Affairs. *Remarks to the Council of the Americas Under Secretary for Political Affairs*. Remarks to the Council of the Americas. Washington DC. February 28, 2012. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/us/rm/2012/184853>>. Acesso em 22/07/2014.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F. & MICHEL, R. *Novodesenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, 2005.
- SILVA, André Luiz Reis da. *As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010)*. Meridiano 47 (UnB), v. 120, p. 1-10, 2010.
- SORJ, Bernardo & FAUSTO, Sergio. ‘O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas’ *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 12, julho de 2011.
- TAUTZ, Carlos; SISTON, Felipe; LOPES PINTO, João Roberto. “O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário”. In: PASSARINHO, Paulo. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico (2003-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- THORSTENSEN, Vera. *Entrevista à Carta Capital*. Maio, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/ficar-atrelado-ao-mercosul-e-afundar-o-brasil-804.html>>. Acesso em 28/10/2014.
- VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos*. Uma interpretação Da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.
- VIGEVANI, Tullo *et al.* “O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites”, *Revista brasileira de política internacional*. Brasília, v. 51, n. 1, 2008.
- _____. & CEPALUNI, Gabriel. ‘Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação’ In: _____. *A política externa brasileira: a busca de autonomia*, de Sarney a Lula. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- _____. & RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. “Mudanças da inserção brasileira na América latina”, *Lua Nova*, São Paulo, n. 78, 2009.
- VIOLA, E. “A diplomacia da marola.”, *Primeira Leitura*. Nº 50, 2006, p. 90-93.
- VIZENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do Brasil: De Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. “O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política externa de FHC a Lula”, *Ciências e Letras*, n. 37, 2005, p. 317-331.

ZIBECHI Raúl. Brasil potencia. *Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.

Entrevistas

Acosta, Alberto. Ex-presidente da Assembleia Constituinte no Equador e ex-ministro do governo Correa. Quito, setembro de 2015.

Araujo, Joaquim. Chefe do Setor de Defesa e Cooperação da Embaixada do Brasil no Peru. Lima, julho de 2015.

Ávila, Miguel. Diretor do Centro de Estudos Jurídicos e Investigação Sociais (CEJIS). Santa Cruz de la Sierra, julho de 2015.

Barros, Pedro Silva. Diretor de Assuntos Econômicos da UNASUL. Quito, setembro de 2015.

Cerezal, Manuel. Assessor do Banco Central da Venezuela, pesquisador da Universidade Bolivariana da Venezuela. Caracas, novembro de 2015.

Chan, Alan. Diretor da operação da Odebrecht no Peru. Lima, julho de 2015.

Nascone, Mariano. Diretor de Assuntos Sociais da UNASUL. Quito, setembro 2015.

Paes, Pedro. Economista, um dos idealizadores de uma “nova arquitetura financeira”. Quito, setembro de 2015.

Paloschi, Jonas. Chefe do Setor Cultural e de Cooperação Educacional da Embaixada brasileira no Peru. Lima, julho de 2016.

Parkinson de Castro, João Carlos. Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul. Montevideu, dezembro de 2015.

Ramírez, Kenneth. Diretor do Consejo Venezolano de Relaciones Internacionales. Caracas, novembro de 2015.

Ramos, Felipe. Missão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na Venezuela. Caracas, novembro de 2015.

Notas

1. Os trabalhos organizados ou de autoria de Darc Costa são referências desta posição. COSTA, 2010; 2011. As posições de Costa são explicitamente questionadas por: GUDYNAS, 2008.

2. Por exemplo: “Identificamos, portanto, no discurso durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma clara coerência entre a busca de uma maior inserção soberana na globalização, a retomada da estratégia de um projeto nacional de desenvolvimento e a nova agenda de ativismo estatal” (SCHUTTE, 2012, p. 63-4). Também: SADER, 2010.

3. A posição de Ricupero, que fala de uma “sempre anunciada, mas cada vez mais improvável integração latino-americana” é matizada por Sorj e Fausto: “Acreditamos que a integração regional fundamentada em sólidas bases institucionais comuns não deveria ser abandonada como aspiração.” (SORJ & FAUSTO, 2011, p. 14).

RESENHA

ESCRavidÃO E CAPITALISMO HISTÓRICO NO SÉCULO XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos

Rafael Marquese e Ricardo Salles (Organizadores)
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 322 p.

Recebida em Dezembro de 2016
Aprovada em Dezembro de 2016

Em 2014 foi publicado o livro *Declaração: Isto não é um Manifesto* pelos filósofos Michael Hardt e Antonio Negri. Esta obra, como várias outras, mostra-nos uma renovação no campo dos estudos marxistas, que sofreram um refluxo a partir dos anos de 1970, agravado com o colapso dos regimes socialistas no final dos anos de 1980 e 90. Apesar do título – Isto não é um Manifesto –, a obra aparece como resposta à avassaladora onda neoliberal das últimas décadas e à reação dos protestos mundiais – como o *Ocupe Wall Street* e a *Primavera Árabe* de 2011. Os autores propõem novas formas de organização e compreensão da realidade, integrando as “singularidades de cada luta” à novas formas de identidade e democracia (HARDT & NEGRI, 2014, p. 94).

Entendemos que o livro *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*, que ora resenhamos, é parte deste movimento mais amplo de renovação do marxismo e é um manifesto que recupera uma perspectiva totalizante e, no campo da História, esforça-se para vencer as dicotomias entre o local, o particular, o singular e os fenômenos de longa duração.

Carlo Ginzburg (1989) já havia chamado a atenção para a importância dos nomes próprios dos personagens nas pesquisas históricas. Parafraseando a ideia deste autor – que também teve sua origem intelectual na conjuntura de crise/renovação do marxismo dos anos 1970 –, podemos dizer que os nomes dos livros são importantes, pois revelam muito do

LUIZ FERNANDO SARAIVA

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

contexto de sua produção. Assim, *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos* tem um nome revelador. O termo “Escravidão e capitalismo” remonta à clássica obra de Eric Williams, de 1944, como uma base teórico-política que influenciou grande parte da Historiografia Marxista sobre a América e, ainda, o contexto de lutas anticoloniais no Caribe e pelos direitos civis nos EUA. O acréscimo do termo “Histórico” demonstra forte adesão a estudos renovados em que a temporalidade, as conexões teórico-metodológicas e a empiria pretendem superar os limites de uma produção marxista onde, por vezes, o engajamento (ou o manifesto) superou o conhecimento (ou o livro). A delimitação “no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos” pretende, por fim, mais do que simplesmente romper com o conceito de “nacional”, colocar esse conceito em paralelismo com forças econômicas, políticas e sociais mundiais (ou globais) que, muitas vezes, rompem com a própria compreensão e percepção dos agentes, quer do passado, quer do presente.

O livro é composto de 5 artigos, em um esforço individual/coletivo em que o diálogo e a renovação com a teoria marxista aparecem como pano de fundo. A obra também pretende consolidar uma teoria ou interpretação do passado apoiada na ideia da Segunda Escravidão, “desenhada”

por Dale Tomich a partir de 1988 com grande repercussão nos meios acadêmicos brasileiros e internacionais. Esse conceito busca fundamentalmente entender “*as múltiplas relações da escravidão oitocentista com o capitalismo industrial*” (SALLES & MARQUESE, 2016, p. 8).

Se a Segunda Escravidão é o conceito que une esses diferentes autores dentro de uma perspectiva marxista, convém explicar, mesmo que de maneira resumida, no que se constitui esta ideia. A formulação inicial visava situar o papel fundamental que a escravidão teve ao final do século XVIII e na primeira metade do século XIX na constituição das relações econômicas, políticas e sociais do “mundo atlântico” (Europa, África e América). A partir deste ponto, vemos duas questões fundamentais: a primeira é a empírica e inquestionável constatação do crescimento exponencial do tráfico de escravos¹, e conseqüentemente da presença escrava em três grandes áreas da América – Brasil, Cuba e o sul dos EUA; a segunda é de natureza teórica mais ampla, ou seja, de que forma essa reinvenção da escravidão ter-se-ia inserido na constituição do capitalismo em esfera mundial. Não apenas se essa “nova escravidão” seria causa ou consequência da expansão do capitalismo, mas as nuances e desdobramentos deste “processo histórico concreto”.

Essas duas questões obviamente promovem inúmeros desdobramentos, como o da independência dos EUA e das nações latino-americanas e ainda na manutenção de Cuba dentro do universo “colonial” espanhol; o das modificações nas relações econômicas e sociais nas áreas impactadas com a produção maciça de algodão (sul dos EUA), açúcar (Cuba) e café (Brasil); o das consequências que tal tráfico terá para as diversas civilizações no continente africano; o das modificações nos padrões de consumo e trabalho no continente europeu inundado por estes novos produtos; o da revivificação da escravidão em meio ao crescimento do discurso abolicionista, entre tantas outras questões.

O primeiro capítulo do livro, escrito por Robin Blackburn (Universidade de Essex, Grã-Bretanha), “*Por que segunda escravidão?*”, é a adesão de uma carreira acadêmica pautada por inúmeros estudos sobre o processo tortuoso e complexo de condenação da escravidão, do tráfico e, por fim, da sua abolição no mundo ocidental com o conceito enunciado no título. Se antes havia um “flerte” intelectual entre o autor e os estudiosos da Segunda Escravidão, agora foi anunciada a adesão vigorosa ao mesmo conceito que se torna uma *via explicativa* da persistência, da crise e do fim do sistema escravista na América.

Usando os conceitos de suas obras anteriores, como “escravidão colonial”, e situando essa

“primeira escravidão” entre 1520 e 1800, o autor recupera a noção de diferentes estágios de globalização onde, desde o início da presença europeia na América, vemos a inédita integração de mercados fornecedores de mão de obra, produtores e consumidores separados em três continentes (África, América e Europa). No alvorecer do século XIX, a expansão da produção americana de açúcar, café e algodão (que, para Blackburn, inventa o “café da manhã” e a “roupa íntima”, *ibidem*, p. 37) modifica dramaticamente os padrões de produção e consumo, dando origem ao modelo atual de mercado mundial. Ao mesmo tempo, a permanência/expansão do trabalho escravo e o seu “fornecimento” *via* tráfico internacional enfrentam um crescente sentimento contestador.

A aparente contradição entre a grande expansão do tráfico de escravos e a condenação da mesma ao final do século XVIII e primeira metade do século XIX é explicada por Blackburn de maneira paradoxal (ou em termos mais adequados, dialética): o surgimento de movimentos que contestassem a escravidão enquanto princípio teria origem na Europa (Inglaterra e França) a partir de 1760, e rapidamente ter-se-ia espalhado pelas colônias inglesas, e, portanto, é anterior ao crescimento exponencial do tráfico de escravos (a partir de 1780, segundo o autor). O processo de Independência dos EUA (1776), e, ainda, as diversas revoltas escravas, com o papel central da Revolta do Haiti (1791), teriam fortalecido o

princípio filosófico da liberdade que, mesmo impactado pelo crescimento da escravidão, irá refluir para depois se expandir novamente nas décadas seguintes.

O segundo capítulo do livro, escrito por Dale Tomich (Universidade de Binghamton, EUA), “*A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão*”, talvez seja o menos “impactante” de todos os que compõem a obra, até mesmo pela importância que o autor tem para a construção do conceito de Segunda Escravidão. Apesar de o título fazer referência a uma “história teórica da segunda escravidão”, o que na verdade o autor faz é uma discussão sobre os limites que as abordagens da Nova História Econômica (*New Economic History*) tiveram para o campo da História em geral e o da escravidão em particular.

Repetindo e aperfeiçoando a crítica, já há muito feita (pelo menos desde Karl Polanyi em 1945), da falta de *historicidade* por parte de Economistas que se debruçam sobre a História a partir de “modelos econômicos contemporâneos”, portanto anacrônicos, Dale Tomich não foge muito da fórmula de admitir contribuições sem as nomear para logo em seguida minimizá-las e demonstrar os seus limites... No limite, os diversos autores citados não fariam propriamente História Econômica, mas sim “Econometria Retrospectiva” (TOMICH *In*: SALLES & MARQUESES, 2016, p. 59)

Tomich utiliza-se de exemplos do uso de teorias cliométricas (outro nome dado a esta escola) em estudos sobre a produção de açúcar na Jamaica, Guiana e Cuba, levados separadamente por Seymour Drescher e David Eltis ao longo do século XIX. A conclusão “correta” de que estas três regiões conseguiram manter níveis crescentes de produção de açúcar contrapõe-se a explicações “inadequadas” porque tiradas do âmbito da Teoria Econômica Neoclássica (*ibidem*, pp. 79 e *passim*).

O argumento é importante e, portanto, vamos detalhá-lo um pouco mais. Um dos primeiros estudos da corrente denominada *New Economic History* foi o emblemático *Time on the cross*, de Robert Fogel e Stanley Engerman, em 1974. Tal livro é um marco inicial nos estudos desta escola e apresenta um amplo conjunto de resultados baseados em pesquisas empíricas que levantaram uma quantidade inédita de dados que foram quantificados em algumas das primeiras experiências do uso da informática no campo da História. Muitas das interpretações de tais dados podem ser (e foram) questionadas; porém, as evidências levantadas na obra – que as taxas de mortalidade e natalidade, condições de moradia e alimentação dos trabalhadores escravos do sul dos EUA eram, *em média*, superiores aos de outras regiões escravistas (Caribe e Brasil), ou mesmo do “norte industrial”, durante o século XIX – não podem ser subestimadas.

Contraditoriamente (ou, novamente em termos marxistas, dialeticamente), é em outro capítulo deste livro que vemos uma crítica mais consistente do que a proposta por Tomich para estes tipos de estudos. No impressionante balanço historiográfico sobre a Escravidão nos EUA, Edward Baptist diz sobre o livro *Time on the Cross* que:

Os pesquisadores descobriram muitos dados importantes, como a lucratividade extremamente alta dos campos de trabalho escravo nos estados algodoeiros – lucrativos mesmo em comparação com fábricas do Norte ou fazendas comerciais de trabalho livre. Tais descobertas deveriam ter acabado com o velho argumento de que a escravidão não dava lucros e era alheia à história do capitalismo. Em vez disso, Fogel e Engerman escolheram direcionar suas energias, ao menos a princípio, a uma série de afirmações não tão defensáveis que resultou num argumento de que os antecessores dos negros de 1974 eram neoliberais e efetuavam um cálculo racional para seu bem-estar econômico (*ibidem*, pp. 279-280).

Retendo o conhecimento produzido e descartando as explicações propostas, Baptist consegue, a nosso ver, integrar historiografia e teoria. Se o conhecimento produzido é *viável*, embora não a interpretação, estamos diante de uma ruptura ontológica sobre o caráter manifesto do conhecimento produzido. O argumento central de Tomich, de que a Nova História Econômica constrói uma explicação fragmentária e parcial, porque leva em conta apenas,

ou principalmente, aspectos econômicos, não parece ofensivo a um conjunto de teóricos e pesquisadores que tem por definição a apreensão parcial da realidade a partir do seu campo de pesquisa.

O terceiro capítulo escrito pelos organizadores do livro, Ricardo Salles (Unirio) e Rafael Marques (USP), “*A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia*”, trata de uma inovadora análise historiográfica sobre a escravidão. A importância que o escravo e o regime escravista tiveram na formação do país é vista não só pelos numerosos trabalhos e pesquisas que se dedicaram ao tema, como e mais ainda, pelo copioso número de sínteses historiográficas; de tão abundantes, poderíamos mesmo falar de uma “historiografia da historiografia sobre a escravidão no Brasil”.²

Estes estudos historiográficos, não obstante as suas grandes diferenças, possuíam uma característica comum, a saber, a categorização dos autores a partir dos olhares sobre a escravidão e os escravos. Ou seja, procurava-se entender as “escolas” ou linhagens historiográficas, e o sentido, muitas vezes, era de defesa teórico-política de uma posição em detrimento de outra. Assim, uma das maiores controvérsias historiográficas do final dos anos 1980 e 1990 foi entre aquelas que, vindo de uma influência da História Social, viam os escravos como “agentes” de sua própria história em oposição a uma história do

“escravo-coisa”, de interpretação mais esquemática e ligada à História Econômica. As tentativas de fugir destas abordagens duais tornavam-se um grande e repetitivo esforço de citação de autores e trabalhos, muitas vezes sem maiores críticas (SCHWARTZ, 2001).

O capítulo busca romper com essa visão dicotômica, ao relacionar estes estudos a um quadro mais amplo de interpretações sobre a nossa realidade, passando desde a construção de um campo intelectual das pós-graduações em História no país até as condições políticas e a influência da mesma em nossa produção intelectual. O texto inova ao trazer para o debate de nossa escravidão autores até então alocados em outras “listas” ou “escolas”, como a História Política (José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos); Econômica (Antônio Barros de Castro) e Demográfica (Stanley Klein e Francisco Vidal Luna). Em outros termos, ajuda a entender que, ao se estudar os Escravos (as diferentes formas de atuação dos indivíduos escravizados), necessariamente se deve ter em mente os estudos sobre a *Escravidão* (ou a lógica funcional do sistema) e ainda sobre o *Escravismo* (ou, em termos mais adequados ao marxismo, a Economia Política do Sistema).

Por fim, a segunda parte do capítulo procura situar a evolução histórica do país nos quadros da Segunda Escravidão; assim teríamos três ‘momentos’: um primeiro, denominado de formação, entre 1790-1830; um segundo, de apogeu,

1830-1870; e um terceiro momento, de grandeza e crise, entre 1860-1888. Essas balizas servem tanto para matizar os estudos realizados sobre a economia brasileira do período (vale dizer, principalmente cafeeira), como também para propor uma agenda de pesquisas que relacionassem questões como política imperial; modernização e industrialização; regionalização; crescimento econômico, etc.

Talvez a única questão que mereça reparo ou “lamento” neste texto seja justamente o seu caráter eminentemente histórico, que o diferencia dos dois próximos textos. Ao interpretarem os quadros da Segunda Escravidão com o fim imediato da abolição em 1888, os autores abandonam, de um lado, uma ampla historiografia que busca continuidades e rupturas no que está se convencendo chamar “Mundos do Trabalho” e que envolve inúmeras experiências intermediárias entre o trabalho escravo e o trabalho livre *assalariado*. Do outro lado, negam ao leitor uma visão mais “política” do que a persistência da escravidão promove nas nossas relações contemporâneas.

É exatamente deste ponto que o quarto capítulo, “*Escravidão histórica e capitalismo na historiografia cubana*”, se inicia. Escrito por José Antonio Piqueras (Universitat Jaume I, Espanha) o estudo realiza um “ajuste de contas” com a História e Historiografia cubana desde a Revolução de 1959.

No denso levantamento sobre as diversas gerações de historiadores que estudaram a escravidão cubana, Piqueras destaca, com justeza, a centralidade de Moreno Fragnals e seu livro *El ingenio* (1978), tanto pelo peso que tem para a Historiografia da Escravidão em Cuba, como ainda pela relação angular que esse autor tem com os estudos que buscam relacionar escravidão e capitalismo. Esse autor reconhecia a característica eminentemente burguesa, ao mesmo tempo em que não deixava de notar “*as contradições inerentes à produção de mercadorias para o mercado capitalista empregando parcialmente um regime de trabalho escravo*” (apud PIQUERAS In: SALLES & MARQUESES, 2016, p. 169). Entre essas contradições, estaria a falta de estímulos para o melhoramento do trabalho escravo, o que acabaria impactando e impondo limites à modernização da economia cubana como um todo.

Neste ponto, e sempre pensando que o livro organizado tinha o “manifesto” sentido de relacionar os estudos históricos e a adequação aos conceitos promovidos pela Segunda Escravidão, causa “estranheza” a ausência de um significativo trabalho sobre a modernização da economia escravista dos engenhos cubanos ainda ao final do século XVIII e durante todo o século XIX. O texto “Fronteira Açucareira e Revolução Industrial em Cuba, 1815-1870”, de Dale Tomich e Reinaldo Funes Monzote, não é citado, apesar da grande contribuição ao tema.³ Também nos

ressentimos de uma historiografia internacional mais recente sobre a escravidão/revolução na ilha, como visto por Ada Ferrer (2012, 2014), e ainda relações econômicas mais sofisticadas, como poupanças e depósitos bancários feitos por escravos, visto em Angel Pascual Martinez Soto (2011).

O último texto que encerra o presente trabalho é o de Edward Baptist (Universidade Cornell, EUA), intitulado “*Seres humanos escravizados como sinédoque histórica: imaginando o futuro dos Estados Unidos a partir de seu passado*”. Este estudo diz pouco sobre a Segunda Escravidão e os modelos discutidos na coletânea, mas é, ao mesmo tempo, o mais “engajado” de todos em termos políticos.

O texto perpassa a Historiografia sobre a Escravidão nos EUA com a evolução do país ao final dos oitocentos e durante todo o século XX. Em determinados momentos, privilegia a política, em outros, os debates culturais e acadêmicos, ou ainda o contexto econômico-social. Eventos como: 2ª Guerra Mundial; Guerra do Vietnã; atentados terroristas de 2001; crise dos mercados de 2008; eleição de Obama; entre tantos outros, promovem inflexões e questionamentos no *fazer* histórico.

Levando quase ao extremo a tese de Benedetto Croce de que toda “História é Contemporânea”, em determinada passagem, o autor chega a afirmar que o livro “Soul by Soul, de Walter

Johnson, [é] seguramente o trabalho mais aclamado nos anos Clinton-Bush sobre a escravidão nos Estados Unidos” (BAPTIST, *In*: SALLES & MARQUESE, 2016, p. 290). Ou seja, argumenta, relaciona e classifica a produção histórica com o contexto imediato de sua produção. Em outros termos, isso parece muito com a obra de outro historiador marxista, Josep Fontana, que fez um esforço de interpretação da História em suas várias épocas como um projeto implícito de Economia Política do período em que tal estudo foi enunciado (FONTANA, 1998).

Ao final da leitura deste capítulo e da obra como um todo, fica a impressão para o leitor de uma renovação no campo de estudos Marxistas em geral e no da História em particular. Essa renovação, mais do que bem vinda em época tão sombria como a que estamos vivendo, aponta para superações possíveis das amarras que nos prendem.

O livro foi pensado em um seminário internacional promovido na USP em 2013 e lançado em uma Mesa Redonda no V Congresso Latino Americano de História Econômica realizado em 2016. Tal “trajetória” reforça a tese de que o livro é um manifesto de engajamento e diálogo aberto com a comunidade de historiadores e economistas para repensarmos as transformações que a expansão do capitalismo em escala mundial provocou na humanidade e no espaço global nos últimos duzentos anos.

Bibliografia

- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Outras ilhas: espaços, temporalidades e transformações em Cuba*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010
- FERRER, Ada. “Haiti, Free Soil, and Antislavery in the Revolutionary Atlantic”. *In: American Historical Review*, 117, 1 (February 2012): 40-66
- FERRER, Ada. *Freedom’s Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2014
- FOGEL, Robert & ENGERMAN, Stanley. *Time on the Cross: the Economics of American Slavery*. Nova York: Boston, Brown & Co., 1974
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo, Bauru: Edusc, 1998.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *El ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*. Havana: Ciencias Sociales, 1978
- GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico & PONI, Carlo. “O nome e o como. Mercado Historiográfico e troca desigual.” *In*: GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico & PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. carlosszlak. São Paulo: N-1, 2014.
- MARTINEZ SOTO, Angel Pascual. “The First Savings Banks in Latin America: Cuba and Puerto Rico (1840-1898)”. *In: World Savings Banks Institute*, Março de 2011, disponível em <http://www.savings-banks.com/SiteCollectionDocuments/Martinez-SotoWeb.pdf> acessado em 10 de Outubro de 2016, as 17:56.
- MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira” *In: Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Notas

1. Dados estes consolidados por inúmeros estudos e, mais recentemente, pelo esforço internacional sintetizado no banco de dados *Slavers Voyages*. Usando os dados agregados desta base, vemos que em 279 anos (entre 1501 até 1780) foram embarcados da África com vários destinos (mas principalmente a América) cerca de 6.931.363 pessoas (o que daria uma média de 24.843 por ano), enquanto em 89 anos, no período da Segunda Escravidão, de 1781 até 1870, 5.589.980 seres humanos foram retirados da África (ou 62.808 por ano). Cf. <http://slavevoyages.org/>. Acessado em 09 de Outubro de 2016.

2. Na nota 2 do referido capítulo os autores listaram, a título de exemplo, cerca de 20 textos que se dedicam exclusivamente a esse tipo de síntese.

3. Ver Cunha, 2010.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTATET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque Étatet Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902
Portal: www.sep.org.br – Correio eletrônico: sep@sep.org.br
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: (____) _____ Fax: (____) _____

Endereço Residencial: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: (____) _____ Fax: (____) _____

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 _____

2 _____

3 _____

Palavras Chave:

1 _____

2 _____

3 _____

Concordo com a divulgação das informações acima: () sim () não

Assinatura

**ASSINATURA DA REVISTA
DA SEP, CONTATO E
SUBMISSÕES ONLINE**

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira para
Economia Política em revista.sep.org.br ou enviar email para a equipe
editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



ECONOMIA POLÍTICA DA RECESSÃO

XXI Encontro Nacional de Economia Política

31 de maio a 3 de junho de 2016

Universidade Federal do ABC Santo André | SP

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS

